



**COMEÇA MOVIMENTO PELA
MODERNIZAÇÃO DO DECRETO-
LEI Nº 9.295/46**

Página 52

**PREVIDÊNCIA: EM ENTREVISTA
EXCLUSIVA, MINISTRO FALA
DO PROJETO DE ACABAR COM
AS FILAS DO INSS**

Página 58

**CONTABILISTAS RECÉM-
FORMADOS E ESTUDANTES:
PARTICIPEM DO CRC JOVEM!**

SUMÁRIO

4 Editorial

5 Cartas

ARTIGOS

6 Margem de contribuição: abordagens para reflexão



Carlos Alberto Zaffani

8 O interesse dos investidores internacionais pela harmonização das normas contábeis



Joubert da Silva Jerônimo Leite

10 Movimentação bancária não é renda



Adermir Ramos da Silva Filho

12 O Contador Gerencial



Elaine Ap. Dias

14 A nova liderança focada para o século XXI



**Rejane Margareth Alvarenga Passos
Zenaide Homem de Mello Ceballos**

22 Contabilidade de Custos na agroindústria: uma abordagem pela dinâmica de sistemas



**Edilberto de Jesus Fresneda Lanzoni
Léia Vicentini da Silva
Valdemir Franzotti
William Hajime Yonenaga**

28 Imposto Invisível



Orivaldo Aparecido Soares

30 Riscos na terceirização



Luís Antonio Carvalheiro Pires

32 Responsabilidade do Contabilista perante o Código Civil



Paulo Lauriano

34 Perícia em apuração e distribuição de lucro
Critério para o cálculo e distribuição aos sócios



Wilson Alberto Zappa Hoog

38 Organizações Felizes



Paulo Araújo

39 Balanço Patrimonial do CRC SP

NOTÍCIAS

ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

44 Qual o destino da anuidade que você paga?

DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL

46 Conheça as comissões do CRC SP

FISCALIZAÇÃO

48 Tecnologia agiliza serviços contábeis

REGISTRO

49 Pesquisa vai traçar o perfil do profissional de Contabilidade

ESPECIAL

50 CRC SP realiza convenções regionais em São José do Rio Preto e Piracicaba

52 Começa movimento pela reforma do Decreto-lei nº 9.295/46

54 Encontro de Estudantes no ABCD teve mais de 1.500 participantes

56 Planejamento Estratégico CRC SP: Contabilistas, divulguem a excelência!

58 O futuro da Previdência brasileira é igual ao futuro do país, afirma ministro

68 Para presidente da Price, transparência significa vantagem competitiva

74 Contabilistas transformam números em informações

78 Errata



PELA MODERNIZAÇÃO DA LEI DE REGÊNCIA!

2006 é um ano muito importante para todos os Contabilistas por diferentes motivos. Em abril, comemoramos os 80 anos da criação do Dia do Contabilista; em maio, os 60 anos do Decreto-lei nº 9.295/46, que permitiu a criação do Conselho Federal de Contabilidade, dos CRCs e a normatização da profissão contábil; em dezembro, o nosso CRC SP completará 60 anos.

Este é o ano em que a classe contábil pode comemorar com muito orgulho a história da Contabilidade, tecida com a união dos profissionais que, com trabalho e dedicação, contribuíram para o crescimento e o desenvolvimento da ciência e da profissão de mais de 390 mil Contabilistas do Brasil, 111 mil deles só no Estado de São Paulo.

Nas últimas seis décadas, fomos regidos pelo Decreto-lei nº 9.295, que o presidente Eurico Gaspar Dutra promulgou em 1946. Era um período emblemático, quando os povos do mundo inteiro lutavam para esquecer a 2ª Guerra Mundial, que terminara no ano anterior, e reconstruir seus países e suas vidas.

Pode-se dizer que foi a partir desse fato histórico que começaram as grandes mudanças sociais, econômicas, geográficas e, principalmente, tecnológicas. Olhadas sob o prisma de 2006, as seis décadas que nos separam de 1946 tiveram uma fantástica evolução.

A lei de regência dos Contabilistas, no entanto, permaneceu imutável, ao contrário da Contabilidade, que se tornou vital para a economia globalizada e para os novos e emergentes mercados do século XXI. O Decreto-lei nº 9.295 sequer acompanhou a transformação dos profissionais, dos “guarda-livros” de 1946 aos gestores de 2006.

Nos últimos meses, o CRC SP deu os primeiros passos para modernizar o Decreto-lei nº 9.295/46. Uma Comissão Nacional, constituída pelo CFC, promoverá discussões públicas com os profissionais de todo o país. Até maio de 2007, pretende-se que o anteprojeto do remodelado 9.295 seja apresentado no Congresso Nacional.

Os próximos meses serão de muito trabalho. E é assim que deve ser. Se quisermos ser uma classe atuante, com presença e voz na sociedade brasileira, temos que começar a mudança por nós mesmos, partir para a mobilização, nos unir e conseguir, com a força da nossa determinação, mudar o que deve ser mudado para nós, Contabilistas, para, com redobrado vigor, passarmos a exigir as mudanças necessárias para o nosso País.

É necessária, também, a atualização constante da classe contábil, que resulte em competência, inovação, formação robusta, técnica apurada e excelência. São esses os princípios que norteiam as Convenções Regionais de Contabilistas, Empresários e Estudantes da Contabilidade, que estamos realizando no Interior. O sucesso dos primeiros eventos, em São José do Rio Preto (18 e 19 de maio) e Piracicaba (2 e 3 de junho), mostrou que a classe contábil está sedenta por mais conhecimento e foco em resultado.

Essa também é a nossa missão e, para que a classe contábil seja referência, precisamos trabalhar para ter uma profissão forte, respaldada em normas modernas, que atendam o mercado de trabalho atual e contribuam para o crescimento profissional. Só assim seremos agentes do nosso tempo, cidadãos atuantes, engajados, aqueles que fazem a diferença.

LUIZ ANTONIO BALAMINUT
Presidente do CRC SP



CONSELHO DIRETOR

Presidente: Luiz Antonio Balaminit
Vice-Presidente de Administração e Finanças: Sergio Prado de Mello
Vice-Presidente de Fiscalização: Domingos Orestes Chiomento
Vice-Presidente de Desenvolvimento Profissional: Cláudio Avelino Mac-Knight Filippi
Vice-Presidente de Registro: José Aref Sabbagh Esteves

Câmara de Controle Interno
Coordenador: Walter Lório
Vice-coordenador: Wanderley Antonio Laporta
Membro: Valdir Campos Costa
Suplentes: Márcia Ruiz Alcazar, Telma Tibério Gouveia e Celina Coutinho

Câmara de Recursos
Coordenador: Osvaldo Monéa
Vice-coordenador: Antonio Neves da Silva
Membros: Cláudio Aníbal Cleto, Maria Anselma Coscrato dos Santos e Arnaldo Longhi Colonna

I Câmara de Fiscalização
Coordenador: Vinício Martins Presti
Vice-coordenador: Niveson da Costa Garcia
Membros: Celso Aparecido Gonçalves, Sérgio Vollet e Zaina Said El Hajj

II Câmara de Fiscalização
Coordenador: Júlio Linuesa Perez
Vice-coordenador: Celso Carlos Fernandes
Membros: José Carlos Melchior Arností, Marilene de Paula Martins Leite e Daisy Christine Hette Eastwood

III Câmara de Fiscalização
Coordenador: Luiz Fernando Nóbrega
Vice-coordenador: Julio Luiz Baffini
Membros: Carlos Augusto Nogueira, Cibele Costa Amorim e Neusa Prone Teixeira da Silva

Câmara de Desenvolvimento Profissional
Coordenador: José Joaquim Boarin
Vice-coordenador: Marcelo Roberto Monello
Membros: José Donizete Valentina, Telma Tibério Gouveia e Clóvis Ioshike Beppu

Câmara de Registro
Coordenador: Joaquim Carlos Monteiro de Carvalho
Vice-coordenadora: Celina Coutinho
Membro: Márcia Ruiz Alcazar

Conselheiros Suplentes
Adilson Luizão, Almir da Silva Mota, Ana Maria Costa, Ana Maria Galloro, Ari Milton Campanhã, Camila Severo Facundo, Carlos Carmelo Antunes, Carmem de Faria Granja, Cloriovaldo Garcia Baptista, Deise Pinheiro, Dorival Fontes de Almeida, Edevaldo Pereira de Souza, Elza Nice Ribeiro Moreira, Francisco Montoia Rocha, Gilberto Benedito Godoy, Iracélio Perez, Joel Dias Branco, Lázaro Aparecido de Almeida Pinto, Leonardo Silva Tavares, Luciana de Fátima Silveira Granados, Luis Augusto de Godoy, Luiz Bertasi Filho, Manassés Efraim Afonso, Marco Antonio de Carvalho Fabbri, Osvaldo Pereira, Rita de Cássia Bolognesi, Sérgio Borges Felipe, Sérgio Paula Antunes, Setsuo Kaidei Junior, Silmar Marques Palumbo, Teresinha da Silva, Valdimir Batista, Vera Lúcia Vada e Wanderley Aparecido Justi.

Boletim CRC SP

Diretor: Luiz Antonio Balaminit
Comissão de Publicações
Coordenador: Vinício Martins Presti
Membros: Antônio Luiz Sarno, Antonio Neves da Silva, Joaquim Carlos Monteiro de Carvalho e José Joaquim Boarin
Jornalista responsável: Graça Ferrari - MTB 11347
Jornalista: Michele Mamede - MTB 44087
Assistente: Nerisvaldo José dos Santos

Registrado sob o nº 283.216/94 no livro "A" do 4º Cartório de Registro de Títulos e Documentos de São Paulo
Projeto gráfico: OlhodeBoi Comunicações
Periodicidade: Trimestral
Fotolito e impressão: Prol Editora e Gráfica
Tiragem: 115.000 exemplares

A direção da entidade não se responsabiliza pelas opiniões emitidas nas matérias e artigos assinados.
TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – É proibida a reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou qualquer meio, sem prévia autorização.

Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo
Rua Rosa e Silva, 60 – Higienópolis – 01230-909 – São Paulo – SP
Tel.: (11) 3824.5400, 3824.5433 (Teleatendimento)
Fax: (11) 3662.0035
e-mail: crcsp@crcsp.org.br
Portal: www.crcsp.org.br

“Tenho recebido o Boletim CRC SP lido e estudado suas matérias com atenção. Por isto não posso deixar de colocar a minha opinião quanto à visível melhora que o Boletim apresenta. Gostaria de parabenizar todos os responsáveis pela sua edição, pelo excelente trabalho que vêm fazendo”.

JOSÉ DE OLIVEIRA PEREIRA

“Desejo à nova diretoria muito sucesso na nova gestão. Concordo plenamente com o editorial do presidente Luiz Antonio Balaminit, sobre a maior participação dos Contabilistas na vida pública e nas associações de classe. Estou fora do dia-a-dia da Contabilidade há 10 anos, mas faço questão de ler todos os Boletins para me manter atualizado”.

SILVIO APARECIDO RODRIGUES

“Cumprimento todos os profissionais do Boletim CRC SP pelo importante e muito atual artigo publicado no nº 158, de Carlos Alberto Zaffani, com o título: Cuidado com os custos ‘invisíveis’. Parabéns a todos”.

PEDRO LUIZ DA CRUZ

“Gostaria de parabenizá-los pela qualidade das matérias publicadas na edição 158 do Boletim CRC SP”.

WADEL QUINELATTO JUNIOR

“Parabéns ao Boletim CRC SP e toda a sua equipe pelas notícias que ajudam milhares de profissionais a se manter informados, através desta publicação, feita especialmente para os Contabilistas”.

VALQUÍRIA BARCELOS DA SILVA

MARGEM DE CONTRIBUIÇÃO: ABORDAGENS PARA REFLEXÃO

Todos aqueles que gerenciam suas empresas com responsabilidade e competência sabem da importância da Contabilidade como fonte geradora de informações e dados relevantes para a tomada de decisões. Sendo assim, uma das ferramentas mais valiosas fornecidas pela Contabilidade de Custos, e nem sempre utilizada ou aplicada corretamente, é a MARGEM DE CONTRIBUIÇÃO, ou seja, o resultado de uma empresa, negócio, operação, linha de produtos ou um único produto, após a dedução dos respectivos custos e despesas variáveis.

Como se trata de um tema encontrado em muitos livros e publicações especializadas, neste artigo pretendemos sair um pouco da abordagem tradicional versando sobre a aplicação da margem de contribuição pouco utilizada pelas empresas e chamando a atenção sobre possíveis avaliações incompletas que podem conduzir à tomada de decisões equivocadas quando ela é aplicada sem um conhecimento mais profundo do negócio.

I. UTILIZANDO A MARGEM DE CONTRIBUIÇÃO NA ÁREA DE VENDAS

Uma das principais preocupações dos responsáveis pelas áreas comerciais consiste na dificuldade para se avaliar adequadamente a força de vendas, pois geralmente ocorre uma ênfase nos volumes e nos custos incorridos para realização das vendas. Assim, a maioria das empresas utiliza planos de remuneração baseados na aplicação de percentuais sobre o valor da venda/faturamento. Desse modo, embora muitas utilizem outros parâmetros (por exemplo, fixação de cotas e níveis de concessão) para adequar, incentivar ou reduzir o valor da comissão a ser paga para o vendedor, a realidade é que prevalece pouca ênfase sobre a efetiva contribuição que cada pedido vendido traz para a organização.

É mais comum do que se imagina as empresas pagarem comissões sobre vendas que mal cobrem todos os custos variáveis, não gerando nenhuma contribuição para absorver os demais custos e despesas fixas e, muito menos, gerar algum lucro.

O que ocorre quando existe um sistema de comissionamento baseado na margem de contribuição?

Em primeiro lugar, o vendedor desenvolve uma nova abordagem – tanto no cliente quanto dentro da própria empresa – para conseguir o pedido. Em segundo lugar, o responsável pela aprovação ou não do pedido envia esforços redobrados no sentido da redução dos custos para viabilizar uma contribuição positiva. Na seqüência, busca-se avaliar outros componentes tais como índices de produtividade de máquina, níveis de desperdício etc.

A realidade é que um sistema de comissionamento baseado na margem de contribuição privilegia a qualidade da venda e impõe uma nova maneira de pensar e agir, não apenas ao profissional de vendas, mas também a todos aqueles que interagem nas compras, recebimento, produção e entrega de um pedido. Em relação ao vendedor, ele se obriga a desenvolver maneiras inovadoras de abordagens nas negociações com os clientes e maior interação com outras áreas da empresa, tais como Compras, PCP, Produção, Distribuição e Finanças, contribuindo indiretamente para o aperfeiçoamento das relações e fortalecendo os processos internos da organização.

Pela limitação do espaço, neste artigo, não são abordadas questões relacionadas com a implantação de um plano de remuneração de vendas baseado em margem de contribuição. Recomendamos, todavia, que antes da tomada de decisão para implantação de um sistema que contemple isso, sejam procedidas projeções e cálculos comparativos e analisadas todas



Um sistema de comissionamento baseado na margem de contribuição privilegia a qualidade da venda.



as características e variáveis (inclusive trabalhistas) específicas de cada empresa, especialmente em relação a: mercado de atuação, linhas de produtos, planos de ganhos em vigor, forma de vínculo dos vendedores ou representantes, incentivos vigentes e as práticas gerenciais de vendas.

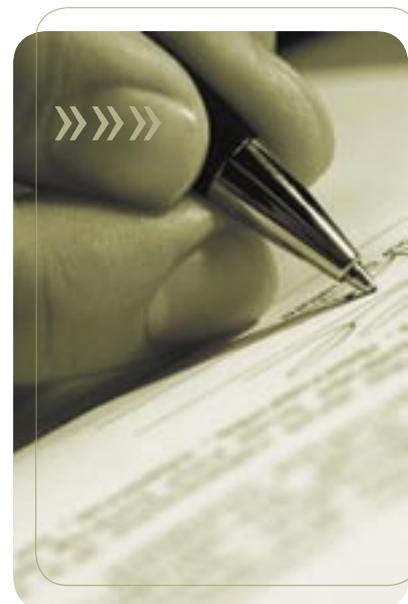
II. MARGEM DE CONTRIBUIÇÃO HORÁRIA

Pode parecer estranho, porém, a maioria das empresas que utiliza a margem de contribuição em suas análises gerenciais, aplica os conceitos tradicionais

dessa ferramenta. Embora extremamente válidas, as formas tradicionais podem conduzir, em algumas circunstâncias, a análises que nem sempre fornecem todos os elementos para tomada de decisões consistentes e eficazes.

No exemplo abaixo, o leitor poderá compreender melhor o que estamos falando.

Vamos assumir que a empresa “X” produza dois itens que absorvam a mesma proporção de custos variáveis e, de acordo com critérios específicos de *mark up*, ambos sejam vendidos por R\$ 500,00. Sendo assim, teremos:



	PRODUTO A	PRODUTO B	TOTAL
Vendas líquidas	500	500	1.000
(-) Custos Variáveis	275	275	550
Margem de Contribuição	225	225	450
	45,0%	45,0%	45,0%

Logo, de acordo com a forma tradicional de analisar a margem de contribuição, tanto o produto A quanto o produto B apresentaram a mesma margem de contribuição. No entanto, ao analisar a carga horária exigida para produção dos mesmos, constatamos que o produto A consumiu o dobro de horas. Assim temos:

Horas gastas	100 h	50 h
Margem de Contribuição Horária	\$ 2,25	\$ 4,50

Embora os dois produtos tenham apresentado os mesmos valores nominais em termos de margem de contribuição sob a ótica tradicional, observa-se que, em termos horários, produziu-se a mesma quantidade, porém B consumiu a metade do tempo em comparação com A. Portanto, a

variável “hora” acaba sendo medida pelo fluxo de produção do produto. Assim, na medida em que a área de produção otimiza os caminhos críticos do processo produtivo, viabiliza-se o aumento da margem de contribuição horária, passando a ser uma forte aliada na formação de preços.

Em outras palavras, podemos inferir que a margem de contribuição horária pode significar uma evolução nos conceitos tradicionais da MC, pois quando dois produtos que apresentam a mesma margem, gastando, porém, tempos diferentes para serem produzidos, acabam propiciando a agregação de valores diferentes para o negócio, uma vez que o produto que consome menos tempo agrega maior valor.

Pelo exposto, é preciso estar atento ao comportamento do processo produtivo, identificando os “gargalos” de produção e conhecendo os tempos requeridos em cada processo. A margem de contribuição horária pode ser mais um valioso instrumento auxiliar na busca da agregação de valor efetivo ao seu negócio.

Convidamos o(a) prezado(a) leitor(a) a fazer alguns testes em suas operações.

CARLOS ALBERTO ZAFFANI
 Contador, Consultor e
 Administrador de Empresas.



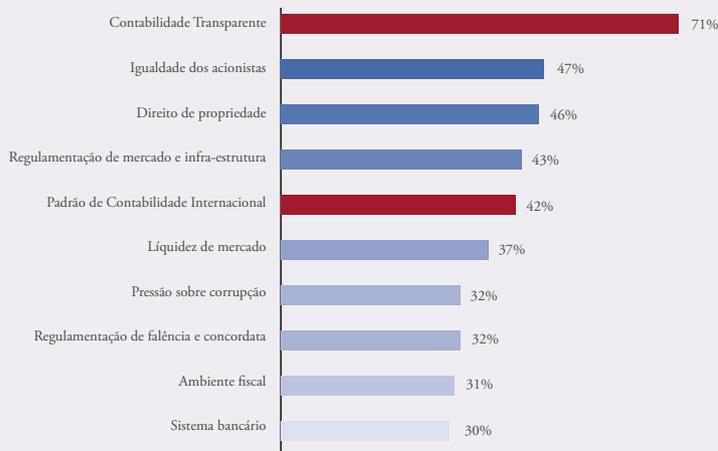
O INTERESSE DOS INVESTIDORES INTERNACIONAIS PELA HARMONIZAÇÃO DAS NORMAS CONTÁBEIS

A Contabilidade tem como objetivo apresentar aos usuários internos e externos das empresas informações contábeis úteis e de qualidade que possam auxiliá-los no processo de tomada de decisões. Com isso, as companhias que captam recursos financeiros em algum mercado de capitais específico precisam divulgar informações no processo de comunicação financeira com seus investidores. A Contabilidade pode ainda ser vista como a linguagem financeira universal no mundo dos negócios. A harmonização de suas normas é um processo de extrema necessidade e relevância para as empresas que operam em diversos países e que precisam reportar informações às suas controladoras ou aos seus usuários internacionais. Logo, a divulgação de informações sobre o desempenho econômico-financeiro de uma empresa deve ter o respaldo de normas contábeis de alta qualidade que garantam a comparabilidade com outras empresas e a compreensibilidade de seus usuários.

No intuito de demonstrar que as informações contábeis divulgadas ao mercado merecem um maior nível de atenção por parte das empresas em termos qualitativos, apresentamos a seguir o resultado de uma pesquisa realizada no ano de 2002 pela Consultoria McKinsey junto a duzentos

dos maiores investidores institucionais do mundo que juntos administram um patrimônio superior a 9 trilhões de dólares. O objetivo dessa pesquisa foi o de levantar informações sobre os fatores determinantes utilizados pelos investidores na escolha de um novo investimento.

FATORES DETERMINANTES DA DECISÃO DE INVESTIMENTOS



Fonte: REVISTA EXAME. A escolha do investidor. Edição de 16 de outubro de 2002.



As empresas que adotam normas contábeis reconhecidas internacionalmente terão significativa vantagem sobre as demais no mercado de capitais.



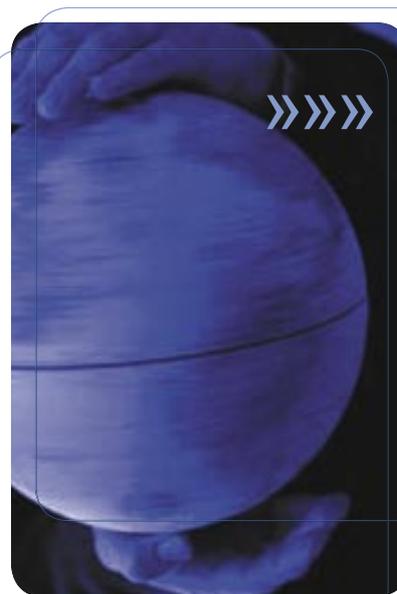
Dentre os dez fatores apontados pelos investidores consultados como os mais importantes na determinação de um novo investimento, percebe-se que a “Contabilidade Transparente” aparece como o mais relevante de acordo com 71% desses investidores. Isso significa que as empresas que atuam em diversos mercados devem divulgar informações contábeis de alta qualidade

que proporcionem um maior nível de transparência e confiabilidade. O “Padrão de Contabilidade Internacional”, por sua vez, se apresenta como um dos fatores mais importantes na escolha de um novo investimento para cerca de 42% dos investidores.

Dessa forma, verifica-se que os investidores são atraídos para os mercados que conhecem e nos quais confiam. Por essa razão, as empresas que adotam normas contábeis reconhecidas internacionalmente terão significativa vantagem sobre as demais no mercado de capitais, pois a divulgação de informações de acordo com normas de elevada qualidade proporciona transparência e comparabilidade, melhora a comunicação financeira e a compreensibilidade e reduz o risco do investimento e o custo do capital.

Observa-se, portanto, que a economia global sem fronteiras e o desenvolvimento do mercado de capitais no contexto internacional exigem um padrão de normas contábeis de alta qualidade e de demonstrações financeiras comparáveis e compreensíveis para uso em todo o mundo. As reduções de custos de capital e de riscos no processo de avaliação de investimentos são elementos importantes para tomada de

decisões dos investidores, resultando em informações úteis e transparentes, de alta qualidade, produzidas de acordo com as normas internacionais de Contabilidade emitidas pela IASB – *International Accounting Standards Board*.



JOUBERT DA SILVA JERÔNIMO LEITE
Auditor, Perito Contábil, Consultor de Empresas e Professor.

RESPONSABILIDADE CIVIL PROFISSIONAL CONTABILISTA

CUSTOS PESSOAS FÍSICAS (custo anual valores em R\$)

Importância Segurada	0+1 parcela	0+4 parcelas	0+7 parcelas	0+11 parcelas
50.000,00	1.052,38	270,83	159,48	105,43
100.000,00	2.096,03	539,42	317,63	209,98

CUSTOS PESSOAS JURÍDICAS POR IMPORTÂNCIA SEGURADA

Importância Segurada	0+1 parcela	0+4 parcelas	0+7 parcelas	0+11 parcelas
50.000,00	1.372,98	353,34	208,06	137,54
100.000,00	2.630,98	677,09	398,70	263,57

CUSTOS P. JURÍDICAS POR FATURAMENTO ANUAL COMPROVADO (R\$ 500 a R\$ 800 mil)

Importância Segurada	0+1 parcela	0+4 parcelas	0+7 parcelas	0+11 parcelas
50.000,00	1.328,09	341,79	201,26	133,05
100.000,00	1.699,93	437,49	257,61	170,30

* R\$ valores até junho/06

PREÇOS ESPECIAIS PARA ENTIDADES ASSOCIADAS AO SISTEMA FENACON

SAÚDE EMPRESARIAL (a partir de 3 vidas)

SEGURO DE VIDA INDIVIDUAL

OUTROS SEGUROS SOB CONSULTA

“PREÇOS ESPECIAIS PARA ASSOCIADOS SESCON”

0800 101505

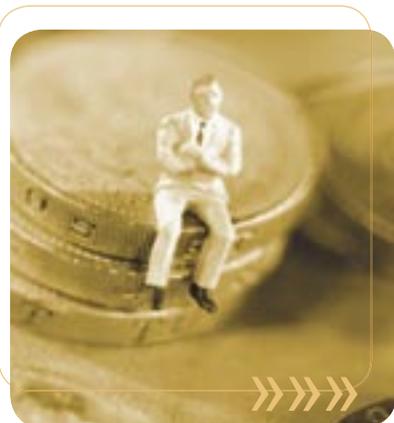
mhc@mhcseguros.com.br
www.mhcseguros.com.br



CORRETORA DE SEGUROS

MOVIMENTAÇÃO BANCÁRIA NÃO É RENDA

Será que realmente o cenário começou a mudar em favor da Receita Federal quando os fiscais ganharam acesso aos dados sobre a CPMF, tributo que se paga ao movimentar a conta bancária? A Receita alega estar incrementando o combate à sonegação fiscal, tornando-se mais eficiente graças ao cruzamento de dados da arrecadação da CPMF com as declarações de Imposto de Renda. Afirma-se, também, que o órgão fiscalizador, por meio de processamento eletrônico, gera uma lista de pessoas físicas e jurídicas que apresentam as maiores discrepâncias entre a renda declarada e as informações do arsenal do Leão.



Movimentação financeira não é renda e os fatos geradores pelos dois tributos são tão distintos que não há porque confundir os dois, como se faz. A CPMF - Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira, incide sobre a saída de numerário da conta-corrente do contribuinte, sendo que sua incidência ocorre mesmo quando o indivíduo saca valores acima dos que dispõe. Ademais, não é incomum que se façam diversas operações financeiras envolvendo os mesmos valores.

Tomemos como exemplo uma pessoa que receba R\$ 1.000,00 por um serviço prestado. Não precisando utilizá-los imediatamente, empresta-os por alguns dias para um amigo. Depois desse prazo, o amigo devolve o dinheiro, depositando-o na conta do indivíduo, que retira novamente o dinheiro para fazer um pagamento qualquer. Imaginemos que ele não precisou fazer o pagamento e retornou o dinheiro para a conta-corrente. Então, faz diversas transações com cheque até que utiliza todo o valor. Nota-se, neste caso, que o mesmo dinheiro passou por três incidências da CPMF, sem que tenha havido qualquer alteração na renda daquela pessoa.

RENDA É AUMENTO DE PATRIMÔNIO

Renda indica variação patrimonial, ou seja, a quantidade de riqueza amealhada anualmente. Assim, só é renda o que o indivíduo acrescenta ao seu patrimônio por força do seu trabalho e/ou da aplicação do seu capital. Desse modo, nem mesmo os R\$ 1.000,00 iniciais significam “renda”, mesmo que esse pagamento sofra desconto do imposto “na fonte”, já que ao longo de um ano o indivíduo poderá ter até mesmo decréscimo do seu patrimônio e qualquer valor retido anteriormente, em tese, ser-lhe-ia devolvido.

Não se pode negar que o combate à sonegação é componente vital a qualquer sistema tributário e, quando realizado com eficiência, contribui para a regularização das relações de mercado. De fato, a sonegação fiscal, muitas vezes, opera como diferencial de concorrência, na medida em que o competidor desleal, por sonegar im-



Renda indica variação patrimonial, ou seja, a quantidade de riqueza amealhada anualmente.



postos, consegue vender seu produto com preço bastante diferenciado de seus concorrentes.

Com a carga tributária que temos, a vantagem obtida com a sonegação é considerável. Por isso mesmo, setores inteiros da economia migram para a informalidade, até como meio de subsistência. Isso, entretanto, não pode dar margem à atuação arbitrária. A Receita apresenta isso como se significasse aumento da eficiência, que vem “batendo records”, chegando a 139% de aumento do número de autuações nos últimos quatro anos.

Terá o órgão sofrido um grande choque de gestão, que o levou a otimizar ao infinito a produtividade de seus poucos agentes? Parece pouco provável. Quem quer que tenha a experiência de procurar essa repartição pública com qualquer fim, como regularizar a empresa, corrigir informações prestadas, ou fazer mero cadastramento ou cancelamento do CNPJ, verá intermináveis filas e, não raro, levará muito tempo para ver seu pedido processado. Isso se não topar

com exigências burocráticas inatendíveis, ou ser obrigado a procedimentos que só iniciados nos labirintos oficiais sabem como realizar.

Não sendo esse o caso, é de se perquirir como pôde aumentar tanto o número de autuações. A resposta é que a Receita está expedindo autuações de modo “automático”, ou seja, com base na mera discrepância de dados entre a movimentação bancária e a declaração do imposto, isto é, sem maiores fiscalizações, lavram-se autos.

Assim, é bastante impróprio, e altamente improvável, que o movimento financeiro represente a renda de qualquer pessoa. Pela conta-corrente de alguém podem passar valores significativos sem que tenha havido qualquer apropriação. É a diferença entre os saldos bancários do último



dia de cada ano que representará mais propriamente a variação patrimonial, independentemente do que tenha ocorrido no percurso. Aliás, é desse modo que pensam nossos tribunais, quando julgam acusações de sonegação do Imposto de Renda com base em movimentação bancária.

Portanto, esse aumento de autuações movido pela Receita pode representar, mais que uma vitória sobre a sonegação, um gasto público incalculável, decorrente do pagamento de verbas de sucumbência em processos de execução fiscal baseados em tão insegura e ilegal fundamentação. Compete aos representantes legislativos e às associações de classe lutarem para que não se sacrifique a legalidade pela suposta eficiência. Ao contribuinte, se atingido por ações ilegais do Fisco, só resta o socorro do Judiciário.

**ADERMIR RAMOS DA SILVA
FILHO**

*Psicólogo e Advogado, especialista
em Direito Tributário.*

Seja nosso cliente. www.dominioistemas.com.br Informações Comerciais: 0800 645 4004

**"QUANDO ESTÁVAMOS À PROCURA DE UMA
EMPRESA QUE FORNECESSE SISTEMAS,
PROCURAMOS UMA COM QUALIDADE DE PONTA
E CONFIÁVEL. ENCONTRAMOS ISSO NA DOMÍNIO
SISTEMAS. OS SISTEMAS DA DOMÍNIO TÊM
LINGUAGEM MODERNA, SÃO INTEGRADOS
E ATENDEM À LEGISLAÇÃO."**



Sérgio Approbato Machado Junior

Sócio-diretor da Approbato & Fischer Contabilistas Associados (São Paulo/SP).

Os softwares da Domínio Sistemas facilitam a administração do escritório contábil, oferecem integração e adaptação total aos processos fiscais, contábeis e de folha de pagamento. Com redução do custo operacional, baixo investimento e maior segurança, o resultado é: **CLIENTE SATISFEITO!**

**CLIENTES SATISFEITOS:
ESSA É A NOSSA
MELHOR PROPAGANDA.**

domínio
SISTEMAS

A sua melhor escolha



O CONTADOR GERENCIAL

Atualmente, cursar quatro anos do ensino superior já não é suficiente para se tornar empregável e obter uma colocação imediata no mercado de trabalho. Permanecer empregado é outro grande desafio. O perfil do profissional contábil tem se alterado com o tempo, as organizações, principalmente as empresas privadas, não querem mais um simples *guarda-livros*¹, uma pessoa que se atém somente a registrar os atos e fatos administrativos que afetam o patrimônio da entidade.

A competição e a necessidade de inovações constantes levam as empresas a contratar pessoas pró-ativas, com senso de responsabilidade, com capacidade de se manter atualizadas, com pensamento crítico e que dominem sua profissão. Por outro lado, sabemos que, com o avanço das tecnologias e informações, já não é possível o Contador ser um oráculo, aquele que tudo vê e que tudo sabe, como era no passado, uma vez que a quantidade de informações a serem assimiladas é tão excessiva que bate às raias da falta de razoabilidade. Em uma mesma semana, recebi por *e-mail* cerca de



Mesmo com uma sobrecarga de informações, o Contador necessita se ater a situações estratégicas, estar preparado para ser um Contador gerencial.



dezoito atos administrativos emitidos pela Secretaria da Receita Federal, INSS, Governo do Estado, etc., entre eles, decretos, regulamentos e as infindáveis instruções normativas.

Mesmo com uma sobrecarga de informações, o Contador necessita se ater a situações estratégicas, estar preparado para ser um Contador gerencial. Cada vez mais é comum as empresas consultarem os profissionais contábeis sobre a composição de seus custos para formação de seu preço de venda, sua opinião sobre análises do balanço e outras situações gerenciais. Na maioria dos casos, o Contador não está preparado para isso. Preocupado em atender as inúmeras exigências principais e acessórias do Fisco federal, estadual e municipal, o Contador, às vezes, não dispõe de tempo para situações que demandam análises estratégicas, o que o tornaria, de fato, um Contador gerencial.

Até mesmo as universidades que formam os profissionais contábeis ainda não despertaram para o fato de que existe uma necessidade imediata em formar Contadores com pensamento de gestores e não somente operacionais,

¹ *Guarda-livros: Denominação que antigamente se dava ao profissional de Contabilidade.*

relegando a concentração de idéias a segundo plano. Apesar da gritante necessidade mercadológica, a maioria das instituições do ensino superior insiste em enfatizar somente a Contabilidade histórica ou financeira e, pior, usando metodologias completamente obsoletas. Exemplo disso é que a maioria dos professores das disciplinas de Contabilidade básica ensina exaustivamente as famigeradas contas “t”, como se conhecer razonetes fosse o fato mais importante para o profissional. Às vezes, nem explicam ao aluno que, no dia-a-dia, isso não é utilizado, que essa é apenas uma fórmula didática para o aprendizado e assimilação do funcionamento da Contabilidade.

O termo “Contador gerencial” não é novo. A Contabilidade gerencial surgiu após a Revolução Industrial, que ocorreu no século XVIII, devido à necessidade de levantar os custos do valor do processo de conversão de mão-de-obra e materiais em novos produtos. Segundo Silvio Aparecido Crepaldi, o Contador gerencial é definido pelo IFAC – *International*

Federation of Accounting (Federação Internacional de Contabilidade), como um profissional que “identifica, mede, acumula, analisa, prepara, interpreta e relata informações (tanto financeiras quanto operacionais) para uso da administração de uma empresa, nas funções de planejamento, avaliação e controle de suas atividades e para assegurar o uso apropriado e a responsabilidade abrangente de seus recursos”.

Tão importante quanto saber como se comportou a empresa no passado, com base nas informações da Contabilidade financeira, também interessa ao empresário saber o que fazer no futuro, traçar estratégias para situações de dificuldades a serem enfrentadas, fazer um planejamento das atividades, elaborar seu fluxo de caixa, executar um orçamento de vendas, enfim, utilizar-se da Contabilidade como ferramenta de gestão empresarial. O profissional contábil que for bem mais além que registrar os atos e fatos administrativos certamente poderá atender essa demanda, tornando-se um Contador gerencial.



As análises das demonstrações contábeis oriundas da Contabilidade financeira fazem parte do pacote da Contabilidade gerencial.



Para conhecer a Contabilidade gerencial, o Contador necessita conhecer também a Contabilidade financeira, regida pela Lei nº 6.404/76 (ou lei das S/As aplicáveis às demais empresas). Mas isso não é tudo, as análises das demonstrações contábeis oriundas da Contabilidade financeira fazem parte do pacote da Contabilidade gerencial: análises de desempenho, análises horizontais e verticais, análises através de índices (liquidez, endividamento e rentabilidade) e análise de custo/volume/lucro.

O profissional contábil, ainda que seja difícil, pode delegar mais atribuições rotineiras a assistentes enquanto poderia contribuir ativamente com seus conhecimentos contábeis e gerenciais para os novos rumos da organização. Os empresários agradecem.

ELAINE AP. DIAS
Contadora, especialista em administração financeira e em Gestão Pública Municipal.



A NOVA LIDERANÇA FOCADA PARA O SÉCULO XXI

Segundo Chowdhury (2003), as organizações do século XXI se empenharão em conseguir o entusiasmo do cliente e não apenas a sua satisfação. Esse entusiasmo significa a empolgação e a fidelidade do cliente alimentadas pelos serviços e produtos disponíveis para ele e que excedem as suas expectativas.

Para manter os clientes entusiasmados, as empresas precisam superar as expectativas em qualidade e preço de seus produtos em um ambiente de extrema competitividade global. A dinâmica globalizada das organizações tem levado a mudanças na busca de eficácia e eficiência. Especialmente nas relações capital/trabalho e gestão/subordinação, verifica-se cada vez mais a importância do desempenho nos resultados e o desenvolvimento da competência individual e em equipe. Neste cenário, ganham relevo teorias e metodologias de gestão organizacional, em especial no tocante aos fatores relacionados às pessoas e ao desempenho e desenvolvimento do capital humano das organizações.

Excelência de desempenho associada à excelência de desenvolvimento das pessoas e das equipes deve estar na base das estratégias organizacionais. Chowdhury (2003) propõe que a educação para todos é a estratégia fundamental para a administração. Recomenda treinar toda a equipe, sem discriminação, desde o *chairman* até o operário de fábrica.

Estas condições têm evidenciado ou exigido mudanças na maneira de gestão e as lideranças gerenciais passaram a atuar como facilitadoras do processo

em vez de comandarem a execução de tarefas e atividades. O novo líder precisa inspirar confiança e manter a perspectiva de futuro. Liderar deixou de ser uma atividade concentrada na produção eficiente de bens e serviços, afirma Warren Bennis (2001). Hoje, a tarefa dos líderes é desenvolver relacionamentos com diversas pessoas para criar uma comunidade que produza riqueza. Segundo Bennis, há quatro fatores que se destacam no momento de identificar quem é um líder exemplar: direção e significado, confiança, otimismo e busca de resultados.

Stephen Covey (Peter Drucker Foundation, 1995), em “Três funções do líder no novo paradigma”, sugere que a liderança seja desmembrada em três funções ou atividades básicas: explo-



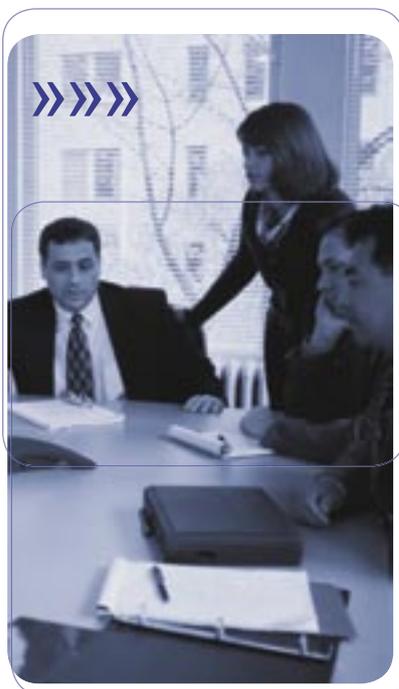
A dinâmica globalizada das organizações tem levado a mudanças na busca de eficácia e eficiência.



rar, alinhar e dar autonomia. Explorar relaciona-se com o planejamento, com a visão estratégica de futuro das organizações. Alinhar significa entender a organização, os papéis das equipes e das pessoas e saber distribuir as ações para implementar a visão e a estratégia. Dar autonomia é construir a motivação, o senso de responsabilidade, descentralizar e engajar as pessoas e as equipes em um objetivo maior destas e da organização.

Gubman (1999) propõe como estratégia “desenvolver pessoas e estratégias para obter resultados extraordinários”. Em sua abordagem de gestão de recursos humanos e de estratégias propõe, como etapas básicas de gestão de pessoas e de liderança, as funções ou atividades de alinhar, engajar e avaliar.

É possível fazer um paralelo interessante entre Gubman e Covey. Muito do engajamento apresentado no ciclo proposto por Gubman tem



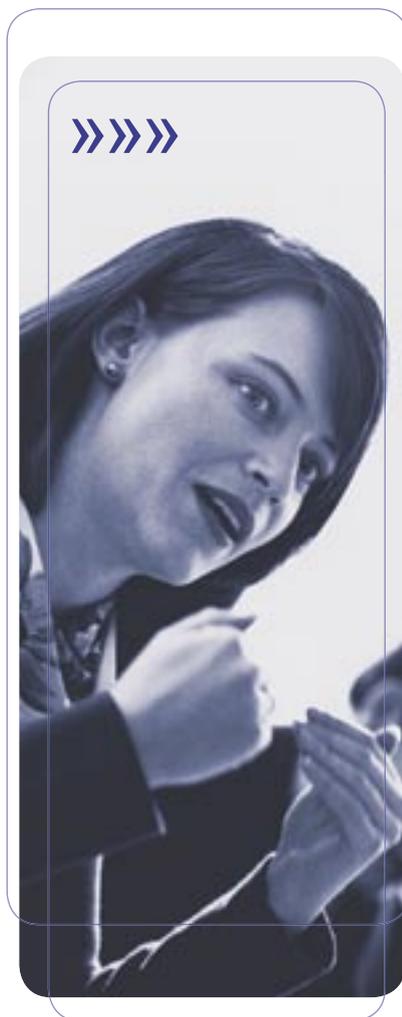
pontos de contato com a autonomia sugerida por Covey. Pode-se dizer que ambos os trabalhos associam liderança e gestão, mas o enfoque de Gudman é mais gerencial, enquanto o enfoque de Covey é mais orientado aos aspectos de liderança.

Este trabalho apresenta como contribuição, tendo como base Gubman e Covey, uma nova forma de agrupamento das funções de liderança e de gestão de pessoas nas seguintes quatro etapas básicas: explorar, alinhar e avaliar, engajar e dar autonomia e crescer.

As funções, conforme aqui apresentadas, permitem o desenvolvimento do processo de liderança e gestão, tanto por um enfoque metodológico, como apresentado em “Talento”, como por um enfoque natural e intuitivo de discussão das funções da liderança, como apresentado em “Três funções do líder no novo paradigma”.

GESTÃO E LIDERANÇA EM QUATRO FUNÇÕES

Se liderança pode ser tratada teórica e metodologicamente como apresenta Covey (Peter Drucker Foundation, 1995), estando associada às metodologias de



gestão de pessoas, propõe-se que liderança e gestão de pessoas sejam divididas ou desmembradas nas quatro funções ou atividades básicas: explorar, alinhar e avaliar, engajar e dar autonomia e crescer. A seguir, examinaremos cada uma delas.

EXPLORAR

Para Covey (Peter Drucker Foundation, 1995), “a essência e a força de explorar são encontradas em uma visão e uma missão instigante. Explorar relaciona-se com o sentido maior do futuro. Traz a cultura impregnada e empolgada com um propósito transcendente e fora do comum. Mas em relação a quê? A atender às necessidades de seus clientes e de outros grupos de interesse. Explorar, deste modo, vincula seu sistema de valor e sua visão às necessidades dos clientes e de outros grupos de interesse, através de um plano estratégico. Denomino-o caminho estratégico”.

ALINHAR E AVALIAR

De acordo com Covey (Peter Drucker Foundation, 1995), “a segunda

A escolha da ferramenta é sua. Os resultados também.

Sistemas contábeis e de recursos humanos pela internet.

Com o **cordilheira.net** você não ocupa espaço em seu servidor, pode acessar o sistema de qualquer parte do mundo e não corre o risco de perder seus dados. Siga o avanço da tecnologia usando a ferramenta certa. Use o Cordilheira.net.

cordilheira[®] 2.0
A escolha certa

Ligue agora e solicite uma visita:
São Paulo (11) **3956.5000**
Demais localidades acesse:
www.ebs.com.br

Seja uma Revenda EBS Sistemas.
Entre em contato conosco e saiba como.

29 anos de mercado
+ de 20.000 clientes

ebs sistemas



atividade de um líder é alinhar. Ela consiste em assegurar que a estrutura organizacional, os sistemas e processos operacionais contribuam para realizar a missão e a visão de atender às necessidades de clientes e de outros grupos de interesse. Eles não interferem nelas, não concorrem com elas e não as dominam. Só existem por uma razão: colaborar com elas. Sem sombra de dúvida, a maior alavancagem do princípio de alinhamento ocorre quando seu pessoal está alinhado à sua missão, visão e estratégia. Quando as pessoas compreendem plenamente as necessidades, quando compartilham um poderoso compromisso de realizar a visão, quando são convidadas a criar e a aperfeiçoar de forma contínua as estruturas e os sistemas que atenderão a estas necessidades, você obteve o alinhamento. Sem estas condições humanas, você pode obter uma qualidade de classe mundial, mas tudo que você tem são programas frágeis. Enfim, precisamos aprender que programas e sistemas são vitais, contudo, são pessoas que os desenvolvem”.

Este trabalho acrescenta dentro da segunda função do líder a avaliação e o controle. O líder precisa avaliar

continuamente o alinhamento e revê-lo periodicamente. A organização, através de suas lideranças, precisa do controle de suas ações e de seus propósitos. Assim, gestão e liderança podem andar metodologicamente unidas na busca de resultados e competitividade.

ENGAJAR E DAR AUTONOMIA (*empowerment*)

Para Covey (Peter Drucker Foundation, 1995), “a terceira atividade de um líder é dar autonomia. O que isto significa? As pessoas possuem enorme talento, habilidade, inteligência e criatividade, grande parte adormecida. Quando você obtém o verdadeiro alinhamento à visão e à missão comuns, começa desenvolver as missões em conjunto com estas pessoas. Missão e objetivos individuais se mesclam à missão da organização. Quando estes dois processos se sobrepõem, uma grande sinergia é gerada. Uma fagulha se acende no interior dessas pessoas e desperta talentos, habilidade e criatividade latentes para fazerem o que for necessário e coerente com os princípios acordados, a fim de realizar

seus valores, visão e missão de atender clientes e demais grupo de interesse. Isso é o que entendemos por dar autonomia (*empowerment*)”.

Associamos autonomia ao engajamento com os propósitos da organização. Autonomia é também algo a ser conquistado por todos. Covey expressa essa preocupação no trecho a seguir: “Porém, depois, você precisa analisar o que acontece. Quais são os resultados? Estamos atendendo às necessidades dos nossos clientes e dos outros grupos de interesse? Dados e informações que indicam se estas necessidades estão, na verdade, sendo atendidas devem ser passados às pessoas e equipes pertencentes à cultura, de modo que possam utilizá-los para aplicar as correções e melhorias necessárias, além de continuar a fazer o que for preciso para o cumprimento da missão e o atendimento das necessidades”.



**A organização,
através de suas
lideranças,
precisa do
controle de
suas ações
e de seus
propósitos.**



CRESCER

Este trabalho acrescenta uma quarta função ao líder: prover o crescimento e a multiplicação das lideranças, promover a formação de novos líderes e a competência de pessoal. Propõe que a competência pessoal, a das equipes e, especificamente, a competência de gestão e liderança sejam promovidas à condição de valor essencial para a organização e para todos.

Segundo Chowdhury (2003), a educação para todos é a estratégia fundamental para a administração. Tal educação envolve o treinamento de toda a equipe, sem discriminação, desde o *chairman* até o operário de fábrica. Não se deve negligenciar no treinamento, de qualquer tipo, os empregados de níveis inferiores.

A educação para todos ajuda na implantação adequada, seja de um novo sistema de computadores, seja de uma nova estratégia da empresa. O treinamento sem implementação significa que uma empresa está perdendo dinheiro e deixando de ganhar benefícios.

Fazer a mudança acontecer, dentro de uma empresa ou fora dela, é bem mais difícil sem a educação para

todos. A não ser que todos realmente tentem concretizá-la, ela perderá sua força. Muitas iniciativas fracassam porque o gerenciamento impõe a mudança aos funcionários, em vez de educá-los quanto ao que a organização planeja fazer.

UM NOVO PARADIGMA DE LIDERANÇA

Organizamos as funções de liderança e de gestão em uma mesma estrutura, defendendo assim que ambas podem caminhar juntas e com uma maior sinergia. Entretanto, é importante distinguir liderança e gestão, concordando com a fala de Covey (Peter Drucker Foundation, 1995): “Estas funções de modelagem, baseadas em princípios, representam um paradigma que é diferente do tradicional pensamento gerencial. Existe uma diferença muito significativa entre gerência e liderança. Ambas são funções vitais e, por isso, torna-se fundamental compreender a diferença entre elas para não confundi-las. Liderança está voltada para fazer as coisas certas; gerência se preocupa em fazer certo as coisas. Liderança garante que as escadas que



O mais novo conceito de Tecnologia Contábil


e-contab®

SISTEMAS CONTÁBEIS
SEM TAXA DE MANUTENÇÃO MENSAL

Anúncio válido até 30/06/2006

FAÇA UM TEST DRIVE
e confira
nossa qualidade

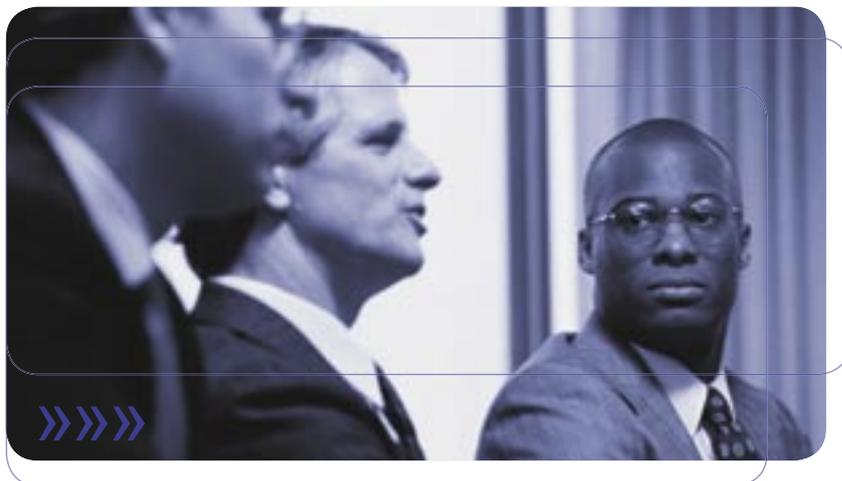
Contabilidade | Folha de Pagamento | Fiscal | Adm. de Escritório | PPP

www.e-contab.com.br

São Paulo: 11 2626-1962 Outras localidades: 19 3525-6600

estamos subindo estão apoiadas na parede certa; gerência assegura que estamos subindo as escadas da maneira mais eficiente possível”.

Combinar sinergicamente capacidade de gestão e liderança deve ser a forma de construir novos paradigmas de liderança. Ou, como fala Convey, “combinando o novo conjunto de habilidades sinérgicas com a nova mentalidade de interdependência, você conseguirá o golpe perfeito para conquistar a vantagem competitiva. Ao conseguir a mentalidade e as habilidades, você gera processos, sistemas e estruturas eficazes alinhados a sua visão e missão. Cada organização está perfeitamente projetada e alinhada para obter os resultados que atinge. Se quiser resultados diferentes, precisará



de mentalidade e habilidades novas para desenvolver soluções sinérgicas. Ter todos os grupos de interesse em mente ao tomar decisões é somente um egoísmo civilizado, pois somos muitos interdependentes”.

O desafio do novo milênio será formar líderes inovadores, capazes técnica e cientificamente e com capacidade de gestão e gerenciamento. Liderar deixou de ser uma atividade concentrada na produção eficiente de bens e serviços, afirma Warren Bennis (2001). Hoje a tarefa dos líderes é desenvolver relacionamentos com diversas pessoas para criar uma comunidade com propósitos comuns, bem definidos e que produza riqueza. Segundo Bennis, há quatro fatores que se destacam no momento de identificar quem é um líder exemplar: 1) direção e significado; 2) confiança; 3) otimismo e 4) busca de resultados.

O papel-chave desempenhado pela liderança em toda atividade humana não é limitado tão-somente às grandes organizações, que apresentam uma estrutura complexa. Na família ou em pequenos negócios, como uma lanchonete ou borracharia de beira de estrada, é possível observar compo-

ntes de gestão e de liderança que estão em jogo nas grandes estruturas organizacionais, tais como hierarquia, sistema e formas de distribuição.

DESENVOLVENDO A QUARTA FUNÇÃO: COMPETÊNCIAS, HABILIDADES GERENCIAIS E DE LIDERANÇA

A época atual caracteriza-se por uma evolução tecnológica extremamente rápida e dinâmica, de modo que a competência geral de qualquer organização envolve profundidade de competência técnica e científica. É muito bom que o líder e o gestor possuam competência técnica e científica abrangente ou, pelo menos, possuam a habilidade de agregar competências diferenciadas e complementares à sua equipe e ao seu setor de atuação. Os conhecimentos técnico-científicos acumulados individualmente são insuficientes para a maioria dos problemas. Assim, a capacidade de utilização de habilidades sociais para agregá-los a uma equipe é uma característica fundamental dos líderes.

O líder precisa ser capaz não somente de agregar competências técnicas



O desafio do novo milênio será formar líderes inovadores, capazes técnica e cientificamente e com capacidade de gestão e gerenciamento.



e científicas, mas de compreender o seu processo de desenvolvimento e crescimento. Entender o quanto fundamental, por exemplo, é encorajar seus funcionários a aderirem à prática da Educação Continuada.

Muitos desses problemas não estão relacionados ao mundo das coisas, mas sim ao mundo das pessoas. Segundo Pomin, dentre as inúmeras definições existentes para “administração”, destaca-se a seguinte: “Administrar é conseguir atingir os objetivos da organização por meio das pessoas”.

Partindo desse pressuposto e do paralelismo aqui proposto entre gestão e liderança, admite-se que existem três áreas de habilidades necessárias ao líder e ao gestor: a técnica, a humana e a conceitual.



**Administrar
é conseguir
atingir os
objetivos da
organização
por meio das
pessoas.**



HABILIDADE TÉCNICA

Essa habilidade caracteriza-se por utilizar os conhecimentos técnico-administrativos, métodos e técnicas necessárias ao desenvolvimento de tarefas específicas. Inclui uma visão geral do processo técnico e científico, caracteriza a habilidade de juntar e desenvolver habilidades.

HABILIDADE HUMANA

É a habilidade de uso e desenvolvimento contínuo da capacidade e discernimento necessário ao aperfeiçoamento no trato com pessoas, procurando motivar, liderar e desenvolver um grupo, conduzindo-o à consecução das metas da organização.

www.modulosintegrados.com.br

vendas@modulosintegrados.com.br



**Minimizando Custos
& Atingindo Melhores Resultados**

Tecnologia e Agilidade

Recursos profissionais que garantem o atendimento

- Folha de Pagamento
- Controle de Benefícios
- Treinamento Localizado
- Escrita Fiscal
- Controle Patrimonial
- Relatórios por email
- Contabilidade
- Administrador de Escritórios
- Protocolos
- Ponto Eletrônico
- Cálculo de Impostos em Atraso
- Suporte On Line

Solicite a visita de um dos nossos consultores

Tel.: (11) **4994.5237**



HABILIDADE CONCEITUAL

É a habilidade para compreender as complexidades da organização global, sua política e diretrizes, conduzindo o grupo em consonância com os objetivos propostos.

A capacidade de combinar e o papel relativo destas habilidades variam em função da posição do indivíduo na hierarquia administrativa da empresa. À medida que alguém passa dos níveis inferiores de chefia para os níveis mais elevados, a habilidade técnica operacional vai perdendo terreno para a visão técnica abrangente e para a capacidade de utilizar o conhecimento técnico na construção da visão estratégica. Ou seja, a habilidade conceitual vai ganhando uma importância cada vez maior. O denominador comum em todos os níveis de administração é,

predominantemente, a habilidade humana, a capacidade em liderar pessoas, trabalhar em grupo, conseguir com que elas façam o que deve ser feito, da maneira mais eficaz e eficiente possível, ou seja, a habilidade de agregar e coordenar habilidades.

Segundo a *London Business School*, existem muitos mecanismos e sistemas para estimular o aprendizado das organizações na formação de executivos (líderes) de alto potencial, podendo-se destacar quatro tipos de oportunidades de aprendizado que podem ser oferecidas aos executivos de alto potencial, a saber:

- I – **Técnico-Operacional Informal:** reuniões de equipe, *coaching* dos gerentes de linha;
- II – **Técnico-Operacional Formal:** revisão de projetos, rotação de postos, aprendizado em ação (*on-the-job*), tarefas, equipes inter-funcionais;
- III – **Gerencial Informal:** socialização, rede de contatos;
- IV – **Gerencial Formal:** desenvolvimento executivo, plano de carreira, *mentoring*, *coaching*.

Enfim, aprender, ensinar, desenvolver e crescer como líder e liderado, ou seja, crescer e fazer crescer, eis o valor que precisa ser uma nova componente da cultura organizacional, assim como, por exemplo, a ética ou a segurança no trabalho.

CONCLUSÃO

Os líderes de hoje devem ter um perfil de gestor, serem técnicos e metodológicos. Por outro lado, os gestores precisam, além de técnicos e metodológicos, ser líderes. Liderança e gestão precisam caminhar juntas nas organizações, pois não estão disso-

ciadas. O modelo aqui apresentado considera que liderança e gestão de pessoas podem ser divididas em quatro funções ou atividades básicas: explorar, alinhar e avaliar, engajar e dar autonomia e crescer. Este modelo permite que gestão e liderança sejam tratadas simultaneamente na organização, cada qual servindo-se da outra.

Tal modelo encoraja as organizações a investirem em treinamento e formação, sobretudo, na formação de líderes e gestores. Deve-se manter os investimentos em treinamento e educação, pois o capital intelectual vem se configurando como o principal ativo das empresas na sociedade do conhecimento.

O processo precisa ser científico e metodológico, pois não acontece naturalmente. Ao contrário, as habilidades devem ser adquiridas com esforço contínuo e desenvolvidas por todos aqueles que desejem assumir posição de liderança. Os melhores líderes precisam estar continuamente trabalhando e estudando a fim de aperfeiçoar suas habilidades.

Liderar é um processo complexo pelo qual uma pessoa influencia outras a atingir objetivos, missões ou tarefas e, assim, guia a organização na direção estabelecida. O líder precisa crescer nesta capacidade, bem como saber multiplicá-la juntamente com outras características ou valores, tais como ética e caráter.

REJANE MARGARETH
ALVARENGA PASSOS
Bacharel em Ciências Contábeis.

ZENAIDE HOMEM DE
MELLO CEBALLOS
*Bacharel em Ciências Jurídicas,
licenciatura em Ciências Físicas
e Biológicas.*

- CHOWDHURY, Subir. *Administração no século XXI* (O estilo de gerenciar hoje e no futuro). São Paulo: Pearson Education, 2003.
- GUBMAN, Edward L. *Talento: Desenvolvendo pessoas e estratégias para obter resultados*. São Paulo: Campus, 1999.
- HSM GROUP. *Descobrimo os líderes de amanhã*. HSM Management Update. São Paulo, set/out. 2004, nº 14.
- BECKHARD, Richard; GOLDSMITH, Marshall; HESSELBEIN, Frances et alii. *O líder do futuro*. São Paulo: Futura, 2004.
- POMIN, Ótíz, *Liderança*. São Paulo: Idort-SP.
- BENNIS, Warren. *A Invenção sobre Liderança e Mudança*. Rio de Janeiro: Campus, 2002.
- PAES, Francisco J.C. *Liderança & Chefia*. Goiânia: Universidade Católica de Goiás – UCG. Disponível em: <<http://www.ucg.br>>. Acesso em 12 abr. 2005.
- PETER DRUCKER FOUNDATION. *O líder do futuro*. Três funções do líder no novo paradigma. São Paulo: Futura, 1995.

**GLAN
DATA**

**Se o seu concorrente usa Glan Data, fique de olho.
Sua Empresa pode estar ficando para trás**

Sistemas Administrativos e Gerenciais vendas@glandata.com.br www.glandata.com.br

Projeto Escritório Contábil

Exclusivo ➔ **Gerenciador de Custos**

- A Mensalidade do seu cliente está correta?
- A distribuição de trabalho entre os funcionários está correta?
- Você sabe quanto custa o seu cliente?

Exclusivo ➔ **RH-Online**

- Interatividade do DP com o RH do cliente.
- Diminuição de 85% do serviço do DP.

Exclusivo ➔ **Gerenciador de Arquivos Eletrônico**

- Controle Interno e Externo da Documentação do Cliente

Folha de Pagamento

Contabilidade

Fluxo de Caixa

Escrita Fiscal

Projeto Empresa

Financeiro - Faturamento - Estoque - Compras

ABRINDO PORTAS PARA O FUTURO



TRAZENDO SOLUÇÕES PARA O PRESENTE



Solicite uma demonstração sem compromisso: (11)4461-4771 - (11)4461-0080



CONTABILIDADE DE CUSTOS NA AGROINDÚSTRIA: UMA ABORDAGEM PELA DINÂMICA DE SISTEMAS

O ambiente altamente competitivo e complexo da atualidade tem exigido atenção especial por parte dos tomadores de decisão das organizações. Uma análise equivocada da realidade pode conduzir a resultados indesejados. Tal situação muitas vezes se origina de modelos mentais que espelham a realidade de forma distorcida e de fenômenos contra-intuitivos que não são percebidos sob o enfoque mecanicista de resolução de problemas (SENGE, 1990). Dentre as abordagens alternativas para diminuir as incertezas no processo de tomada de decisão pode-se citar a Dinâmica de Sistemas (FORRESTER, 1969), que utiliza os conceitos da Teoria Geral dos Sistemas (BERTALLANFY, 1977).

Uma empresa agroindustrial pode ser considerada como um sistema aberto, com trocas de material e informação

com o meio ambiente (BELHOT, 1998). Além disso, nela se relacionam, de maneira complexa, diversos subsistemas, como o produtivo, o financeiro e o de recursos humanos.

O objetivo deste trabalho é demonstrar como a metodologia de Dinâmica de Sistemas pode, por meio de um modelo simulado no pacote computacional STELLA, auxiliar o tomador de decisão a visualizar fenômenos sistêmicos em uma organização. O modelo apresentado evidencia o comportamento das variáveis relacionadas à Contabilidade de Custos de uma empresa processadora de frutas que fornece a polpa de fruta para empresas engarrafadoras, de acordo com as variáveis de entrada do modelo. Questões como a sazonalidade na oferta de matéria-prima, preço de compra, preço de venda e prazo de pagamento e recebimento são contempladas no modelo.

A METODOLOGIA DE DINÂMICA DE SISTEMAS

A Dinâmica de Sistemas foi criada nos anos de 1950 pelo professor Jay W. Forrester. Esta metodologia usa a simulação computacional para relacionar a estrutura de um sistema com o seu comportamento no tempo. Sua origem remonta a estudos realizados sobre a tomada de decisões relativas a inventário e recrutamento de pessoal para a General Electric, na década de 1950 (FORRESTER, 1989).

Devido às características do cérebro, o ser humano apresenta problemas em relacionar as causas e efeitos de um sistema, principalmente quando os dois estão distantes no tempo, e em transmitir todo o conhecimento contido nas mentes humanas. Dessa forma, existe uma dificuldade em relatar modelos

mentais de forma compreensível. A Dinâmica de Sistemas supre essas deficiências na medida em que capta as informações da estrutura de um sistema, formaliza-as em um modelo computacional e, a partir disso, a simulação retorna o comportamento gerado pela estrutura (COVER, 1996). Segundo Faulin (2004), a estrutura de um sistema é difícil de ser identificada. Para Folledo (2000), tal estrutura é dividida em quatro “níveis de pensamento sistêmico”: eventos, padrões de eventos, estruturas sistêmicas e visões compartilhadas. Geralmente, percebem-se apenas os dois primeiros níveis, pois são mais visíveis. Porém, os reais pontos de alavancagem do sistema se situam nos níveis que tratam da sua estrutura e das visões compartilhadas. As ferramentas de Dinâmica de Sistemas auxiliam os tomadores de decisão a visualizar tais níveis que se mostram “parcialmente” ocultos.

Atualmente, os pacotes de simulação em Dinâmica de Sistemas são fáceis de usar, como será demonstrado.

COMPONENTES DO MODELO

Em DS, um modelo é construído com, basicamente, quatro componentes: estoques, fluxos, auxiliares e conectores.

Os estoques são variáveis de estado e podem ser considerados como repositórios onde algo é acumulado, armazenado e potencialmente passado para outros elementos do sistema (DEATON & WINEBRAKE, 2000). Eles fornecem uma visão de como está o sistema em qualquer instante do tempo. E quaisquer mudanças nos estoques, que ocorrem devido à ação dos fluxos, demandam um certo tempo, ou seja, não são instantâneas (COVER, 1996). No *software* STELLA, os estoques podem também exercer a

função das estruturas de fila, esteira rolante e forno.

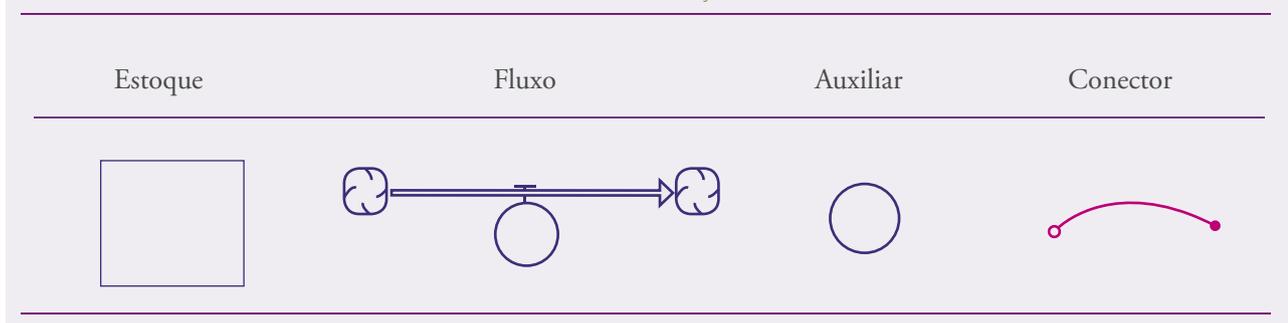
Os fluxos, por sua vez, são variáveis de ação, e podem alterar os estoques, aumentando ou diminuindo seus volumes (DEATON & WINEBRAKE, 2000).

Os auxiliares servem para formular os dados para definir as equações dos fluxos. Eles servem para combinar, através de operações algébricas, os fluxos, estoques e outros auxiliares. São usados para modelar as informações, e não o fluxo físico, sendo capazes de se alterar instantaneamente, sem atrasos (COVER, 1996).

Os conectores representam as inter-relações entre todos os componentes do sistema. São essas inter-relações que ligam os componentes que formarão uma expressão matemática (DEATON & WINEBRAKE, 2000).

A seguir, são apresentados os símbolos referentes a cada um dos componentes citados acima.

FIGURA 1 – COMPONENTES UTILIZADOS NA SIMULAÇÃO EM DINÂMICA DE SISTEMAS



Ao se modelar com estes quatro componentes um pacote de simulação, deve-se seguir as seguintes regras (FLOOD & JACKSON, 1991):

- Um estoque pode somente ser precedido por um fluxo;
- Um estoque pode ser seguido por um auxiliar ou um fluxo;

- Um auxiliar pode ser seguido por outro auxiliar ou por um fluxo;
- Um fluxo deve ser seguido por um estoque;
- Um estoque não pode ser diretamente afetado por outro estoque.

Ao se estruturar tais componentes para espelhar um sistema real, obtêm-se

um diagrama de estoque e fluxo.

MODELAGEM DO PROBLEMA

O modelo proposto tem o objetivo de analisar o comportamento do fluxo de caixa de uma empresa agroindustrial. Ele considera fatores referentes à Contabilidade de Custos,



RESULTADOS OBTIDOS

A partir de simulações com diferentes valores de variáveis, obtém-se o comportamento do sistema ao longo do tempo. Para este modelo foi considerada uma

simulação de 365 dias, correspondendo a um ano. Deste modo, são apresentados os valores diários de cada uma das variáveis. Além disso, foi considerado que os primeiros 60 dias da simulação correspondem ao período de colheita

da fruta. A seguir, são apresentadas as saídas de uma simulação em forma de gráfico com seus respectivos valores de variáveis de entrada.

As variáveis referentes a esta simulação possuem os seguintes valores:

Preço de venda (kg): R\$ 1,51

Custo da matéria-prima (kg): R\$ 0,17

Rendimento da fruta: 50%

Custo fixo: R\$ 500,00/dia

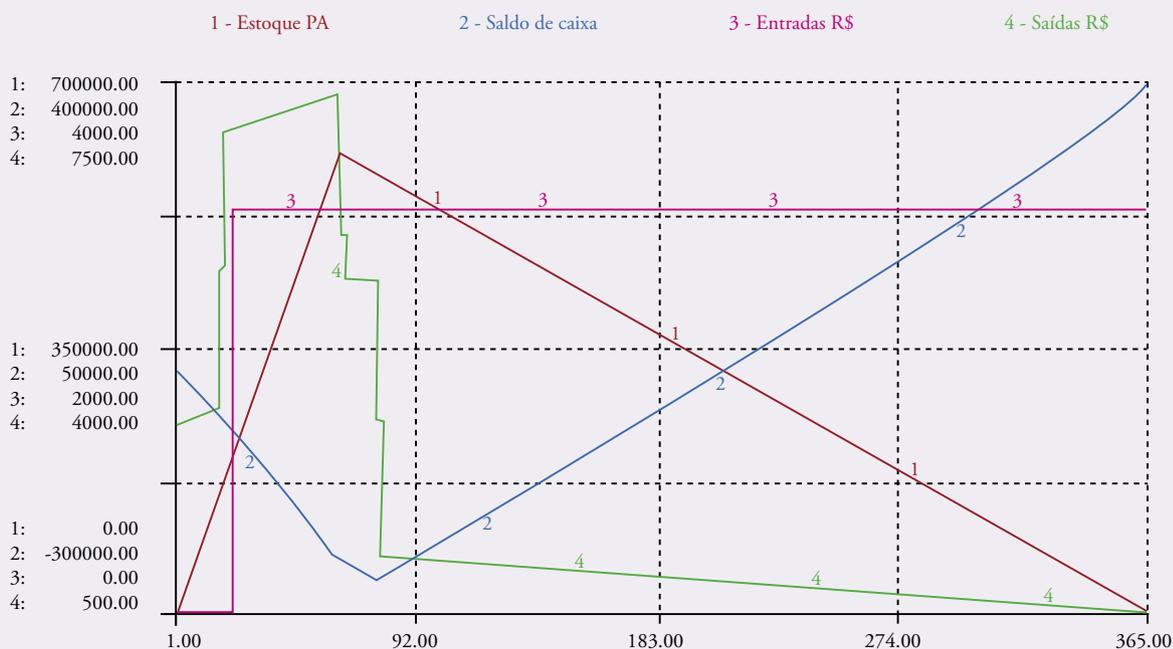
Prazo de pagamento: 15 dias

Prazo de recebimento: 20 dias

Demanda diária: 2000 kg/dia

Custo variável: R\$ 0,20/kg

FIGURA 3 – SAÍDA GRÁFICA DA SIMULAÇÃO 2





Pelo gráfico da Figura 3 verifica-se que o estoque de produto acabado (Estoque PA) atinge seu valor máximo ao final da safra (dia 60). A necessidade de caixa atinge seu pico no dia 75, com o fluxo negativo acumulado de R\$ 267.797,93. Deste modo, no início da operação, a empresa necessitaria deste valor para arcar com os custos iniciais. A partir deste dia, inicia-se um acréscimo no saldo em razão do fluxo líquido positivo de caixa. A variável Entradas R\$ corresponde às receitas provenientes das vendas e a variável Saídas R\$ corresponde aos custos fixos, custos variáveis e despesas com matérias-primas e armazenamento de produtos acabados em estoque. Nestas duas últimas curvas também estão representadas as defasagens de tempo, referentes aos prazos de pagamento e recebimento.



A metodologia da Dinâmica de Sistemas se constitui em uma ferramenta eficaz na geração de cenários que auxiliam a visualização de características sistêmicas das organizações.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho demonstrou que a metodologia da Dinâmica de Sistemas é uma ferramenta eficaz na geração de cenários que auxiliam a visualização de características sistêmicas das organizações. No modelo apresentado foi possível verificar fenômenos contra-intuitivos, como não-linearidade, atrasos, inter-relação entre as variáveis e complexidade dinâmica. Os resultados gerados pela simulação foram validados com os dados reais da empresa estudada. Deste modo, a Dinâmica de Sistemas evidencia tais aspectos nos sistemas analisados e modifica nossos modelos mentais. Além disso, ao se executar diversas simulações com diferentes valores de variáveis, promove-se o aprendizado sobre o sistema modelado. Tal metodologia também pode ser utilizada como ferramenta de comunicação, com o intuito de formar uma visão compartilhada do problema entre os diversos atores que atuam no sistema.

*EDILBERTO DE JESUS FRESNEDA LANZONI
Contador, administrador de empresas, professor universitário.*

*LÉIA VICENTINI DA SILVA
Graduanda em Administração com Gestão em Sistema de Informação.*

*VALDEMIR FRANZOTTI
Contador, administrador de empresas e professor universitário.*

*WILLIAM HAJIME YONENAGA
Doutorando em Engenharia de Produção pela UFSCar e professor universitário.*

IMPOSTO INVISÍVEL

É possível aumentar a arrecadação sem aumentar as alíquotas dos impostos ou sem que haja um acréscimo significativo no volume da atividade econômica?

Para tentar responder esta questão, iremos nos basear em alguns dos seguintes fatos.

Desde 31 de dezembro de 1995, as empresas estão impedidas de corrigir seus balanços. A correção monetária do balanço, instituída pelo artigo 185 da Lei nº 6.404/76 (Lei das S/As) e reconhecida do ponto de vista fiscal por meio do Decreto-lei nº 1.598/77 para corrigir as distorções provocadas

pelos altos índices inflacionários nas demonstrações financeiras, foi morta pelo artigo 4º da Lei nº 9.249/95.

Não obstante, a inflação que atingia percentuais na ordem de 10 a 30% ao mês por volta de 1991 a 1995, continua existindo ainda que em bases muito inferiores. Segundo os principais índices que medem a inflação, o INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor, e o IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Amplo, ambos divulgados pelo IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, os percentuais nos anos de 1996 a 2004 apresentaram o seguinte comportamento:

putadores dificilmente permanecem na empresa por um período superior a cinco anos. A própria tecnologia acaba por substituí-los e, às vezes, não há a possibilidade de comercializá-los por um valor superior ao registrado na Contabilidade, mesmo sem atualização monetária.

Ocorre que, com o antigo sistema de correção monetária, a atualização do Ativo Permanente e do Patrimônio Líquido acontecia de forma constante e o saldo da correção, quando credor, transformava-se no velho e conhecido lucro inflacionário, sendo tributado em, no máximo, 20 anos. As empresas que apresentavam saldo devedor de correção monetária eram beneficiadas por este sistema, pois a tributação só ocorria quando o saldo da correção fosse credor.

Este mecanismo possibilitava que quando a empresa vendesse um imóvel, por exemplo, o lucro na venda deste não fosse representativo, pois o valor do imóvel já estava atualizado pelos índices inflacionários até o momento da venda.

VARIAÇÃO PORCENTUAL

Ano	INPC	IPCA
1996	9,12	9,56
1997	4,34	5,22
1998	2,49	1,65
1999	8,43	8,94
2000	5,27	5,97
2001	9,44	7,67
2002	14,74	12,53
2003	10,38	9,30
2004	6,13	7,60

Este fato faz com que quando a empresa realiza a venda de um bem do Ativo Permanente certamente estará apurando um lucro (ou ganho de capital) em proporções mais elevadas do que se a mesma estivesse atualizando este valor até a data da venda, de acordo com a correção monetária do balanço, ora revogada pela Lei nº 9.249/95.

Sobre este ganho de capital, a mesma terá que recolher o Imposto

de Renda e a Contribuição Social, valores computados no resultado não operacional e tributados em conjunto com as demais operações.

É justo afirmar que, nas circunstâncias atuais, a atualização monetária do Ativo Permanente e do Patrimônio Líquido por meio do antigo mecanismo de correção monetária não representa uma preocupação excessiva, tendo em vista os baixos índices de inflação. Além do mais, bens como máquinas e com-



Com o fim da correção monetária do balanço, quando a empresa vende um imóvel e apura lucro na transação, certamente estará pagando mais imposto de renda, pois a não atualização monetária dos valores acarreta algo que chamamos de “imposto invisível”. Embora os índices inflacionários atuais não sejam tão elevados, qual seria o valor de um imóvel (sede da empresa) ou do capital social em um período de 15 anos com inflação na ordem de 7% ao ano?

Fazendo uma analogia, concordamos que a empresa pagaria o imposto de qualquer maneira, ora pelo lucro inflacionário, ora pelo ganho de capital, mas as empresas com saldo devedor de correção monetária, que até então não eram tributadas pelo lucro inflacionário, passam agora a ser tributadas pelo ganho de capital, além de estarem sujeitas a uma sobrecarga na tributação pela ausência do saldo devedor para reduzir o lucro tributável.

Um outro aspecto a considerar é que, além daquilo que chamamos de “imposto invisível”, o fim da correção monetária acaba gerando um problema contábil perceptível ao longo

dos anos quando não se corrigem os grandes números.

Mesmo adotando-se a correção plena, estes valores podem não representar a realidade, pois a correção monetária com base em único índice aplicável a todas as empresas em nível nacional poderia provocar distorções para um ou outro setor. Somos da opinião que nenhum sistema é justo e que qualquer mecanismo adotado estará sujeito às mais diversas interpretações, mas que, com a extinção completa do sistema, certamente estaríamos incorrendo em um erro maior.

Analisando este mesmo fato do ponto de vista da pessoa física, é importante informar que de acordo com a legislação tributária vigente nos últimos 10 anos, os valores dos bens informados na declaração de rendimentos em 31 de dezembro de 1995 permanecem congelados, isto é, sem qualquer atualização monetária desde aquela época. Isto significa que, no caso da venda de um bem informado na declaração de rendimentos em 1995, caso venha a apurar lucro (ganho de capital), este será tributado em 15%.

O imposto apurado deverá ser pago até o último dia útil do mês subsequente à realização da venda e se transforma em tributação definitiva, isto é, não pode ser compensado com outros tributos.

Caso o contribuinte venha a se desfazer de um conjunto de bens em um único dia, o ganho de capital será apurado de forma individualizada, podendo ocorrer ganho em um item e perda em outro, mas ambos não se compensam.

Um outro aspecto a considerar é que, caso o contribuinte venha a se desfazer do único bem que possua e caso a alienação seja por valor igual ou inferior a R\$ 440.000,00, o mesmo não estará sujeito a apuração do ganho de capital, desde que não tenha realizado qualquer outra alienação nos últimos cinco anos.

Este é mais um exemplo daquilo que chamamos de “imposto invisível”, dentre outros que poderíamos citar como a não correção da tabela progressiva do imposto de renda, assunto amplamente divulgado por meio da imprensa e objeto de discussão da medida provisória 232, de 30 de dezembro de 2004.

Uma forma de atenuar este problema seria a correção plena dos valores, a aplicação de um certo percentual de redução sobre o rendimento tributável ou governo e contribuintes sentarem-se à mesa para negociar.

VENDA EM 05 DE FEVEREIRO DE 2005, IMÓVEL ADQUIRIDO EM 08 DE SETEMBRO DE 1996. INFLAÇÃO DO PERÍODO 80%.

GANHO DE CAPITAL

	Com atualização	Sem atualização
Valor da venda	183.000,00	183.000,00
(-)Valor de aquisição	(180.000,00)	(100.000,00)
Ganho de capital	3.000,00	83.000,00
Imposto de renda 15%	450,00	12.450,00

*ORIVALDO APARECIDO SOARES
Mestre em Contabilidade pela PUC-SP
e pós-graduado em Administração de
Empresas.*



RISCOS NA TERCEIRIZAÇÃO

Quando uma empresa decide pela terceirização de um processo, seja administrativo, financeiro ou operacional, ela pode ter como objetivos: livrar-se do problema, reduzir custos ou melhorar a qualidade dos serviços.

A empresa que busca livrar-se do problema cujo processo tem demandado muito tempo e desgaste na sua administração, opta por terceirizar esses serviços, permitindo ao gestor que utilize o seu tempo no *core business* da sua área.

Porém, com o rigor da legislação brasileira trabalhista e previdenciária, a busca em eliminar os problemas poderá, ao contrário, gerar muitas outras dificuldades não previstas, como reclamações trabalhistas e autuações fiscais.

Se o objetivo for a redução de custos, deve-se considerar além dos valores propostos, os gastos do “gerenciamento dos terceiros”, que, somados, podem acarretar valores superiores aos praticados pela gestão interna. Lembrando que o gerenciamento deve ser eficiente e eficaz, a fim de se evitar custos provenientes de encargos não recolhidos pelo prestador ou de passivos trabalhistas.

Como dizia, há quase 2.500 anos, o general Sun Tzu, autor do respeitado “A Arte da Guerra”: “aquele

que não conhece nem o inimigo e nem a si próprio será derrotado em todas as batalhas”. Por esse motivo, devemos considerar toda a legislação pertinente ao processo de terceirização e os seus riscos.

Inicialmente destacamos que as empresas não podem terceirizar as atividades-fim, consideradas aquelas que estão ligadas diretamente à execução da finalidade de seu objetivo principal.

Dentre os riscos destacamos:

Solidariedade – As empresas tomadoras de serviços têm a obrigação de exigir dos seus prestadores cópias autenticadas da guia de recolhimento quitada conforme define a Lei nº 9.032/95, pois, em caso de inadimplência, este (tomador) será o responsável solidário pelos débitos atribuídos.

Cabe ainda salientar que a Responsabilidade Solidária está também amparada pelo artigo 124 do Código Tributário Nacional (aspectos tributários) e pelo Capítulo X da Instrução Normativa nº100 do INSS (encargos da contribuição previdenciária). Corroborando com ambos o Código Civil nos artigos 264 a 285.

Cabe ainda elucidar que o Enunciado 331, do Tribunal Superior do Traba-



Com o rigor da legislação brasileira trabalhista e previdenciária, a busca em eliminar os problemas poderá, ao contrário, gerar muitas outras dificuldades não previstas.



lho, identifica a responsabilidade do tomador como sendo “subsidiária”.

Diante do comentado, as empresas tomadoras de serviços, além de exigirem a apresentação da documentação comprobatória, deverão também confrontar os valores dos comprovantes de recolhimentos (INSS e FGTS) com a respectiva Folha de Pagamento do prestador, com o objetivo de verificar se os valores são condizentes.

Os prestadores de má-fé que praticam valores “milagrosos”, muito aquém dos valores de mercado, encaminham os comprovantes dos recolhimentos dos encargos, porém, quando confrontados com a Folha de Pagamento, nota-se que os encargos não foram recolhidos na totalidade.

Vínculo Empregatício – O artigo 2º da CLT – Consolidação das Leis do Trabalho, considera como empregador “a empresa individual ou coletiva que, assumindo os riscos da atividade econômica, admite, assalaria e dirige a prestação pessoal de serviços”.

Observa-se que, diante da Lei, qualquer pessoa, seja jurídica ou física, de natureza filantrópica ou não, pode ser empregadora.

Voltando ao nosso propósito, cabe observar que há três identificadores que caracterizam a relação trabalhista:

Dois através dos verbos:

- **Assalariar:** que significa remunerar ou pagar alguém;
- **Dirigir:** caracterizado pela emissão de “ordem” a alguém (subordinação).

E o outro pelo adjetivo:

- **Pessoal:** serviço prestado sempre pela mesma pessoa da relação contratual.

Se esses três identificadores estiverem presentes há a caracterização do vínculo empregatício, conforme estabelece o artigo 3º CLT:

“Empregado é toda pessoa física que presta serviços de natureza não eventual a empregador, sob a dependência deste e mediante salário”.

São raros ou inexistentes os casos em que, na prestação de serviço, não há a incidência desses três fatores.

Cabe ressaltarmos que a existência de fornecedores exclusivos (caracterizados

por aqueles que emitem notas fiscais somente para um tomador) poderá fazer com que o prestador seja reconhecido como empregado, em virtude da dependência econômica ser uma das formas de subordinação, conforme menciona o ex-ministro Waldeck Ornelas, no Parecer/CJ nº 2.324, onde cita um trecho da obra de Amauri Mascaro do Nascimento, que define:

“Para uns a subordinação é a hierárquica, significando aceitação, no próprio trabalho, das ordens de um superior; para outros a subordinação é econômica, entendendo-se aquela que põe o trabalhador numa sujeição ou estado de dependência econômica”.

Não obstante todos os fatores mencionados, vale ainda elucidar o Enunciado 331 do Tribunal Superior do Trabalho, cuja dicção é a de que:

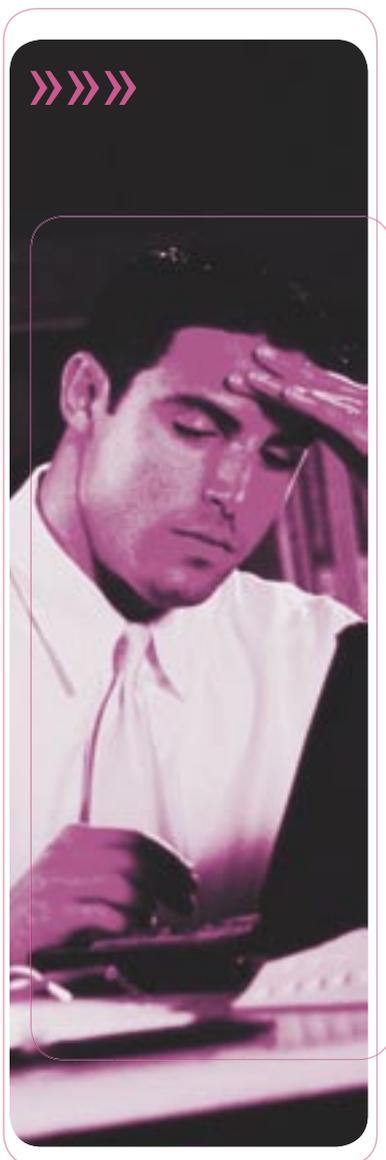
“A contratação de trabalhadores por empresa interposta é ilegal, formando-se o vínculo diretamente com o tomador dos serviços”, exceto para os casos abaixo:

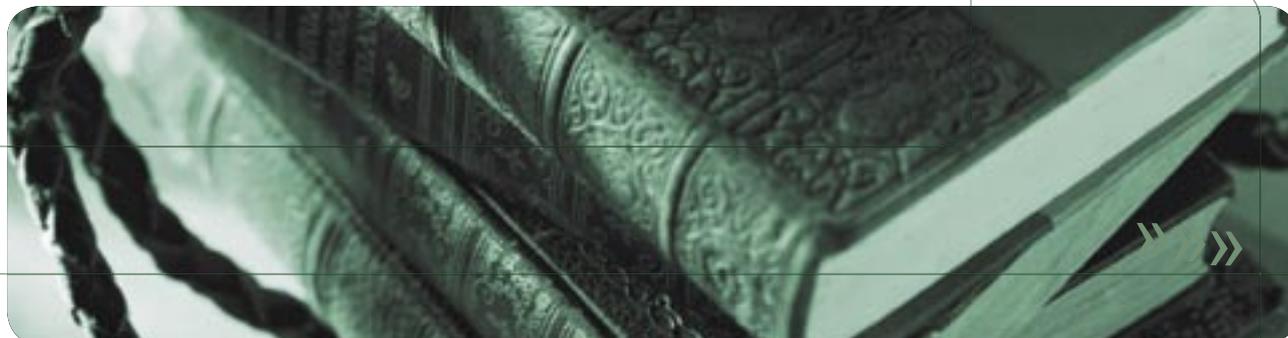
- trabalho temporário;
- em que o tomador seja um órgão da Administração Pública Direta, Indireta ou Fundacional;
- contratação de serviços de vigilância e de conservação e limpeza.

Por isso, diante do exposto, entendemos que o fator preço embora seja relevante, não deve ser considerado como o mais importante em um processo de terceirização e, sim, a idoneidade e saúde econômico-financeira da empresa prestadora do serviço.

LUÍS ANTONIO CARVALHEIRO PIRES

Pós-graduado em Auditoria e Controladoria e bacharel em Ciências Contábeis.





RESPONSABILIDADE DO CONTABILISTA PERANTE O CÓDIGO CIVIL

RESPONSABILIDADE CIVIL

A responsabilidade do Contabilista perante o Código Civil (Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002) está inserida na Seção III do Capítulo III do Título IV, especificamente nos artigos 1.177 e 1.178, sob o título “Do Contabilista e outros Auxiliares”.

Prescreve o art. 1.177 que os assentos lançados nos livros ou fichas do preponente (empresário), por qualquer dos prepostos encarregados de sua escrituração (Contabilistas), produzem, salvo se houver procedido de má-fé, os mesmos efeitos como se o fossem por aquele (empresário).

No exercício de suas funções, os prepostos (Contabilistas) são pessoalmente responsáveis, perante os preponentes, pelos atos culposos e, perante terceiros, solidariamente com o preponente, pelos atos dolosos.

Os atos culposos são dessa forma definidos quando o agente os pratica com imprudência, negligência ou imperícia e os dolosos, quando a prática do ato é intencional.

Os preponentes (empresários) são responsáveis pelos atos de quaisquer prepostos praticados em seus estabelecimentos e relativos à atividade da empresa, ainda que não autorizados por escrito (art. 1.178).

Quando esses atos forem praticados fora do estabelecimento, somente obrigarão o preponente (empresário) nos limites dos poderes conferidos por escrito, cujo instrumento pode ser suprido pela certidão ou cópia autenticada do seu teor.

ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL

A escrituração contábil deve ficar sob a responsabilidade de Contabilista legalmente habilitado perante o CRC – Conselho Regional de Contabilidade, da respectiva localidade.

Nesse sentido, prescreve o § 4º do art. 177 da Lei nº 6.404/76 (Lei das S/As), segundo o qual as demonstrações financeiras serão assinadas pelos administradores e por Contabilistas legalmente habilitados.

A escrituração será feita em idioma e moeda corrente nacionais e, em forma contábil, por ordem cronológica de dia, mês e ano, sem intervalos em branco, nem entrelinhas, borrões, rasuras, emendas ou transportes para as margens. É permitido o uso de código de números ou de abreviaturas, que constem de livro próprio, regularmente autenticado.



A escrituração será mantida em registros permanentes, com obediência aos preceitos legais e aos princípios de Contabilidade geralmente aceitos, devendo observar métodos ou critérios contábeis uniformes no tempo e registrar as mutações patrimoniais segundo o regime de competência (art. 177, *caput*, da Lei nº 6.404/76).

Além dos demais livros exigidos por lei, é indispensável o Diário, que pode ser substituído por fichas no caso de escrituração mecanizada ou eletrônica. A adoção de fichas não dispensa, porém, o uso de livro apropriado para o lançamento do balanço patrimonial e do resultado econômico.

Os livros obrigatórios e, se for o caso, as fichas, antes de serem utilizados, devem ser autenticados no Registro Público de Empresas Mercantis. A autenticação não se fará sem que esteja inscrito o empresário ou a sociedade empresária, que poderão proceder à autenticação de livros não obrigatórios.

O empresário e a sociedade empresária são obrigados a seguir um sistema de Contabilidade, mecanizado ou não, com base na escrituração uniforme de seus livros, em correspondência com a documentação respectiva e a levantar anualmente o balanço patrimonial e o de resultado econômico.

Essa obrigação não se aplica, porém, ao pequeno empresário, na forma do art. 970 do Código Civil, o qual dispõe que a lei assegurará tratamento favorecido, diferenciado e simplificado ao empresário rural e ao pequeno empresário, quanto à inscrição e aos efeitos daí decorrentes (arts. 170, IX, e 179, da Constituição Federal).

O tratamento jurídico do pequeno empresário está disciplinado pela Lei federal nº 9.317/1996, que instituiu o SIMPLES – Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, e pela Lei federal nº 9.841/1999, que aprovou o Estatuto



**A escrituração
será mantida
em registros
permanentes,
com obediência
aos preceitos
legais e aos
princípios de
Contabilidade
geralmente
aceitos.**



ou de ambas, sejam examinados na presença do empresário ou da sociedade empresária a que pertencerem, ou de pessoas por estes nomeadas, para deles se extrair o que interessar à questão. Achando-se os livros em outra jurisdição, nela se fará o exame, perante o respectivo juiz.

As restrições ao exame da escrituração, em parte ou por inteiro, não se aplicam às autoridades fazendárias, no exercício da fiscalização do pagamento de impostos, nos termos estritos das respectivas leis especiais.

O empresário e a sociedade empresária são obrigados a conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis concernentes à sua atividade, enquanto não ocorrerem a prescrição ou a decadência no tocante aos atos neles consignados.

da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, a qual foi regulamentada pelo Decreto nº 3.474/2000.

Ressalvados os casos previstos em lei, nenhuma autoridade, juiz ou tribunal, sob qualquer pretexto, poderá fazer ou ordenar diligência para verificar se o empresário ou a sociedade empresária observam, ou não, em seus livros e fichas, as formalidades prescritas em lei.

O juiz só poderá autorizar a exibição integral dos livros e papéis de escrituração quando necessária para resolver questões relativas a sucessão, comunhão ou sociedade, administração ou gestão à conta de outrem, ou em caso de falência.

O juiz ou tribunal que conhecer de medida cautelar ou de ação pode, a requerimento ou de ofício, ordenar que os livros de qualquer das partes,



PAULO LAURIANO
*Contabilista, Advogado,
redator tributarista.*

PERÍCIA EM APURAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE LUCRO

CRITÉRIO PARA O CÁLCULO E DISTRIBUIÇÃO AOS SÓCIOS

A perícia em ações de prestação de contas e apuração do resultado é considerada como um gênero da perícia contábil que se divide em cinco tipos: A) as ligadas ao funcionamento do negócio; B) as ligadas ao financiamento do negócio; C) as ligadas à licitude das contas de resultado; D) as ligadas à inexistência de fluxo de caixa, E) as de mensuração do resultado econômico e sua distribuição aos sócios.

A distribuição de lucro está vedada, para as sociedades empresárias com débitos tributários¹ por força da Lei nº 4.357/64 e da Lei nº 11.051/04. Porém, há outros desembolsos² efetuados a sócios, ou pessoas ligadas, que podem, à luz do direito tributário, caracterizar distribuição de lucros, de acordo com o Decreto-lei nº 1.598/1977.

A moderna atividade do profissional de perícia contábil deve ser requisitada para fins de prova quanto à aprovação³ das contas dos administradores de sociedades, sobretudo naquelas limitadas

pela variabilidade do cálculo nas quatro opções aqui estudadas.

Deparando-nos com situações que envolvem o contrato social ou estatuto nos casos de sociedade anônima, o balanço patrimonial e o balanço de resultado econômico, incluindo-se por uma questão consuetudinária a escrituração contábil, o resultado da deliberação de uma reunião ou assembléia sobre a aprovação das contas e o destino do rédito, lucro ou prejuízo, devem ser observadas prioritariamente as seguintes inspeções judiciais ou extrajudiciais para fins da logística⁴ da perícia:

A) O que é gasto e o ônus real da pessoa jurídica, nos termos da Lei, art. 47 do CC/2002 - Código Civil de 2002, e a teoria *ultra vires*. Conforme Hentz⁵, “*se ultrapassados os poderes, os atos não geram responsabilidade para a sociedade, mas sim, obrigação pessoal para os administradores*”, sustentando, ainda sob o seu pon-



¹ Art. 32 da Lei nº 4.357/64: As pessoas jurídicas, enquanto estiverem em débito, não garantido, para com a União e suas autarquias de Previdência e Assistência Social, por falta de recolhimento de imposto, taxa ou contribuição, no prazo legal, não poderão: (...) b) dar ou atribuir participação de lucros a seus sócios ou quotistas, bem como a seus diretores e demais membros de órgãos dirigentes, fiscais ou consultivos.

² Art. 60 do DL 1.598/77: Presume-se distribuição disfarçada de lucros no negócio pelo qual a pessoa jurídica: I - aliena, por valor notoriamente inferior ao de mercado, bem do seu ativo a pessoa ligada; II - adquire, por valor notoriamente superior ao de mercado, bem de pessoa ligada; III - perde, em decorrência do não exercício de direito à aquisição de bem e em benefício de pessoa ligada, sinal, depósito em garantia ou importância paga para obter opção de aquisição; IV - transfere à pessoa ligada, sem pagamento ou por valor inferior ao de mercado, direito de preferência à subscrição de valores mobiliários de emissão de companhia; V - empresta dinheiro a pessoa ligada se, na data do empréstimo, possui lucros acumulados ou reservas de lucros; VI - paga à pessoa ligada aluguéis, royalties ou assistência técnica em montante que excede notoriamente do valor de mercado).

³ A aprova das contas e deliberação do destino do rédito está prevista no inciso I do art. 1.078 da CC2002.

⁴ A logística representa o projeto e planejamento, o uso da inteligência no desenvolvimento do trabalho ou da formação da prova, leva em conta a programação de diligências, obtenção de dados extra-autos, armazenamento dos dados como computador, recrutamento de auxiliares ou pareceres de especialista em outras áreas que se façam necessários. Os aspectos gerais da logística em perícia contábil podem ser observados no item 2.2, “planejamento da perícia”, em HOOG, 2004.

⁵ HENTZ, 2002.

to de vista, que “a capacidade da pessoa jurídica é determinada pelo respectivo objeto social, o qual deve ser respeitado integralmente, tanto que deve ser definido de modo preciso e completo”. A intenção do legislador de proteger as sociedades e os investidores, teoria *ultra vires*, em princípio está presente nos artigos 47⁶ e 1.016⁷ da Lei nº 10.406/02, pois o ato que extrapola os poderes e/ou objetivos sociais passou a ser inimputável à pessoa jurídica, devendo ser atribuído única e exclusivamente à responsabilidade e ônus do administrador. De onde, ao que parece, se pode concluir que uma eventual multa aplicada pelo Ministério do Trabalho por não registrar um empregado, não é despesa da pessoa jurídica e, sim, um direito de receber do administrador/gestor este gasto impuro em relação ao objeto social e contra as leis⁸. A teoria *ultra vires* responsabiliza o administrador/gestor por simulação⁹, ou dissimulação¹⁰ ou ato ilícito¹¹ de



gestão¹² e, em especial, o fato de que o administrador responde pela culpa de seus atos. Neste sentido, a teoria *ultra vires* revela a nulidade, perante a sociedade, dos atos praticados fora do objeto social ou fora da empresa¹³. Nos ensinamentos de Ulhoa Coelho¹⁴: “de acordo com a sua formulação estrita, qualquer ato praticado em nome da pessoa jurídica que extrapole o objeto social é nulo”. O autor¹⁵, quando revela que a *Ultra Vires Doctrine* está presente na Contabilidade, fundamenta a opinião, entre outros fatores, no seguinte: “ilidir os crimes falimentares por inserção de elementos inexatos, Decreto-lei nº 7.661/45, art. 186, II (...) despesas gerais do negócio ou da empresa injustificáveis”.

B) O que é desembolso do caixa da pessoa jurídica, porém ônus do administrador, e não despesa extra-operacional ou não dedutível, conforme artigo 1.016 do CC/2002 e a teoria *ultra vires*. Os gastos por atos culposos do admi-

⁶ Art. 47: “Obrigam a pessoa jurídica os atos dos administradores, exercidos nos limites de seus poderes definidos no ato constitutivo”.

⁷ Art. 1.016. “Os administradores respondem solidariamente perante a sociedade e os terceiros prejudicados, por culpa no desempenho de suas funções”.

⁸ A expressão contrária às leis é no sentido amplo, além do direito empresarial, incluindo o direito do trabalho, previdenciário, ambiental e tributário, como no exemplo analisado, uma despesa não operacional, por não ser usual às transações empresariais, § 2º do art. 299 do Regulamento do Imposto de Renda. Por esse motivo, alguns Contabilistas estão atualmente escriturando como uma despesa não dedutível para fins de lucro real, mas integrante das despesas que afetam o rédito com reflexo direto no patrimônio líquido.

⁹ Lei nº 10.406/02, art. 167: “  nulo o negócio jurídico simulado, mas subsistirá o que se dissimulou, se válido for na substância e na forma. § 1º Haverá simula o nos negócios jurídicos quando: I – aparentarem conferir ou transmitir direitos a pessoas diversas daquelas às quais realmente se conferem, ou transmitem”;

¹⁰ DINIZ, 2002, p. 160: “A dissimula o oculta ao conhecimento de outrem uma situa o existente, pretendendo, portanto, incutir no espírito de alguém a inexistência de uma situa o real”.

¹¹ Por ato ilícito da administra o temos: “Art. 186. Aquele que, por a o ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito”. E o art. 187: “Também comete ato ilícito o titular de um direito que, ao exerc -lo, excede manifestamente os limites impostos pelo seu fim econômico ou social, pela boa-fé ou pelos bons costumes”.

¹² A o de responsabilidade por crime de gestão, segundo Hoog e Petrenco (2002): “A gestão   por essência um sistema cibernético pautado em uma dicotomia. A gestão   fun o delegada a uma pessoa, normalmente física, exercida com o máximo rigor de zelo e probidade que estuda as comunica es, o meio ambiente onde está inserida a empresa e os sistemas de controles internos – segurança das organiza es e o seu desempenho social, econômico e financeiro. Tem o caráter de dicotomia, pela obriga o e direito subjetivo pessoal, e o dever objetivo positivado pelas normas escritas (guardiã da probidade e dos resultados,   pautada no dever de agir conforme a lei, tolerância zero, sob pena de chamar a si toda a responsabilidade dos atos, isentando a pessoa jurídica e os demais sócios dos erros ou fraudes); esta fun o reprime veementemente a desidia e valoriza a eqüidade. Os aspectos da dicotomia estão robustamente presentes quando a pessoa   “sócio-administrador”, pois, como sócio tem direitos; direito ao lucro, direito   presta o de contas, direito de espernear etc.; como administrador, tem obriga es de fazer, e responsabilidade pessoal pelos prejuízos, multas e todos os atos que a empresa praticar contra a ordem econômica, fiscal, trabalhista e ambiental, e o espírito da lei (dever de diligência, art. 153, dever de lealdade, art. 155, dever de informar, art. 157, mais a responsabilidade, arts. 158 e 159, da Lei nº 6.404/76)”.

¹³ A categoria “empresa” em resumo significa “atividade”, conforme interpreta o do Código Civil de 2002.

¹⁴ COELHO, 2003, p. 67.

¹⁵ HOOG, 2002, p. 11.

nistrador devem ser segregados na escrita contábil, como um direito da pessoa jurídica, ativo, para se evitar, ou se for o caso evidenciar o crime contra credores, tipificados na Lei 11.101/2005, bem como eventual conluio do Contador¹⁶. A responsabilidade do Contador por ato doloso e também por ato culposos está no art. 1.178 do CC/2002, que pode ser observado em sentido amplo, interpretado e comentado em livro do autor (HOOG, 2003).

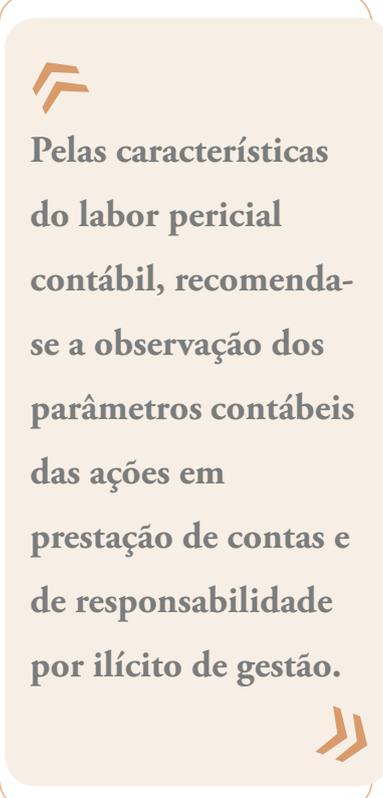
C) No tocante à força política, poder de decisão, voto, ante a lacuna¹⁷ da lei sobre o destino do rédito nas sociedades limitadas, devem ser observadas as seguintes hipóteses de deliberação, pois, em consequência, tem-se o enquadramento da força deliberativa em uma das alternativas:

1. Se no contrato social da sociedade limitada empresária não houver nenhuma disposição sobre a destinação de resultados, e, ainda não existir a opção pela regência supletiva a Lei das S/A¹⁸, segue-se a vontade dos sócios majoritários, devendo estar pactuado no contrato que compete aos sócios pela maioria do valor das quotas decidir sobre os negócios, pois estão livres, pela maioria dos votos¹⁹, para deliberarem sobre o

destino, como, por exemplo: a retenção da totalidade do lucro a título de reserva, não existindo, em consequência, a distribuição aos sócios. Nesse caso, cabe aos sócios minoritários apenas acatar a decisão dos majoritários, quanto ao destino do lucro.

2. Se no contrato social da sociedade limitada empresária não houver cláusulas sobre a destinação de resultados, concomitante com a opção pela regência supletiva à Lei das S/A, e, ainda não podendo estar prevista a maioria absoluta²⁰ do capital e, conseqüentemente, dos votos, para decidir sobre os negócios, segue-se a supremacia da vontade dos sócios, número de pessoas presentes à reunião²¹, e não da participação no capital, pois são livres, pela maioria dos votos dos presentes à reunião ou assembléia, para deliberarem sobre o destino do lucro como, por exemplo, a não-retenção de parte do lucro, a título de reserva e distribuição total aos sócios.

3. Se no contrato social estiver pactuado o destino do resultado, indicando o percentual de retenção a título de reserva e o percentual de distribuição aos sócios, este critério deverá prevalecer sobre as regras da regência supletiva da Lei nº 6.404/76 e a dos artigos do CC/2002 que tratam da sociedade simples.



Pelas características do labor pericial contábil, recomenda-se a observação dos parâmetros contábeis das ações em prestação de contas e de responsabilidade por ilícito de gestão.

4. Se o contrato social da sociedade limitada empresária não contiver disposição sobre a destinação de resultados e, concomitantemente, existir a opção pela regência supletiva à Lei das S/As, aplica-se com supremacia o disposto no artigo 202 da Lei nº 6.404/76 sobre as regras da sociedade simples, ou seja, deverá ser distribuído pelo menos 50% do lucro líquido ajustado²².

¹⁶ A Lei nº 11.101/05 prevê prisão para o Contador e outras pessoas que contribuírem para o crime.

¹⁷ Lacuna: Supressão legal sobre fatos contábeis ou negócios jurídicos, enfim, um “vazio” na lei, podendo esta omissão, silêncio na lei, ser suprida pela aplicação dos princípios gerais do Direito e da Contabilidade, pela doutrina, ou pela jurisprudência se existir, ou por fatores consuetudinários locais, ou pela ratio legis intenção ou espírito da lei como, por exemplo, a exposição de motivos, ou por analogia a outras leis e por fim, com o direito estrangeiro comparado e o bom senso. Esta posição deriva da interpretação do art. 4 da Lei de introdução ao código civil (Decreto-lei nº 4.657/1942).

¹⁸ Art. 1.053 do CC/2002.

¹⁹ Situação prevista no art. 1.010 do CC/2002: Maioria absoluta, ou seja, votos correspondentes a mais da metade do capital social.

²⁰ Idem à nota anterior.

²¹ Situação prevista no inciso III do art. 1.076.

²² Reprodução parcial do art. 202 da Lei nº 6.404/76: Os acionistas têm direito de receber como dividendo obrigatório, (...), metade do lucro líquido do exercício diminuído ou acrescido dos seguintes valores: I - quota destinada à constituição da reserva legal (artigo 193); II - importância destinada à formação de reservas para contingências (artigo 195), e reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores; III - lucros a realizar transferidos para a respectiva reserva (artigo 197), e lucros anteriormente registrados nessa reserva que tenham sido realizados no exercício.

SÍNTESE CONCLUSIVA

Pelas características do labor pericial contábil, recomenda-se a observação dos parâmetros²³ contábeis das ações: A) em prestação de contas; B) de responsabilidade por ilícito de gestão; ambas explicadas em HOOG & PETRENCO, 2002, itens 17.12 e 17.16.

Este modo de interpretação, via hermenêutica contábil²⁴, tende a apurar a situação política institucional²⁵,

econômica²⁶ e financeira²⁷, quando a célula social empresarial ou simples apresentar dúvidas sobre o rédito e, conseqüentemente, sobre o lucro do exercício e a sua distribuição.

Por fim, em relação ao lucro contábil da sociedade limitada empresária, após eventuais ajustes e impurezas de sua mensuração, espera-se ter demonstrado que existem quatro hipóteses ou critérios distintos para a apuração do cálculo e sua distribuição aos sócios.

Além de eventuais ajustes pela inserção de impurezas na sua mensuração econômica contábil.

**WILSON ALBERTO
ZAPPA HOOG**
*Perito-Contador, Auditor,
Consultor Empresarial e
Mestre em Direito.*

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- DINIZ, Maria Helena. *Código Civil Anotado*. São Paulo: Saraiva, 2002.
- HENTZ, Luis Antônio Soares. *Direito de Empresas no Código Civil 2002*. São Paulo: Editora Juarez de Oliveira, 2002.
- HOOG, Wilson Alberto Zappa. *A ultra vires doctrine está presente na Contabilidade*. *Jornal do CFC*, Brasília-DF, ano 5, n. 51, ago. /2002.
- _____. *Dicionário de Vocábulo do Direito de Empresa*. Curitiba: Juruá Editora, 2005a.
- _____. *Tricotomia Contábil & Sociedades Empresariais*. Curitiba: Juruá Editora, 2005b.
- _____. *Moderno Dicionário Contábil: da Retaguarda à Vanguarda*. Editora Juruá, 2004a.
- _____. *Perícia Contábil, Normas brasileiras*. Curitiba: Juruá Editora, 2004b.
- _____. *Novo Código Civil Especial para Contadores*. Curitiba: Juruá Editora, 2003.
- PETRENCO, Solange A. *Prova Pericial Contábil: aspectos práticos & fundamentais*. 3. ed. Curitiba: Juruá Editora, 2002. 438 p.
- COELHO, Fábio Ulhoa. *A Sociedade Limitada no Novo Código Civil*. São Paulo: Editora Saraiva, 2003.

²³ Parâmetros: variáveis ou constantes que determinam os pontos controvertidos ou as questões específicas, aí se atribuem os limites do trabalho pericial, da sua amplitude e profundidade, do relatório circunscrito e das diligências a serem efetuadas. Hoog, 2004a.

²⁴ *Hermenêutica contábil*: provém do grego *hermeneúe* (designação de uma ciência, da interpretação de textos científicos). A *hermenêutica contábil* dá a interpretação correta do sentido das palavras, alcance que se pretende com a terminologia científica ou tecnológica grafada. O cerne da questão, que se enfatiza, tem na sua gênese conceitual a parametrização da essência da sentença, ou de um ponto controvertido, ou o objeto da uma análise científica, que é o referente e suas categorias operacionais, onde se faz necessária a viripotente utilização da *hermenêutica contábil* e jurídica. Em especial, destacamos uma correta opinião em laudos, pareceres, contratos, estatuto, doutrina e relatórios. A *hermenêutica contábil* revela-se como sendo uma referência metodológica, além do conhecimento mediano dos lidadores da ciência contábil, por fundamentar-se na filosofia, ou seja, na sabedoria científica que é capaz de tornar a *Contabilidade* uma ciência social objetiva, guiada pelos rigorosos critérios que são próprios dos cientistas. E, neste foco a *hermenêutica contábil* firma-se modernamente. Como saber científico de um sistema normatizado por fatores consuetudinários idealizado pelos estudiosos da ciência do patrimônio, confere coerência e lógica à compreensão e operacionalização contábeis.

²⁵ Sistema de regras respeitantes à direção dos negócios e de sua estrutura, decorrente de necessidades sociais básicas, com caráter de relativa permanência, e identificável pelo valor de suas condutas deliberativas ou de seu instituto contratual.

²⁶ Situação econômica: posição do capital sob o prisma de crescimento real do patrimônio líquido: "capital dos proprietários". O fortalecimento desta situação, em relação ao capital de terceiros, propicia à azienda uma maior segurança frente a uma economia relativamente instável como a do Brasil. Também mostra a capacidade de geração de lucros comparada ao capital à disposição da organização. Cf. HOOG, 2004a, p. 174.

²⁷ Situação financeira: posição do capital sob o prisma de capacidade de liquidez, geração de caixa, giro de capital e pagamento ou financiamento das dívidas; de forma resumida: "é a capacidade de pagamentos da azienda". *Idem*, *ibidem*.

ORGANIZAÇÕES FELIZES

Você é feliz? Sua empresa é feliz? Felicidade é um diferencial competitivo?

Perguntas como essas poderiam parecer tolas e utópicas há algum tempo, mas hoje, na árdua tarefa de contratar e reter talentos, as respostas a essas perguntas deixam de ser reflexões meramente românticas.

Encontrar respostas e soluções para esse tema será o grande diferencial nos próximos anos, pelo simples fato de que, hoje, existem empresas cada vez mais enxutas e com maior pressão por resultados. O enredo dessa história não poderia ser outro: nunca, em nenhum outro período, houve tantos casos de afastamento do trabalho por causa de alto estresse, esgotamento nervoso e estafa. Recentes pesquisas indicam que o grau de estresse e infelicidade nas organizações já atinge patamares elevados.

O que fazer para criar um ambiente feliz, leve e transparente em sua empresa? Veja alguns pontos que, nesse novo desafio, não devem ser esquecidos:

O mito da mudança. Chamo de mito da mudança o fato de pessoas e empresas acreditarem que estão



mudando tudo o tempo todo, que mudar é a chave para a sua sobrevivência. Estão certas e erradas ao mesmo tempo. Explico: mudar não é fácil e a grande maioria das mudanças feitas na empresa é de cunho organizacional. Nesse caso incluem-se as mudanças relacionadas a processos, produtos, sistemas, máquinas, instalações e outros. Mas e as mudanças de cunho cultural? Essas são muito mais difíceis de implementar. Apesar de serem as que fazem realmente a diferença, elas são as que mais sofrem retrocessos. Pense em sua empresa: a cultura, a missão, os valores realmente têm mudado? As pessoas ainda são consideradas mão-de-obra, recursos humanos, ou são tratadas efetivamente como talentos a serem desenvolvidos?

Mobilize as pessoas. Sabe qual é o sentimento mais mobilizador que existe? O sentimento de justiça. E justiça tem a ver com integridade e coragem para fazer o que precisa ser feito, desde que com transparência e ética. A sua conduta é condizente com o seu discurso? A liderança é baseada no exemplo? A empresa discute e debate novas idéias ou diante do primeiro obstáculo impõe soluções de forma autoritária? Lembro que toda liderança por vezes será autoritária, dependendo do momento, mas a questão é o quanto autoritário se é e com que frequência e forma se exerce este poder. O cerne da questão aqui é descobrir o quão irreal e distante se encontra a percepção entre o que é falado e realmente praticado.

Transparência e Respeito. Na minha opinião, o mais importante quesito para criar e manter uma empresa feliz, na qual as pessoas sintam prazer

e queiram trabalhar, é transparência nas relações e respeito mútuo. Peque pelo excesso de comunicação, não pela falta dela. Esqueça que comunicação é somente boas notícias. É justamente em momentos de crise que devemos minimizar a geração de boatos e inverdades. Transparência na gestão do conhecimento, nas relações de poder, nas diretrizes a serem seguidas com a comunidade, fornecedores, colaboradores e clientes. A palavra-chave aqui é cumplicidade, pois promessas de parcerias são o que mais temos por aí. Respeito mútuo é entender que, na relação “capital x trabalho”, todos temos direitos e deveres e não adianta ficar somente esperando pelos seus direitos. Muitos dizem que a palavra “comprometimento” está morta na relação entre empresas e seus colaboradores. Penso que não. Comprometer-se com os resultados e com o sucesso da empresa é comprometer-se também com sua própria carreira. Estar em uma empresa já pensando em outra não é uma boa estratégia de ascensão na carreira, pelo menos a longo prazo. Gestão de carreira tem a ver com realizações, com feitos que realmente agreguem valor e isto leva tempo. Por isso, esteja comprometido com a equipe e com a sua empresa atual, pois é ela que vai ajudá-lo a dar grandes saltos em sua vida.

E aí sim, quem sabe um dia, você poderá dizer com toda a certeza do mundo: “Fui feliz em minha carreira; porém mais do que isso, ajudei a gerar felicidade com os meus talentos”.

PAULO ARAÚJO

Administrador de Empresas, com pós-graduação em Marketing e Gestão pela Qualidade e Produtividade, e escritor.

BALANÇO PATRIMONIAL

Ativo	2005	2004	Passivo e Saldo Patrimonial	2005	2004
Ativo Financeiro	9.369	5.859	Passivo Financeiro	5.927	5.456
Disponibilidades Correntes	511	573	Dívida Flutuante	4.690	4.307
Bancos Conta Movimento	488	573	Restos a Pagar	109	901
Bancos Conta Arrecadação	23	-	Depósitos de Diversas Origens	18	15
Disponível Vinc. c/c Bancária	8.572	4.931	Consignações	150	136
Realizável	243	165	Créditos de Terceiros	9	19
Diversos Responsáveis	4	4	Entidades Públicas Credoras	4.404	3.236
Cheques em Cobrança	2	-	Provisões Trabalhistas	1.237	1.149
Adiant. de Férias/Vl. Refeição/Transp	126	132	Saldo Patrimonial	48.678	33.603
Entidades Públicas Devedoras	68	29	Patrimônio	48.678	33.603
Devedores da Entidade	43	-			
Resultado Pendente	43	190			
Despesas a Regularizar	16	166			
Empréstimo Compulsório	27	24			
Ativo Permanente	45.236	33.200			
Bens Patrimoniais	16.570	14.282			
Créditos	28.470	18.703			
Anuidades Parceladas	2.374	4.769			
Dívida Ativa	21.582	13.934			
Débitos Integrais	3.908	-			
Venda de Imóvel	606	-			
Valores	196	215			
Almoxarifado	196	215			
Ativo Compensado	7	-	Passivo Compensado	7	-
Valores de Terceiros	7	-	Valores de Terceiros	7	-
Total do Ativo	54.612	39.059	Total do Passivo	54.612	39.059



BALANÇO FINANCEIRO

Receita	2005	2004
Orçamentária		
Receitas Correntes	33.400	30.054
Receitas de Capital	391	250
Extra-orçamentária	25.254	25.279
Saldo do exercício anterior	5.504	2.234
Total	64.549	57.817
Despesa	2005	2004
Orçamentária		
Despesas Correntes	28.536	26.239
Despesas de Capital	1.606	1.713
Extra-orçamentária	25.323	24.361
Saldo para o exercício seguinte	9.084	5.504
Total	64.549	57.817

RESULTADO ORÇAMENTÁRIO VERIFICADO NO PERÍODO

Descrição	2005	2004
Receitas Correntes	33.400	30.054
Receitas de Capital	391	250
Despesas Correntes	(28.536)	(26.239)
Despesas de Capital	(1.606)	(1.713)
Resultado Orçamentário do Exercício	3.649	2.352

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Variações Ativas	2005	2004
Dependente da Execução Orçamentária		
Receita Orçamentária	33.791	30.304
Receitas Correntes	33.400	30.054
Receitas de Contribuição	24.093	23.980
Receitas Patrimoniais	1.477	1.216
Receitas de Serviços	1.073	1.466
Outras Receitas Correntes	6.757	3.392
Receitas de Capital	391	250
Alienação de Bens Móveis	391	250
Mutações Patrimoniais	11.796	2.399
Aquisição de Bens Móveis	1.103	1.487
Construção de Bens Imóveis	519	226
Almoxarifado	299	686
Outros Valores	706	-
Débitos Integrais	9.169	-
Total das Dependentes	45.587	32.703
Independente da Execução Orçamentária		
Inscrição da Dívida Ativa	12.384	13.492
Incorporação de Bens Móveis	1.809	10
Incorporação de Bens Imóveis	205	-
Parcelamentos	10.175	11.119
Outros Valores	2.554	1
Empréstimo Compulsório	2	2
Almoxarifado	58	6
Total das Independentes	27.187	24.630
Total das Variações Ativas	72.774	57.333

Variações Passivas e Resultado Patrimonial	2005	2004
Dependente da Execução Orçamentária		
Despesa Orçamentária	30.142	27.952
Despesas Correntes	28.536	26.239
Despesas de Custeio	22.034	20.337
Transferências Correntes <input checked="" type="checkbox"/>		5.902
Despesas de Capital <input checked="" type="checkbox"/> .606		1.713
Investimentos <input checked="" type="checkbox"/>		1.713
Mutações Patrimoniais	18.629	9.429
Cobrança da Dívida Ativa	4.197	824
Desincorporação de Bens Móveis	16	-
Alienação de Bens Imóveis	429	-
Parcelamentos	7.687	8.601
Outros Valores <input checked="" type="checkbox"/>		-
Débitos Integrais <input checked="" type="checkbox"/>	4	-
Total das Dependentes	48.771	37.381
Independente da Execução Orçamentária	8.928	8.266
Cancelamento da Dívida Ativa	538	819
Desincorporação de Bens Móveis	1.882	397
Alienação de Bens Imóveis	826	-
Parcelamentos	4.884	3.450
Outros Valores <input checked="" type="checkbox"/>		3.001
Almoxarifado <input checked="" type="checkbox"/>		599
Total das Variações Passivas	57.699	45.647
Resultado Patrimonial		
Superávit	15.075	11.686
Total	72.774	57.333

DEMONSTRAÇÃO DA EVOLUÇÃO DO SALDO PATRIMONIAL

Saldo do Exercício Anterior	33.603	21.917
Receitas Correntes	33.400	30.054
Receitas de Capital	391	250
Variações Patrimoniais Ativas Dependentes	11.796	2.399
Variações Patrimoniais Ativas Independentes	27.187	24.630
Subtotal	106.377	79.250
Despesas Correntes	(28.536)	(26.239)
Despesas de Capital	(1.606)	(1.713)
Variações Patrimoniais Passivas Dependentes	(18.629)	(9.429)
Variações Patrimoniais Passivas Independentes	(8.928)	(8.266)
Saldo Patrimonial	48.678	33.603

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1. ATIVIDADES

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DE SÃO PAULO, vinculado ao Conselho Federal de Contabilidade, criado pelo Decreto - Lei nº 9295, de 27 de Maio de 1946, é uma entidade que atua com a finalidade de registro público dos profissionais legalmente habilitados (formação escolar) e da fiscalização técnica e ética do exercício da profissão segundo os princípios fundamentais que regem a atividade especializada dos profissionais, obrigatoriamente condicionados ao registro.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as disposições contidas na Lei nº 4320/64 e legislação específica posterior.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a - As aplicações financeiras

- Cadernetas de poupança, junto à Caixa Econômica Federal, demonstradas pelos valores aplicados, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data de aniversário de cada conta; e

- Certificados de Depósitos Bancários (CDB Flex; Fundo FIF Prático da Caixa Econômica Federal), demonstrados pelos valores aplicados e acrescidos de rendimentos incorridos até a data do Balanço;

b - O resultado pendente é composto, basicamente, por depósitos judiciais referentes a ações trabalhistas, demonstradas ao custo histórico do depósito;

c - Os bens móveis e imóveis estão demonstrados ao custo de aquisição ou construção;

d - O valor do imóvel Rosa e Silva está demonstrado ao custo de aquisição acrescido da construção e de reformas até 31 de dezembro de 2005 e o valor do imóvel 24 de Maio, após ter sido aprovada sua venda, o CRC-SP realizou a sua reavaliação, com base no laudo de avaliação emitido pela CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, pois seu ativo encontrava-se registrado com o valor de aquisição, atualizado pelas variações monetárias até o momento, no montante de R\$ 0,21, valor esse muito aquém da realidade do valor mínimo para venda estipulado pela CEF, tal procedimento está amparado na Lei 4.320/64 conforme prevê o Art. 106 § 3º.

Em 2005 o CRC-SP realizou a venda de 6 (seis) andares do imóvel sito a Rua 24 de maio no total de R\$ 1.035.241,57 tendo recebido até o encerramento do exercício R\$ 390.809,98 aplicado no fundo para aquisição de imóveis criado em 2004.

e - A Dívida Ativa está constituída pelas importâncias relativas a multas e créditos devidos até o exercício de 2004;

f - A receita orçamentária está representada por arrecadação de anuidades (receitas de contribuição), rendimentos de aplicações financeiras (receitas patrimoniais), recebimento referente às inscrições e expedição de carteiras (receitas de serviços) e multas, sobre anuidades em atraso e por ausências à eleição (outras receitas correntes);

g - A despesa orçamentária está demonstrada, principalmente, por despesas administrativas (despesas de custeio), 1/5 da arrecadação repassada ao Conselho Federal de Contabilidade, 1% da arrecadação de anuidades ao Fundo de Investimento de Desenvolvimento Social - Fides (transferências correntes) e aquisições de bens do imobilizado (despesas de capital);

h - Os Bens Móveis e Imóveis da Sede e Subsedes estão assegurados nas seguintes modalidades: Responsabilidade Civil, Roubo, Incêndio e Veículos, em quantia considerada suficiente em caso de eventual sinistro.

i - O Superávit do Exercício teve como principal relevância a inscrição e recebimento dos débitos integrais referentes ao exercício de 2005 e de exercícios anteriores em Dívida Ativa.

4. DISPONÍVEL VINCULADO - CONTA CORRENTE BANCÁRIA

Descrição	2005	2004
Bancos Conta Vinculada	4.130	3.028
Aplicações Financeiras - CEF - POUP	9	126
Aplicações Financeiras - CEF - CDB	4.433	1.777
Total	8.572	4.931

5. DÉBITOS INTEGRAIS

Descrição	2005	2004
Anuidades do Exercício	3.682	-
Anuidades do Exercício Anterior	4	-
Multas de Eleição	2	-
Multas de Infração	221	-
Total	3.909	-

6. PARCELAMENTOS CONCEDIDOS

Descrição	2005	2004
Anuidades do Exercício	2.264	1.671
Anuidades do Exercício Anterior	1	2.633
Multas de Eleição	-	286
Multas de Infração	109	179
Total	2.374	4.769

7. DÉBITOS EM DÍVIDA ATIVA

Descrição	2005	2004
Anuidades		
1998	1.668	1.805
1999	3.087	3.337
2000	3.374	2.745
2001	2.298	1.924
2002	2.257	1.329
2003	2.220	772
2004	3.555	0
2005	160	-
Sub-Total	18.617	11.912
Multas de Infração		
1998	125	129
1999	22	21
2000	33	14
2001	244	230
2002	255	145
2003	276	213
2004	259	0
2005	1	-
Sub-Total	1.215	752
Multas de Eleição		
1999	716	690
2001	478	392
2003	557	186
Sub-Total	1.751	1.268
Total	21.582	13.933

8. ATIVO PERMANENTE

Descrição	2005	2004
Bens Móveis	6.627	5.614
Móveis e Utensílios de Escritório	1.257	1.277
Máquinas e Aparelhos	909	2.599
Instalações	376	365
Utensílios de Copa e Cozinha	3	3
Biblioteca	84	76
Veículos	1.114	1.068
Equipamentos de Processamento de Dados	2.304	-
Sistemas de Processamento de Dados	565	-
Outros Bens Patrimoniais	15	226
Bens Imóveis	9.942	8.668
Total	16.569	14.282

9. DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS

Descrição	2005	2004
Bradesco S/A	16	11
Caixa Econômica Federal	2	4
Total	18	15

10. CREDORES DA ENTIDADE

Descrição	2005	2004
Créditos de Terceiros	1	1
Fornecedores	8	8
Depósitos em Caução	-	10
Total	9	19

11. ENTIDADES PÚBLICAS CREDORAS

Descrição	2005	2004
INSS - Instituto Nacional Seg. Social	140	131
FGTS - Fundo de Gar. por Tempo de Serviço	82	76
PASEP/PIS - Caixa Econômica Federal	13	12
PIS/COFINS/CSLL	20	5
CFC - FIDES	4	5
CRC SP - Fundo para aquisições de Imóveis	4.128	3.004
Outros	17	3
Total	4.404	3.236

12. PROVISÕES TRABALHISTAS

Descrição	2005	2004
Férias Vencidas e Proporcionais	955	891
Encargos Sociais sobre Férias (INSS/FGTS)	282	258
Total	1.237	1.149

13. ATIVO REAL LÍQUIDO

Descrição	2005	2004
Saldo Inicial	33.603	21.917
Resultado Orçamentário do Exercício	3.649	2.352
Resultado das Variações Patr. do Exercício	11.426	9.334
Resultado do Exercício	15.075	11.686
Saldo Final em 31/12	48.678	33.603

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

14. OUTRAS INFORMAÇÕES

a) No final do Exercício, o Cadastro de registros ativos do CRC SP apresentou a seguinte posição:

Descrição	2005	2004
Contabilistas	111849	107523
Organizações Societárias	8058	7857
Organizações Individuais	9335	9219

b) No final do Exercício, a inadimplência ficou em:

Descrição	2005	2004
Contabilistas	11,35%	10,46%
Organizações Societárias	7,65%	6,79%
Organizações Individuais	12,97%	12,37%

São Paulo 31 de dezembro de 2005

LUIZ CARLOS VAINI
Presidente
CT CRC 1SP073.457/O-8

WILSON ROBERTO PEDRO
Chefe do Depto. de Contabilidade e Patrimônio
CT CRC 1SP153.400/O-0

DELIBERAÇÃO DO CONSELHO DIRETOR Nº 26/2006 BALANÇOS PATRIMONIAL E FINANCEIRO DE 2005 PROCESSO "CTB" Nº 17/2005 - 31.12.2005

O Conselho Diretor, analisando as peças constantes do referido processo, que trata dos balanços Patrimonial e Financeiro do exercício de 2005,

DELIBERA:

1 - Aprovar os BALANÇOS PATRIMONIAL E FINANCEIRO DO EXERCÍCIO DE 2005.

2 - Submeter o assunto ao exame da Câmara de Controle Interno para parecer e a seguir ao Egrégio Plenário para decisão final.

São Paulo, 06 de fevereiro de 2006

LUIZ ANTONIO BALAMINUT
Presidente
CT CRC 1SP132.021/O-7

SERGIO PRADO DE MELLO
Vice-Pres. de Administração e Finanças
CT CRC 1SP058.000/O-9

DOMINGOS ORESTES CHIOMENTO
Vice-Pres. de Fiscalização
CT CRC 1SP032.010/O-0

CLÁUDIO AVELINO MAC-KNIGHT FILLIPI
Vice-Pres. de Desenvolvimento Profissional
CT CRC - 1MG 016843/O-3 "T" SP

JOSÉ AREF SABBAGH ESTEVES
Vice-Pres. de Registro
TC CRC - 1SP 090980/O-7

PARECER DA CÂMARA DE CONTROLE INTERNO BALANÇOS PATRIMONIAL E FINANCEIRO DO EXERCÍCIO DE 2005 PROCESSO "CTB" nº 17/2005 - 31.12.2005

Senhor Presidente.

A Câmara de Controle Interno do CRC SP, reunida nesta data, no desempenho de suas atribuições regimentais examinando os Balanços Patrimonial e Financeiro do Exercício de 2005, elaborados com base na Lei 4.320/64, aprovados pela Deliberação do Conselho Diretor nº 26/2006, desta data, é de opinião que os mesmos merecem a aprovação do Plenário, com posterior conhecimento do relatório da auditoria externa.

São Paulo, 06 de fevereiro de 2006.

WALTER IÓRIO
Coordenador
CT CRC 1SP 084113/O-5

WANDERLEY ANTONIO LAPORTA
Vice-Coodenador
CT CRC 1SP 045451/O-2

VALDIR CAMPOS COSTA
Membro
CT CRC 1SP 103058/O-0

DELIBERAÇÃO CRC SP Nº 15/2006 DE 13.02.2006 APROVA OS BALANÇOS PATRIMONIAL E FINANCEIRO DO EXERCÍCIO DE 2005

O plenário do CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo item "VI" do artigo "8º", de seu Regimento Interno, e tendo em vista o parecer favorável da Câmara de Controle Interno e o que consta do processo "CTB" nº 17/2005 de 31 de dezembro de 2005,

DELIBERA:

Aprovar os balanços Patrimonial e Financeiro do exercício de 2005.

Sala das Sessões do Plenário, 13 de fevereiro de 2006.

LUIZ ANTONIO BALAMIBINUT
Presidente
CT CRC- 1SP132021/O-7

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Ilmo. Sr.
Presidente do
Conselho Regional de Contabilidade
do Estado de São Paulo
São Paulo – SP

1. Examinamos os balanços patrimoniais do Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo, em 31 de dezembro de 2005 e 2004, bem como os balanços financeiros, balanços orçamentários e demonstrações das variações patrimoniais correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre demonstrações contábeis.

2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicadas no Brasil e compreendem (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e o sistema contábil e de controles internos da entidade; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da entidade, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

3. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis referidas no parágrafo 1 representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo.

23 de fevereiro de 2006

HOWART TUFANI, REIS & SOARES Auditores Independentes
CRC 2SP 015165/O-8

Francisco de Paula dos Reis Júnior
Contador
CRC 1SP139268/O-6

25
ANOS DE QUALIDADE

Integração total entre o seu escritório e seus clientes com agilidade e eficiência.

A Dpcomp desenvolveu o **Evolution**, a mais nova tecnologia que chegou para organizar e integrar todos departamentos de sua empresa, possibilitando um maior controle das atividades diárias do seu negócio e encaixando-se perfeitamente às suas necessidades.



• Gestão Contábil

 folha de pagamento

 contabilidade

 escrita fiscal

 atualizador de impostos

• Gestão Empresarial

 faturamento

 financeiro

 estoque

 suprimentos

 call center

- A Dpcomp foi a pioneira no desenvolvimento do sistema de Folha de Pagamento;
- Disponibiliza sistemas dotados da flexibilidade e confiabilidade com um dos mais utilizados bancos de dados do mercado, o MySQL;
- Todos os sistemas Dpcomp estão preparados para trabalhar remotamente via internet a partir de qualquer localidade.

QUAL O DESTINO DA ANUIDADE QUE VOCÊ PAGA?

A razão da existência do CRC SP são os Contabilistas. Por isso, o Conselho investe sempre e cada vez mais neste profissional, que tem papel fundamental na sociedade globalizada e nas suas principais atribuições: o registro, a fiscalização e, mais recentemente devido às exigências do mercado, o desenvolvimento profissional.

Ao se registrar, o profissional tem no CRC SP um defensor do Contabilista verdadeiramente habilitado para suas funções. O profissional contábil registrado investe não apenas na sua carreira, mas também na sociedade, pois esta poderá contar com serviços técnicos seguros.

A fiscalização, outra das principais atribuições do Conselho, também tem como objetivos o combate ao trabalho leigo, garantindo aos Contabilistas o merecido espaço no mercado de trabalho, e a proteção da sociedade contra falsos profissionais.

O valor pago das anuidades é revertido em atividades e facilidades voltadas para os profissionais da Contabilidade em todo o Estado como

palestras, seminários, cursos, visitas monitoradas à sede, entre outros.

Seguindo uma política de Educação Profissional Continuada do Contabilista, o CRC SP organiza seminários, cursos de curta duração e de pós-graduação em diversas cidades do Estado, além de cursos *online*, sempre com o objetivo de promover a atualização dos profissionais.

O CRC SP oferece também atividades para quem ainda está estudando. A sede do Conselho está aberta para interessados em conhecê-la. Os alunos de Ciências Contábeis podem agendar uma visita monitorada, durante a qual conhecerão mais sobre o órgão que registra e fiscaliza a profissão que exercerão no futuro.

Voltada para atender as necessidades de estudantes e Contabilistas recém-formados, foi criada a comissão do CRC Jovem, que organiza *workshops* e cursos para jovens profissionais. Para facilitar ainda mais o contato, ao longo de 2006 serão instaladas pelo menos 12 subcomissões nas grandes cidades do Estado.



O profissional contábil registrado investe não apenas na sua carreira, mas também na sociedade, pois esta poderá contar com serviços técnicos seguros.



A Comissão CRC Social surgiu com a meta de incentivar os Contabilistas a exercerem a cidadania por meio da participação em programas sociais. No Portal do Conselho e neste Boletim é possível saber um pouco mais sobre as outras comissões que atuam na melhoria e divulgação da profissão, como a Comissão CRC Melhor Idade, a Comissão do Projeto Mulher Contabilista, a Comissão do Exame de Qualificação Técnica, a Comissão de Estudos de Mediação e Arbitragem, a Comissão Técnica e de Pesquisas Contábeis e a Comissão de Publicações.

O Conselho valoriza a atualização dos profissionais e, por isso, promove



todos os anos Convenções Regionais de Contabilistas, Empresários e Estudantes de Contabilidade voltadas para profissionais contábeis ou ligados à Contabilidade e para estudantes de Ciências Contábeis. A escolha dos temas a serem abordados nessas Convenções leva em consideração a importância e a atualidade do assunto.

Outro evento do calendário contábil nacional que merece destaque é a Convenção Estadual organizada pelo CRC SP a cada dois anos, cuja 20ª edição acontecerá em 2007. Focando nos profissionais e estudantes de Contábeis, nos professores da área, nos empresários e dirigentes de empresas e entidades, durante a Con-

venção são ministrados *workshops* e palestras sobre temas relevantes para os Contabilistas.

O CRC SP preocupa-se também em acompanhar os progressos tecnológicos. E para facilitar a vida dos Contabilistas, busca oferecer os serviços mais modernos. A DHP Eletrônica – Declaração de Habilitação Profissional é um bom exemplo disso. Disponível desde janeiro deste ano no Portal do CRC SP, ela agiliza a vida dos profissionais que podem solicitar o documento via internet, sem precisar comparecer à sede da entidade.

Aos poucos o Conselho pretende aumentar a gama de serviços ofere-

cidos por meio da internet, pois isso traz mais comodidade e agilidade ao profissional de Contabilidade, que não precisa mais se deslocar até a sede do CRC SP ou ir a uma subsele.

O Portal do CRC SP (www.crcsp.org.br) é também uma fonte de informações sobre o Conselho. Lá estão disponíveis as versões virtuais das publicações da entidade, como este Boletim, o Delecon e o informativo CRC Virtual, atualizado diariamente com notícias dos mais importantes jornais nacionais.

Esses motivos mostram o quanto é importante que os Contabilistas com registro ativo no CRC SP estejam em dia com suas anuidades.

**NOSSAS
IDÉIAS SÃO MAIS
PRÁTICAS**



**Motivos que fazem o nosso
Programa ser “SUPER”**

Determinação - Comprometimento - Excelência
Direcionamento - Atualização - Iniciativa

Qual seu desejo?

Qualidade, Agilidade, Segurança,
Economia e Lucratividade.

Então solicite uma apresentação:

(0xx14) **2105 9000**
WWW.CUCAFRESCA.COM.BR



Fornecedora de Sistemas
DP - Escrita Fiscal/Contabilidade

CONHEÇA AS COMISSÕES DO CRC SP

A vice-presidência de Desenvolvimento Profissional, por meio de uma câmara e de comissões formadas por conselheiros e colaboradores especializados, busca oferecer aos Contabilistas e alunos da área

contábil atividades de seu interesse. Somente no primeiro quadrimestre de 2006, foram realizadas 150 atividades – cursos, palestras, seminários para 10.553 profissionais da área. O número de ações teve um acréscimo

de 50% em relação ao mesmo período do ano passado e o número de participantes aumentou em mais de 900 pessoas.

Conheça um pouco mais sobre a câmara e cada uma das comissões.

CÂMARA DE DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL

■ ■ Coordenador: José Joaquim Boarin

A Câmara de Desenvolvimento Profissional é um grupo que assessora o Conselho Diretor, por meio de sua Vice-Presidência, realizando atividades voltadas para o aprimoramento técnico e cultural dos Contabilistas. As atividades oferecidas são elaboradas levando-se em conta as necessidades e características de cada região e o interesse dos profissionais contábeis de cada área. Por isso, as sugestões desses profissionais são fundamentais. Ao final de cada evento, é solicitado aos presentes que preencham uma ficha de avaliação.

COMISSÃO CRC JOVEM

■ ■ Coordenador: Luiz Fernando Nóbrega

O CRC Jovem foi criado com a meta de atender às necessidades dos estudantes de Ciência Contábeis e dos profissionais recém-formados, de facilitar o caminho entre a universidade e a profissão e como uma forma de estimulá-los a participar das entidades contábeis. Esta comissão também incentiva os jovens a obterem seu registro junto ao Conselho.

COMISSÃO DE PROJETOS SOCIAIS

■ ■ Coordenador: Marcelo Roberto Monello

A comissão de Projetos Sociais, também conhecida como CRC Social, surgiu com o objetivo de promover ações sociais junto à comunidade contábil e à sociedade. Além disso, busca incentivar os profissionais para que se envolvam nessas ações, exercitando a cidadania e a busca da integração social.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL CONTINUADA

■ ■ Coordenador: Marco Antonio de Carvalho Fabbri

Esta comissão zela pelo cumprimento das Normas para Educação Profissional Continuada. É responsável pela análise e credenciamento das capacitadoras e instrutores, atribuindo classificação e créditos aos cursos, conforme a Resolução CFC nº 1060/05.

COMISSÃO DO CICLO DE DEBATES CONTÁBEIS

■ ■ ■ Coordenador: Júlio Linuesa Perez

A Comissão elabora resenhas de matérias técnicas sobre as principais publicações de atos legais e artigos da área contábil. É responsável também pela seleção dos temas abordados no Ciclo de Debates Contábeis, que ocorre todas as semanas com o intuito de promover a atualização e esclarecer dúvidas dos participantes sobre as diversas áreas de atuação. A resenha está disponível no Portal do CRC SP e é atualizada semanalmente.

COMISSÃO DO EXAME DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

■ ■ ■ Coordenador: Walter Iório

Acompanhamento das inscrições para o Exame de Qualificação Técnica para Registro no CNAI – Cadastro Nacional de Auditores Independentes, do CFC – Conselho Federal de Contabilidade, visando à atuação no mercado de valores mobiliários e no mercado financeiro.

COMISSÃO TÉCNICA E DE PESQUISAS CONTÁBEIS

■ ■ ■ Coordenador: Vinício Martins Presti

Esta comissão colabora com o CFC – Conselho Federal de Contabilidade, revisando normas técnicas e profissionais elaboradas para regulamentar a profissão. Além disso, tem como finalidade acompanhar a pesquisa científica sobre a área contábil.

COMISSÃO PARA ACOMPANHAMENTO DO CONVÊNIO JUNTO AO TRE

■ ■ ■ Coordenador: Vinício Martins Presti

A comissão foi criada para dar apoio técnico às atividades a serem desenvolvidas a partir do convênio.



Para informações sobre as ações realizadas por essas comissões, acesse o Portal do CRC SP (www.crcsp.org.br) e clique no *link* Comissões do CRC SP. A programação está no Portal, no *link* Desenvolvimento Profissional. Ou entre em contato com o Departamento de Desenvolvimento Profissional pelo telefone 11 3824.5449 ou pelo e-mail desenvolvimento@crcsp.org.br.



TECNOLOGIA AGILIZA SERVIÇOS CONTÁBEIS

As inovações tecnológicas tornam-se cada vez mais importantes e presentes no cotidiano do Contabilista. Isso exige uma constante atualização do profissional, que precisa estar familiarizado com as novidades que surgem.

Em 18 de fevereiro de 2005, o CFC aprovou a Resolução nº 1.020, que normatiza a escrituração contábil na forma eletrônica, sua certificação digital, sua validação perante terceiros, a manutenção dos arquivos e a responsabilidade do Contabilista. No entanto, a escrituração digital ainda não é obrigatória.

Agora tanto os documentos quanto a assinatura que os valida são digitais. A certificação digital é utilizada no país desde 2001, quando a ICP-Brasil – Infra-estrutura de Chaves Públicas, foi instituída pela MP 2.200. Somente

Com o uso de documentos eletrônicos, elimina-se o papel e a necessidade de armazená-los e, conseqüentemente, há uma redução de custos.

Mais recentemente, o DNRC – Departamento Nacional de Registro do Comércio, órgão da Secretaria de Comércio e Serviços, divulgou a Instrução Normativa nº 102, dispondo sobre a autenticação de instrumentos de escrituração dos empresários, sociedades empresárias, leiloeiros, tradutores e intérpretes comerciais.

A IN nº 102 foi publicada no *Diário Oficial da União* de 9 de maio de 2006, considerando o trabalho conjunto realizado entre o DNRC e o CFC, relativo ao Leiaute Brasileiro de Contabilidade Digital.

Segundo o DNRC, são instrumentos de escrituração dos empresários

mento fiscal eletrônico, com validade jurídica, para ser utilizado em todo o território nacional, substituindo a versão em papel. Além de permitir um controle mais eficiente das transações, a Nota Fiscal Eletrônica simplifica as obrigações acessórias dos contribuintes.

A idéia surgiu pela necessidade de reduzir a burocracia e os entraves administrativos relacionados ao comércio. A NF-e também contribui para diminuir a sonegação, pois as informações são enviadas instantaneamente para o Fisco, e, como conseqüência, há um aumento da arrecadação. A NF-e é um passo na direção da integração entre os Fiscos municipal, estadual e federal.

Inicialmente, a Secretaria da Receita, seis governos estaduais – São Paulo, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Bahia, Goiás e Maranhão – e 19 grandes

autoridades credenciadas pela ICP-Brasil podem emitir a assinatura digital.

O uso da escrituração contábil na forma eletrônica tem como objetivo garantir mais segurança e agilidade em todas as transações. Com a escrituração contábil na forma eletrônica e com a certificação digital é possível acessar documentos pela internet, analisar e cruzar informações de modo mais eficiente, além de evitar a possibilidade de fraudes. A codificação usada permite garantir a individualidade e a originalidade de um documento.

e das sociedades empresárias: livros, em papel; conjunto de fichas avulsas; conjunto de fichas ou folhas contínuas; livros em microfichas geradas através de microfilmagem de saída direta do computador e livros digitais.

NOTA FISCAL ELETRÔNICA

Desenvolvido em conjunto pelas Secretarias da Fazenda dos Estados e pela Receita Federal, o projeto NF-e – Nota Fiscal Eletrônica, tem como objetivo a implementação de um padrão de docu-

empresas que atuam no país aderiram ao projeto e já utilizam a NF-e. A previsão é que esses números aumentem no segundo semestre deste ano.

Tanto a NF-e quanto a escrituração contábil na forma eletrônica trouxeram mais segurança e agilidade para os Contabilistas e estão sendo utilizadas cada vez mais.

A adoção de novas tecnologias é um processo irreversível. Por isso, é fundamental que os profissionais de Contabilidade estejam sempre atualizados em relação a novos processos implementados.

REGISTRO

PESQUISA VAI TRAÇAR O PERFIL DO PROFISSIONAL DE CONTABILIDADE

O CRC SP quer conhecer melhor o Contabilista atuante no Estado de São Paulo. Por isso, decidiu realizar uma pesquisa com todos os profissionais da área para levantar o perfil, os segmentos de atuação, as principais demandas da classe e outras informações.

A pesquisa será feita pelo Portal do CRC SP (www.crcsp.org.br), de modo a facilitá-la para o Contabilista. Serão perguntas objetivas, fáceis de responder, mas muito importantes para que o CRC SP tenha dados concretos sobre os profissionais do Estado de São Paulo.

O CRC SP sabe que o Contabilista é extremamente ocupado e valoriza o seu tempo. A pesquisa foi elaborada levando em conta esse fator, pois não vai atrapalhar as atividades do profissional.

A pesquisa terá caráter totalmente confidencial e os dados obtidos serão analisados e nortearão muitos dos rumos



a serem tomados pelo Conselho. As informações contribuirão para melhorar ainda mais os serviços oferecidos. Por isso, é importante que todos os Contabilistas participem respondendo às questões.

Com base nas respostas enviadas, o CRC SP terá os subsídios necessários para planejar novos serviços para o profissional, inclusive levando em conta as demandas de cada região do Estado, os estágios do conhecimento do profissional e sua área de atuação.

É essencial que todos os Contabilistas tenham consciência da im-

portância do CRC SP conhecer em detalhes seu público, para que possa oferecer melhores e mais adequados serviços, traduzidos em seminários, palestras, *workshops* e, cada vez em maior número, serviços *online* pelo seu Portal, para que os profissionais consigam trabalhar com agilidade e eficiência.

Em caso de dúvidas sobre a pesquisa, o Contabilista deve entrar em contato com o CRC SP. Basta ligar para o número de telefone 11 3824.5433 ou enviar uma mensagem para o endereço atendimento@crcsp.org.br.

CONTADORES

Parceria para atendimento à

IMPORTADORES e
EXPORTADORES

Habilitação
**RADAR
SISCOMEX**

FRONTEIRAS
comércio exterior
www.fronteras.com.br

■ **DESEMBARAÇO ADUANEIRO**
Importação e Exportação

■ **OPERAÇÕES TRADING**
Fundap e Complex

■ **TRANSPORTE ALFANDEGADO**
Zona Primária à Zona Secundária

LOCALIDADES

- São Paulo
- Porto de Santos
- Aeroporto – Guarulhos
- Aeroporto - Viracopos
- Porto de Vitória
- Porto de Paranaguá

Fone: **(11) 3831-0040**

CRC SP REALIZA CONVENÇÕES REGIONAIS EM SÃO JOSÉ DO RIO PRETO E PIRACICABA

Com o lema “O Contabilista preparado para os desafios da atualidade”, o CRC SP realizou duas das onze Convenções Regionais que acontecerão nesta gestão 2006-2007. A Convenção Regional de Contabilistas, Empresários e Estudantes da Contabilidade teve lugar em São José do Rio Preto, nos dias 18 e 19 de maio, com a participação de 400 pessoas. A Convenção de Piracicaba foi realizada nos dias 2 e 3 de junho, com a presença de mais de 600 pessoas. As palestras foram de mais alta qualidade.

As Convenções vêm dando espaço para a Comissão da Mulher Contabilista, para o CRC Jovem e também para a realização de encontros de professores de Ciências Contábeis para a discussão sobre “As novas diretrizes curriculares do curso de Ciências Contábeis - Resolução CNE/CES 10/04”, sob a coordenação dos conselheiros do CRC SP, os professores José Joaquim Boarin e Clóvis Ioshike Beppu.

Em São José do Rio Preto, o presidente do CRC SP, Luiz Antonio Balaminit, enfatizou que “as Convenções fazem parte das primeiras ações do Planejamento Estratégico CRC SP, que está sendo elaborado para um período de dez anos. Hoje, só no Estado de São Paulo, somos cento e onze mil Contabilistas. Calcula-se que, em 2015, chegaremos a cento e cinquenta mil profissionais. Por isso, é importante que as Convenções Regionais do CRC SP disseminem fortemente a gestão do conhecimento para todos os Contabilistas, expandindo-se numa rede de conhecimento, de fortalecimento da profissão e de busca da excelência”.

São José do Rio Preto: palestras de qualidade



Piracicaba: abertura oficial com mais de 600 participantes

Em Piracicaba, Balaminit falou sobre “a necessidade de levar a atualização constante, o apoio, o conhecimento e a experiência diversificada que um evento deste porte transmite aos seus participantes”.

Ele disse que os profissionais, empresários e estudantes precisam de eventos de qualidade, que tratem dos temas mais atuais e mais caros à classe contábil: “É disso que nós, Contabilistas, precisamos. Precisamos de ações de Educação Continuada, ligadas à competência da classe contábil, que impulsionem a profissão para a excelência, que nos permitam usar com sensatez as ferramentas tec-

nológicas e nos façam crescer como seres políticos, dotados de virtudes e sabedoria”.

Em São José do Rio Preto e em Piracicaba, os membros do Conselho Diretor do CRC SP foram considerados Hóspedes do Município, conforme decretos assinados respectivamente pelos prefeitos Edinho Araújo e Barjas Negri. Os prefeitos receberam em seus gabinetes o presidente Balaminit, os vice-presidentes Sergio Prado de Mello (Administração e Finanças), Domingos Orestes Chiomento (Fiscalização), Cláudio Filippi (Desenvolvimento Profissional) e José Aref Sabbagh Esteves (Registro).

Contmatic e a
Classe Contábil.

Duas Décadas
de Parceria.

CONTMATIC PHOENIX

UM VÔO DE ALTA TECNOLOGIA

SISTEMAS ADMINISTRATIVOS INTEGRADOS



Seus Departamentos: Fiscal, Contábil e DP ficarão Surpresos...

Nossos Sistemas



Escrita Fiscal G5 Phoenix

O que dizer de um sistema que desde 1987 se mantém como o Best Seller dos sistemas de livros fiscais.



Jr Phoenix IRPJ

Tudo fica simples para quem utiliza o Jr. Até mesmo o lucro presumido.



Contábil Phoenix

Agilidade, praticidade, rapidez de um sistema de contabilidade geral, mas que incorpora as principais características gerenciais.

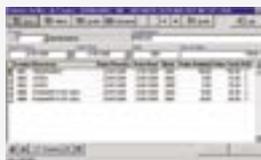
Folha Phoenix

Folha de Pagamento que incorpora uma inovadora engenharia de modo a configurá-la às necessidades de sua empresa.



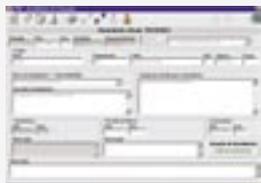
Adm Calc Phoenix

Cálculo de impostos atrasados.



Gescon Phoenix

Gestão de Empresas Contábeis:
Financeiro, contas a pagar e receber, fluxo de caixa, boletos, recibos, notas fiscais, protocolos, controle de atendimento e fluxo de trabalho, cálculo de lucratividade. Totalmente integrado aos sistemas Contmatic Phoenix, e muito mais...



www.contmatic.com.br



Nosso compromisso com a Responsabilidade Social faz incorporar na nossa gestão de negócios, compromissos com nosso público de relacionamento, clientes, colaboradores, fornecedores, comunidade e governos a fim de termos uma sociedade mais justa, solidária e promissora, com base no desenvolvimento sustentável. O Mundo tem Jeito. Esse é o nosso Jeito.



Instituto de Desenvolvimento Profissional
www.idepac.org.br

Deus Seja Louvado
Sérgio Contente
Presidente Contmatic Phoenix

Sistemas Contmatic



E Mais:

CEAD Contmatic Grátis!!!

Cursos Especiais de Aprimoramento e Desenvolvimento.

TV-CEAD Grátis!!!

Palestras e Cursos ao vivo e gravados pela Internet.

LEGALMATIC PHOENIX Grátis!!!

Boletim Contmatic Online.

Suporte Delivery Contmatic

Suporte Técnico na sua Empresa.

SRI Phoenix Grátis!!!

Relatórios e Guias pela Internet.

MAC Grátis!!!

Mensagens de Alerta Urgente Contmatic.

ENFS Phoenix Grátis!!!

Emissor de Notas Fiscais de Serviços.



Prêmios



CONTMATIC PHOENIX

Rua Padre Estevão Pernet, nº 215 - Tatuapé
São Paulo - SP - Cep 03315-000
Fone / Fax: (11) 6942-6723

Filiais:

- ✓ Campinas (19) 3213-7007
- ✓ São José dos Campos (12) 3921-0888
- ✓ Marília (14) 3454-7774
- ✓ São José do Rio Preto (17) 3222-6710
- ✓ Ribeirão Preto (16) 3967-3536

COMEÇA MOVIMENTO PELA REFORMA DO DECRETO-LEI Nº 9.295/46

No dia 27 de maio de 1946, o presidente Eurico Gaspar Dutra assinava o Decreto-lei nº 9.295/46, criando o Conselho Federal de Contabilidade, os CRCs e definindo as atribuições do profissional contábil.

Apesar das inúmeras transformações que aconteceram no mundo todo, as novas configurações econômicas, geográficas e, principalmente, o salto tecnológico das últimas décadas, a lei de regência dos Contabilistas não acompanhou as mudanças.

A necessidade da modernização do Decreto-lei nº 9.295/46 tem mobilizado várias lideranças contábeis e a gestão 2006-2007 do CRC SP resolveu assumi-la.

No início do mês de abril, o presidente do CRC SP, Luiz Antonio Balaminit, juntamente com o diretor executivo, Edeson Figueiredo Castanho, e o presidente do CRC SP, gestão 1996-1997, José Antonio de Godoy, apresentaram à presidente do CFC, Maria Clara Cavalcante Bugarim, uma proposta para iniciar os trabalhos que culminarão na redação do anteprojeto de reforma do Decreto-lei.

A presidente do CFC aceitou a proposta com muito entusiasmo e nomeou José Antonio de Godoy coordenador da comissão. Também

foram nomeados membros efetivos da Comissão Nacional: Pedro Coelho Neto (CE), Alcedino Gomes Barbosa (GO), Verônica Cunha de Souto Maior (PE), Paulo Viana Nunes (RN), José Antônio de França (DF), Olívio Koliver (RS), Wilson Marques Barbosa (MS), Antonio Luiz Sarno (SP) e Raimundo Neto de Carvalho (PI).

Os membros suplentes são: Sergio Prado de Mello (SP), Cláudio Filippi (SP), Eulália das Neves Ferreira (MA), Nelson Zafra (PR), Sandra Maria de Carvalho (MG), João Alfredo de Souza Ramos (ES), Magda Bez (SC), Luiz Guimarães de Melo (AL), José Ednaldo de Lima (PB) e José Correa de Menezes (AM).

O caminho a ser percorrido será longo e o sucesso da reforma dependerá da mobilização dos Contabilistas de todo o Brasil. A nova redação do Decreto-lei nascerá do debate amplo e da discussão democrática que deverão envolver todos os Contabilistas. Para que isso seja possível é necessária uma forte mobilização de todos os segmentos da classe contábil.

A princípio, deverão ser cumpridas sete fases para que, no prazo de um ano, o anteprojeto possa ser encaminhado, por meio de um parlamentar, à Câmara dos Deputados.

O presidente do CRC SP está pessoalmente empenhado na modernização do Decreto-lei. Ele tem a convicção que a nova redação deve antecipar as mudanças que virão nos próximos 20 anos.

“Com a velocidade das mudanças, não podemos mais ficar tanto tempo sem repensar a lei de regência. Devemos revisá-la novamente sempre que necessário”, disse Balaminit.

O ano de 2006 será um ano de muito trabalho para todos os Contabilistas que querem que a lei de regência acompanhe os passos largos que os profissionais vêm dando com o intuito de atingir o patamar da excelência.

No dia 25 de maio, o CFC realizou uma solenidade em homenagem aos 60 anos da criação do Sistema CFC/CRCs. Durante a cerimônia, realizada em Brasília, o CFC lançou um selo oficial comemorativo à data, em parceria com a ECT - Empresa de Correios e Telégrafos, para uma tiragem especial de 3 mil exemplares que circularão em todas as correspondências enviadas no país na segunda quinzena do mês de junho.

Nesse dia, várias personalidades falaram sobre a necessidade da reforma do Decreto-lei nº 9295/46. A seguir, algumas opiniões:



“O projeto de reformulação do Decreto-lei 9.295 está sendo desenvolvido com a participação efetiva de todos. O nosso objetivo é construir uma nova Contabilidade. Sessenta anos se passaram e precisamos reformulá-la. Quem dirá o que, onde e como deve ser alterada é a própria classe contábil, engajada nessa construção coletiva. Teremos o apoio dos Contabilistas e do sistema contábil brasileiro. É um processo de tamanha importância que ele transcende o sistema CFC/CRCs. Contamos com os Sindicatos e com todas as Entidades Congraçadas”.

Maria Clara Cavalcante Bugarim, Contadora, advogada e administradora de empresas, presidente do CFC.

“O modo como se fazem negócios no Brasil e no mundo mudou bastante em sessenta anos, época da promulgação do Decreto-Lei. A velocidade das alterações nos aspectos das negociações também ficou maior. Em âmbito internacional, grandes mudanças estão acontecendo. O objetivo principal da reformulação é atualizar a profissão contábil. Por outro lado, queremos readequar mecanismos de procedimentos e atuações próprias da profissão, que na década de 1940 tinham sentido, mas que hoje, não. A Comissão apresentará um projeto propondo uma nova legislação para a profissão contábil”.

José Antonio de Godoy, Contador, diretor de relações externas do Ibracon, foi presidente do CRC SP, gestão 1996-1997 e diretor para assuntos internacionais da Fenacon, gestão 1998-2000.

“O posicionamento da Contabilidade e suas especializações, no ano de 1946, quando foi promulgado o Decreto-Lei, nº 9.295, de 27 de maio daquele ano, é incomparavelmente diferente daquele vivenciado no ano da graça de 2006; aliás, essa diferença já se fazia sentir, e de modo claro e imperioso, no ano de 1976, quando foi aprovada a nova lei societária que introduziu profundas modificações, em decorrência dos avanços mundiais na matéria, por exemplo, nas Demonstrações Contábeis, para não nos alongarmos demasiadamente. A própria Sociedade como um todo, a quem a Contabilidade se destina de inúmeras maneiras e formas, só terá a ganhar com a atualização e a conseqüente projeção visando aos desafios, não do passado, mas do futuro que se apresenta à ribalta da Nação”.

Antonio Luiz Sarno, Presidente do Ibracon - 5ª Seção Regional e presidente do CRC SP, gestão 1984-1985.

“Espero que a profissão se firme e se consolide definitivamente, para que muitos problemas atuais sejam devidamente resolvidos. Dentro da visão que tenho do problema, um tema que me preocupa é o do Exame de Suficiência, dada a diferenciação do ensino nas faculdades. Afinal, são mais de 900 cursos de Ciências Contábeis no Brasil. Leciono em curso superior há 45 anos, e tenho verificado que os alunos que cursam o mestrado, por exemplo, têm um nível qualitativo médio, não correspondendo às expectativas. E quase todos são professores de cursos de graduação”.

Olívio Koliver, Contador e detentor da Medalha João Lyra, presidiu o Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Rio Grande do Sul, nos mandatos de 1980-1983 e 1994-1997.

Verônica Cunha Souto Maior, Contadora e membro efetivo da Câmara Técnica do CFC.

“A lei atual tem muitas lacunas que devem ser preenchidas. Uma delas é o fato de que na lei de 1946 não consta a prerrogativa do CFC de editar as NBC - Normas Brasileiras de Contabilidade. Esse direito foi adquirido pelo uso e costume há vinte anos. Almejamos alcançar o poder de incrementar e inserir novos projetos de lei, a fim de alterar a atribuição ou conhecimento legal que contém o CFC, para editar as NBC”.

ENCONTRO DE ESTUDANTES NO ABCD TEVE MAIS DE 1.500 PARTICIPANTES



Participação entusiasmada dos estudantes de Ciências Contábeis do Grande ABCD em seu 2º Encontro

O 2º Encontro dos Estudantes de Ciências Contábeis do Grande ABCD realizado no dia 24 de abril de 2006, no CENFORPE – Centro de Formação dos Profissionais de Educação, em São Bernardo do Campo, foi um sucesso de público, com o comparecimento de mais de 1.500 pessoas.

O presidente do CRC SP, Luiz Antonio Balaminit, esteve presente e, em seu discurso, contou aos es-

tudantes que estão sendo formadas comissões em nível nacional e estadual para discussão da lei de regência da profissão, convidando-os para participarem dos debates.

Os palestrantes foram o professor Olívio Koliver, Contabilista e empresário da Contabilidade, que falou sobre “A formação dos Contadores e o exercício profissional, atual e futuro”, e o escritor César Romão, com o tema “Seu Futuro depende de você”.

Dentre os presentes, estavam os vice-presidentes do CRC SP Sergio Prado de Mello (Administração e Finanças) e Cláudio Filippi (Desenvolvimento Profissional), os delegados regionais do CRC SP Antonio Razoppi (São André) e Odilon Luiz de Oliveira (São Bernardo do Campo), o vice-prefeito de São Bernardo do Campo, José Roberto de Melo, o presidente do Sindicato dos Contabilistas de Santo André, Eurides Batista Pudo,



Coral Idepac encantou os participantes do 2º Encontro



Presidente Balaminit: convite ao debate

o representante do Sescon - Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas no Estado de São Paulo, Humberto Sérgio Batella, o representante da Fecontesp – Federação dos Contabilistas do Estado de São Paulo, Dorival Fontes de Almeida, e inúmeros professores das entidades de ensino da região.

Organizaram o evento os professores José Joaquim Boarin (conselheiro

do CRC SP), José Carlos Melchior Arnosti (conselheiro do CRC SP e diretor do curso de Ciências Contábeis da FAENAC – Faculdade Editora Nacional), Elizabeth Castro M. de Oliveira (Universidade Metodista de São Paulo), Hamilton Cesar Moura (Faculdade Anchieta), Jovelino Gazola (IMES – Instituto Municipal de Ensino Superior), Luiz Henrique de Freitas (FAD – Faculdade Diadema) e Nobuya Yomura (Faculdade Iesa).



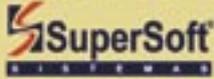

Professor Olívio Koliver falou sobre a formação dos Contadores


Escritor César Romão enfatizou: seu futuro depende de você!




Quer Melhorar sua Produtividade?

O SIAEC Plenus é um produto constituído por cinco módulos que atendem as empresas contábeis de forma plena. Esse produto oferece as informações necessárias para que seus clientes tenham resultados precisos, garantindo a eles a qualidade no seu atendimento. Além disso, a SuperSoft oferece atualizações constantes no que se refere a legislação, bem como implementações nos sistemas.

<ul style="list-style-type: none"> SSAdcon Administração de Escritório SSAtivo Controle Patrimonial SSContab Contabilidade SSFiscal Escrituração Fiscal SSFolha Folha de Pagamento 	<p>VENDAS:</p> <p>11 6198.1719</p> <p>11 2626.1835</p> <p>0800 127455</p> <p>  www.supersoft.com.br </p>
--	---



PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO CRC SP: CONTABILISTAS, DIVULGUEM A EXCELÊNCIA!

Divulgar o que estamos realizando é um passo que cada um de nós, nos momentos de relacionamento com os clientes, com os outros colegas de profissão e com a sociedade como um todo, precisamos dar, em nome da valorização e crescimento de cada um dos Contabilistas, transformando a nossa profissão em uma referência de excelência.

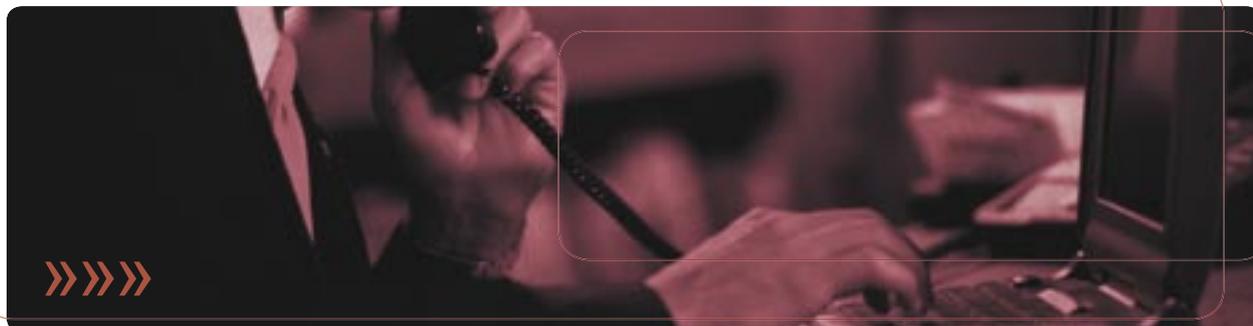
Por essa razão, o CRC SP está comunicando as primeiras ações e as práticas de gestão do Planejamento Estratégico que está implementando e que contribuem para essa excelência:

- criação dos indicadores estratégicos;
- organização, com o Conselho Federal de Contabilidade, de uma proposta de reformulação do Decreto-lei nº 9.295, de 1946, para adequar a lei aos novos tempos em termos tecnológicos, econômicos, políticos, geográficos e sociais;
- treinamentos de evolução tecnológica;
- pesquisa visando focar e interagir com os profissionais da Contabilidade, de forma a transformar a prestação dos serviços do CRC SP em uma referência de classe mundial, a partir do alinhamento do Planejamento Estratégico com os fundamentos da excelência;
- estudo da expansão da sede;
- revisão dos projetos do CRC SP, alinhando-os à visão de 10 anos à frente;
- incentivo à participação político/partidária;
- iniciativas para a certificação digital;
- ampliação dos convênios com Serasa, Receita Federal, Jucesp e Secretaria da Fazenda Estadual;
- ações junto à mídia;
- realização de Convenção Regional nas principais cidades do interior do Estado;
- montagem da logística de comunicação do Mapa Estratégico.

O trabalho, iniciado em janeiro de 2006, que tem como meta a reintegração de melhorias e inovações, segue seu curso alinhando os nove grandes desafios aos fundamentos da excelência:

1. Exercício do desenvolvimento da liderança, interação com as entidades interessadas para a implementação do Mapa Estratégico, administração dos riscos assumidos diante das incertezas e tomada de decisão do Conselho Diretor. Estímulo às mudanças culturais necessárias para a concretização das iniciativas estratégicas reintegrando as melhorias e inovações em busca da criação do valor da excelência.
2. Alinhar o orçamento ao processo de implementação das iniciativas





estratégicas tendo em vista a estratégia nacional da proposta da nova lei de regência.

3. Responsável pelo registro da profissão, o CRC SP tem como desafios frontais e expectativas adequar a educação superior às necessidades da nova sociedade do conhecimento, de acordo com a Resolução 10/04, do Conselho Nacional de Educação, e para tal é necessário identificar, analisar e compreender as necessidades dos profissionais da Contabilidade e organizações contábeis, para melhorar, diferenciar, interagir e personalizar o atendimento.
4. Contribuir para o desenvolvimento econômico, social e ambiental de forma sustentável.
5. Mapear as necessidades dos Contabilistas visando ao desenvolvimento do Conselho no que toca à gestão do conhecimento, dos sistemas de informação, principais tecnologias emergentes, métodos de atração e retenção de especialistas e compartilhamento do conhecimento, adequando níveis de serviços diferenciados em questões contábeis, trabalhistas e tributárias.
6. Desenvolvimento e utilização do potencial das pessoas em conso-

nância com os novos modelos de prestação de serviços e criação do clima organizacional que conduzam a força de trabalho à excelência do desempenho, à plena participação com qualidade de vida e ao crescimento das pessoas.

7. Colaborar com o Grupo de Trabalho, entre eles o Conselho Federal da Contabilidade, com as inicia-

tivas para harmonia dos processos e práticas contábeis. Reformular apoios à inovação (tratamento fiscal e financiamento) para a harmonização internacional.

8. Identificar os processos de agregação de valor para atender a integração entre empresas e centros de conhecimento e a extensão tecnológica para as micro e pequenas empresas.
9. Promover a atualização e apoiar a inovação, inclusive tecnológica, incentivando o desenvolvimento e a pesquisa para inovação, de fontes internas e externas, buscando o novo na prestação de serviços profissionais para o mercado contábil, em coerência com as boas práticas internacionais aplicáveis.

Com essas ações a profissão será renovada. Como disse o presidente do CRC SP, Luiz Antonio Balamini: “Cada um de nós faz a nossa história. Nós podemos, com força e determinação, modernizar, atualizar e renovar as aspirações de uma profissão que nunca rejeitou os desafios e jamais parou no tempo, desde que o homem começou a rabiscar traços nas paredes das cavernas, iniciando-se nas maravilhas da ciência contábil. Contabilistas, continuamos contando com a sua energia para disseminar a excelência”.



**Nós podemos,
com força e
determinação,
modernizar,
atualizar e renovar
as aspirações de
uma profissão que
nunca rejeitou os
desafios e jamais
parou no tempo.**



ENTREVISTA

O FUTURO DA PREVIDÊNCIA BRASILEIRA É IGUAL AO FUTURO DO PAÍS, AFIRMA MINISTRO

O Ministério da Previdência quer diminuir em, pelo menos, 50% as filas que congestionam as agências do INSS - Instituto Nacional do Seguro Social. A maioria das pessoas que vai para as filas (63%, segundo dados do INSS) está em busca de agendamento de perícia médica ou de auxílio-doença.

A Previdência pretende que os trabalhadores agendem essas solicitações via internet, por meio do *site* www.previdencia.gov.br. Para que isso seja possível, o Ministério está propondo a assinatura de acordos com entidades, como o CRC SP, para que estas incrementem a divulgação desse serviço aos funcionários e profissionais registrados. Se não conseguir fazer o agendamento *online*, o segurado pode ligar para o PREVfone: 0800 780191, tentando evitar dirigir-se às agências.

Em maio, o ministro da Previdência, Nelson Machado, reuniu-se com o presidente do CRC SP, Luiz Antonio Balaminit, e com os vice-presidentes Sergio Prado de Mello (Administração e Finanças), Domingos Orestes Chiomento (Fiscalização), Cláudio Filippi (Desenvolvimento

Profissional) e com o delegado do CRC SP em São Bernardo do Campo, Odilon Luiz de Oliveira, para uma conversa preliminar sobre a parceria entre o Conselho e o Ministério.

O presidente Balaminit considera a iniciativa da Previdência bastante oportuna, “pois vai diminuir as dificuldades enfrentadas pelos segurados que sofrem com a espera nas filas e com a demora do atendimento”.

O ministro Nelson Machado, Contabilista de formação, disse ao CRC SP que o acordo com as entidades vai contribuir com a meta da Previdência de atender os cidadãos, que buscam o INSS, num prazo máximo de cinco dias.

O projeto para acabar com as filas e outros assuntos importantes, como o futuro da Previdência no Brasil, as fraudes e o crescente déficit estiveram na pauta da entrevista exclusiva concedida pelo ministro e Contabilista Nelson Machado a este Boletim.

Como a Previdência tem usado a Tecnologia de Informação? Por que o sistema falha tanto?

Resposta: São duas coisas distintas. De um lado, temos uma questão na



área tecnológica. A Dataprev ficou, durante algumas décadas, sem investimento, ou seja, havia uma visão de não investir na empresa estatal. Os computadores ficaram defasados, os sistemas ficaram velhos. Isso colocou um prejuízo grande para a eficácia do sistema da Dataprev e, em consequência, para o INSS. Estamos, neste último ano, investindo muito fortemente na Dataprev, comprando computadores, servidores. Estamos com um programa de aquisição de computadores de grande porte para a Dataprev, para atualizar seu parque de informática. Com isso, vamos ter condição de oferecer um melhor serviço. Mas, além disso, investimos também muito no fortalecimento das máquinas que operam, trabalham e sustentam a nossa internet e, ao sustentá-la, trabalhamos no sentido de colocar mais máquinas, melhores computadores e ampliar a capacidade. Redesenhamos o *software* de fazer agendamento e requerimento e, hoje, temos condição de fazer todo o requerimento e o agendamento da perícia médica pela internet.

Esse é o projeto da Previdência para diminuir as filas? E o trabalhador que não tem acesso à internet, como faria?

Resposta: Estamos trabalhando com três possibilidades de acesso à internet pela população. O primeiro é o acesso através das empresas. Todo o segurado que está empregado, quando vai pedir um benefício de auxílio-doença, por acidente, os primeiros quinze dias são pagos pela empresa. Antes de ir a qualquer lugar, ele tem que ir à empresa, levar o atestado médico, apresentar-se, dizer que está doente etc. Não custa absolutamente nada para a empresa entrar na página da

Previdência e fazer o agendamento da perícia para seus funcionários. Esse é o acordo que estamos procurando fazer com entidades como o CRC SP. Porque não custa nada e tem um reflexo positivo enorme. Economiza condução para um funcionário que está doente ou acidentado, economiza tempo dos familiares dele e, às vezes, de sua mulher, porque ele não pode ir mesmo e não tem como marcar. Então, de um lado, isso reduz o custo do funcionário. E do lado da Previdência Social, diminui a fila pela metade para as pessoas que vão até lá. Porque metade das pessoas que vai às agências da Previdência Social tinha agendamento. O outro modo refere-se às pessoas que estão na pequena empresa e não têm o acesso;



Nelson Machado

ou estão desempregadas e continuam com direito ao benefício; ou são empregados domésticos. Para esses, temos duas possibilidades: uma é ir a um centro de inclusão digital. Estamos fazendo convênios com o Banco do Brasil, com ONGs, com prefeituras e com quem quer que queira fazer, com sindicatos que tenham um centro de inclusão digital, tenham computador, estejam ligados à rede, que tenham um monitor e ensinem a pessoa a entrar no sistema. Para agendar uma perícia médica há um requerimento muito simples. É preciso ter o número da carteira profissional e o número de identificação do trabalhador. Qualquer que seja, é só decidir onde quer fazer, marcar e fazer no dia agendado. E mais fortemente, vamos ter o telefone, que já funciona em São Paulo, no Rio de Janeiro e na Bahia, ainda experimentalmente, para fazer a ligação e marcar a perícia por telefone. Com isso, temos condição de melhorar muito o atendimento e retirar metade das pessoas da fila.

Quanto às falhas de que se reclama, quando as pessoas têm o benefício negado, aí não tem a ver com o sistema. O benefício é negado porque





O aumento da expectativa de vida é uma coisa boa. É o resultado de um conjunto de políticas públicas que, ao longo dos últimos anos, tem melhorado as condições de saúde, de alimentação, a assistência, e isso, obviamente, tem um reflexo interessante para o indivíduo.



o segurado não conseguiu comprovar o tempo de serviço, não conseguiu comprovar o vínculo. E aí, às vezes, demora, porque este país tem dimensões continentais. O segurado, às vezes, trabalha em São Paulo; em outro período, ele trabalhou na Bahia; depois, ele trabalhou em Brasília. E, na hora que ele vai comprovar o tempo de serviço, não tem como. É preciso fazer pesquisa, diligência. Então, é difícil comprovar os tempos pretéritos. O pessoal que começou depois de 1994 já está todo no sistema. Nesses casos é mais fácil.

Com o aumento da expectativa de vida dos brasileiros, que medidas o Ministério da Previdência está tomando para administrar um número maior de aposentados?

Resposta: Primeiro, vamos considerar que o aumento de expectativa de vida é uma coisa boa. Porque eu tenho ouvido, de vez em quando, o pessoal dizer: “Ah, que pena! O pessoal está vivendo mais”. Então, vamos deixar claro, primeiro, que o aumento da expectativa de vida é uma coisa boa. É o resultado de um conjunto de políticas públicas que, ao longo dos últimos anos, tem melhorado as condições de saúde, de alimentação, a assistência, e isso, obviamente, tem um reflexo interessante para o indivíduo. É claro que isso vai colocar, naturalmente, uma questão no sentido de que essas pessoas, se estiverem associadas à Previdência Social, vão demandar por receber o benefício por mais tempo. Então, isso parece ser um problema. Claro! Se eu vou pagar por mais tempo, pode parecer um problema. Mas eu acho que este não é o principal problema da Previdência. Isso poderá ser um problema. Mas este não é o maior problema.



E qual é o principal problema da Previdência hoje?

Resposta: Se observarmos, vamos perceber o seguinte: temos um conjunto de pagamentos de benefícios da Previdência que chegam, este ano, a R\$ 164 bilhões, aproximadamente. Esses R\$ 164 bilhões são pagos para 23,9 milhões de benefícios, aposentadorias, pensões, auxílios-doença. Temos, inclusive, o auxílio aos idosos, o benefício por incapacidade da lei orgânica de assistência social. E desses 23 milhões de brasileiros e brasileiras que recebem esse recurso, 60 e tantos por cento recebem até um salário mínimo. Então, tem que olhar a Previdência Social sob o ponto de vista do impacto que isso tem na distribuição de renda, na inclusão de milhões de brasileiros e brasileiras no mercado de consumo, que, fatalmente, vai implicar no mercado de trabalho, em mais emprego, além do resgate da cidadania das pessoas idosas. É um lado positivo. O outro lado a considerar é a arrecadação. Nós temos uma estimativa inicial de R\$ 119 bilhões, que vai dar aí uma diferença de R\$ 45 bilhões, que é o chamado déficit. E é aí que entra a

Nelson Machado

preocupação quanto ao déficit. Mas esse déficit que estou vendo é o resultado de uma comparação contábil – já que estou falando para Contabilistas – entre a receita e a despesa. Precisamos trabalhar e é essa a política que estamos fazendo. Temos de olhar para a despesa e ver como podemos administrar essa despesa e olhar para a receita e ver como podemos administrar essa receita.

O déficit da Previdência tem crescido muito nos últimos anos?

Resposta: O déficit vem crescendo. No ano passado, foi de R\$ 37,5 bilhões. Mas estou falando apenas da questão

do regime geral da Previdência Social. E tem também a previdência dos funcionários públicos, militares, que não é objeto de nosso trabalho, mas está dentro do campo da seguridade.

E como tem sido trabalhar com um déficit tão grande?

Resposta: Temos um conjunto de ações que vem sendo trabalhado nesses últimos anos, são ações de gestão, que interferem na receita e na despesa. Vou colocar algumas ações de gestão que interferem na receita, primeiro. Sabemos que há um grande conjunto de recursos que são sonogados ou sim-

plesmente não são recolhidos. Então, temos, hoje, no Congresso Nacional, uma proposta de fazer a unificação da Secretaria da Receita Previdenciária com a Secretaria da Receita Federal. Essa unificação tem o condão, o objetivo de unificar aquilo que chamamos de administração do crédito tributário. Hoje, temos uma administração do crédito tributário aqui, na Previdência; outra, na Receita Federal. Bancos de dados que não conversam. Profissionais que trabalham isolados. A unificação, seguramente, vai ter condição de ampliar o recebimento. Não vai mexer em alíquota, não vai mexer em aumento

Soluções para gestão empresarial

Mostramos o caminho para uma administração segura e eficiente.

Com nossos modernos sistemas de gestão, você irá maximizar os recursos de seu escritório integrando a sua empresa por completo.



Conheça as soluções em:

- ▶ Relacionamento com clientes
- ▶ Business Intelligence
- ▶ Gerenciamento de documentos
- ▶ Gestão comercial, contábil, financeira e fiscal
- ▶ Administração de processos
- ▶ Ponto eletrônico

Descubra o que podemos fazer por você e por sua empresa. Solicite uma demonstração.

Sistemas fáceis de usar, simples de instalar e com suporte rápido por telefone e internet.



Somando soluções para obter resultados

0800 55 10 37

www.prosoft.com.br

ENTREVISTA

da carga tributária. Vai aumentar a formalização e, portanto, o recebimento. Isso é muito importante. Além disso, a unificação da Receita também reduz custos do empresariado. Reduz custos dos órgãos de Contabilidade, dos escritórios de Contabilidade que atendem o fiscal da Receita, o fiscal da Previdência, o fiscal do ICMS, o fiscal do ISS, fiscal de sei lá das quantas. Então, essa é uma ação concreta. Nós estamos num processo de unificação. Estamos esperançosos que o Senado Federal aprove essa unificação. Isso vai melhorar muito a gestão do crédito tributário e, conseqüentemente, a arrecadação da Previdência.

A Previdência tem conseguido detectar os tipos de fraudes que contribuem para que seja tão deficitária? Por exemplo, esse projeto da força-tarefa, como está?

Resposta: Obviamente, há fraudes. Há pagamentos indevidos, sem dúvida. E estamos cuidando disso de várias maneiras. Uma delas é o recenseamento, que é a pedra de toque para atualizarmos o cadastro e permitir que nossos sistemas de controle funcio-

nem. Por exemplo, temos o sistema de informação de óbitos, o Sisob. Para funcionar direitinho é preciso ter um cadastro autorizado, com os números da carteira de identidade e do CPF de cada um dos nossos segurados. Por isso, o recadastramento é algo muito importante nessa linha. Além disso, temos uma unidade móvel que se chama Assessoria de Pesquisas Estratégicas, a API, que comanda as forças-tarefas. As forças-tarefas são articuladas, operam e depois retornam ao seu trabalho normal; se não, não é força-tarefa, vira burocracia normal. Então, elas coordenam esse trabalho e, a partir de um trabalho de inteligência, identificam fraudes e buscam a comprovação, por meio de provas, em parceria com a Polícia Federal, com o Ministério Público, com a Abin, o Coaf e assim por diante.

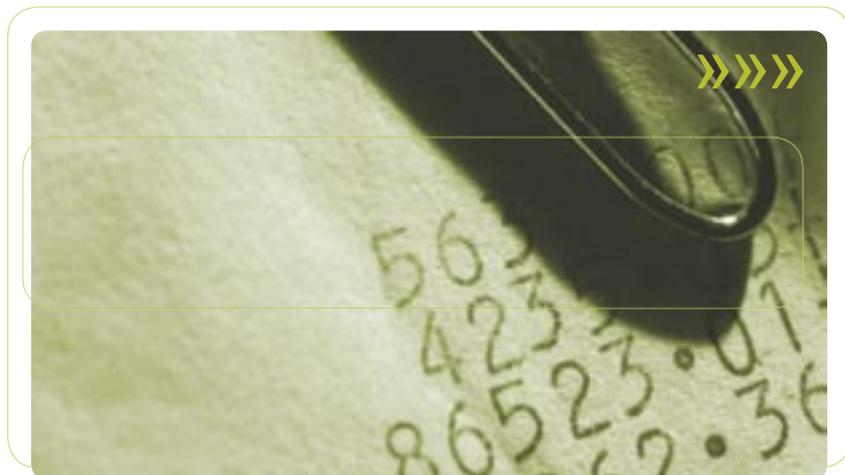
E com relação às despesas, como a Previdência vem agindo?

Resposta: Do lado das despesas, temos feito um trabalho muito forte no sentido de reduzir e combater os pagamentos indevidos. Estamos fazendo, no momento, o recadastra-

mento, que embora tenha sido uma decisão de governo, é, na realidade, um programa do Estado brasileiro. Está na lei fazer o recadastramento. Desde 1991, precisava ser feito, mas não foi. Começamos o recadastramento em outubro do ano passado e isso vai até meados do ano que vem. Portanto, perpassa o mandato. Agora, ele é fundamental, porque vamos atualizar o cadastro, as informações, os dados. E, além disso, vamos excluir do cadastro os pagamentos indevidos. Há pessoas que faleceram, perderam o direito, que continuam, aliás, recebendo. Isso, de um lado, vai reduzir o número de pagamentos indevidos. Do outro lado, estamos tendo uma ação bastante forte na questão do auxílio-doença. O auxílio-doença saiu de um patamar, no ano 2000, de 569 mil benefícios e, em 2005, chegou a 1.618.000 benefícios. A quantidade de auxílios-doença foi muito ampliada, tanto os previdenciários, quanto os acidentários. Praticamente triplicou. Em termos de recursos, se você colocar em moeda de março de 2006, saiu de aproximadamente R\$ 4 bilhões para mais de R\$ 12 bilhões, quase R\$ 13 bilhões.

E qual foi a causa desse aumento tão grande?

Resposta: Bem, não tivemos nenhuma hecatombe, nenhuma pandemia de nenhuma doença. O que aconteceu? Foi, basicamente, questão de gestão. O crescimento se deu, muito fortemente, a partir de 2002, quando se potencializou a terceirização das perícias médicas. E também teve uma disfunção no método de cálculo do valor do benefício. Temos uma estatística que mostra que, no ano passado, por exemplo, mais de 50% dos benefícios de auxílios-doença pagos



Nelson Machado



O maior problema da Previdência é que temos cerca de 28 milhões de trabalhadores brasileiros fora do sistema.



eram maiores que o último salário do beneficiário. Ou seja, o salário do auxílio-doença é maior, em 50% dos casos, do que o salário que a pessoa estava recebendo antes. Isso, obviamente, é da natureza. As pessoas não vão querer mais voltar para o trabalho, vão querer continuar recebendo o auxílio-doença. Então, há uma pressão para continuar com o auxílio-doença. Nós, inclusive, mandamos um projeto de lei, que está no Senado, para modificar o método de cálculo. Porque o método de cálculo usado hoje pega os 80% melhores salários desde 1994 até agora, atualizados monetariamente. Então, pega períodos de inflação alta para valores lá em cima. O que estamos propondo é que se faça uma média do último ano, para ter um valor aproximado daquilo que o segurado está recebendo e não ter um incentivo.

Mas ele não recebe apenas 70% do salário como auxílio-doença?

Resposta: Mesmo com isso, ainda dá um valor maior que o salário dele, em 50% dos casos. Então, esse projeto

de lei está no Congresso e ainda temos outras questões no sentido de ampliar a arrecadação e ampliar também a inclusão previdenciária.

Com o aumento da informalidade houve uma diminuição do emprego com carteira assinada. A Previdência conseguiu medir isso?

Resposta: Essa é uma questão importante. Mas, a partir de 2002, tivemos uma reversão da informalidade no mercado de trabalho no Brasil. Naquele ano, começou a decrescer a informalidade porque o país voltou a crescer um pouco mais. Nos últimos quatro anos, tivemos um momento da formalização do mercado de trabalho.

Mas também houve o aumento da figura da Pessoa Jurídica para driblar o registro em carteira de trabalho?

Resposta: Também há isso. Não é ilegal, nem informal, mas é uma precarização do mercado de trabalho. Mesmo com isso, o emprego com carteira assinada aumentou no país.

Etiquetas Patrimoniais / Ativo Fixo com CÓDIGO DE BARRAS e numeração arábica

NOS MATERIAIS: Alumínio, Aço Inox e Poliéster.
IMPRESSÃO: a) Gravado em Baixo Relevo;
 b) Foto Anodização e Eletrônica Digital.
FIXAÇÃO: Poderá ser com adesivo ou furos.
PADRÃO DOS CÓDIGOS: 128 e 2 de 5 Entrelaçados.
DIFERENCIAIS: Resistente a altas temperaturas, umidades, produtos químicos, ambientes hostis e **garantia de 30 anos.**

A MAIS MODERNA E SEGURA FORMA DE CONTROLAR SEU PATRIMÔNIO

INDEMETAL® - IND. DE ETIQUETAS METÁLICAS LTDA.
 R. Eloy Ricci, 272 - Vila Bandeirantes - Itu-SP - Cep 13.313-201
 Fone: 11 4023.1712 - E-mail: indemetal@indemetal.com.br

VISITE NOSSO SITE
www.indemetal.com.br

RWTUV

3-024-090-01984

ENTREVISTA



A informalidade não tem contribuído para enfraquecer a Previdência?

Resposta: Considero que o maior problema da Previdência Social hoje é que temos cerca de 28 milhões de trabalhadores e trabalhadoras brasileiros fora do sistema previdenciário. Eles não contribuem e não têm nenhuma garantia, nenhum benefício, nenhuma expectativa de benefício. Então, é preciso fazer essa inclusão. E temos dois projetos de lei também já tramitando. Um cria uma aposentadoria apenas por idade e reduz a contribuição para 11%, ao invés dos 20% normais do contribuinte individual, no sentido de tentar incentivar as pessoas, que estão nessa faixa e trabalham por conta própria, a continuarem na Previdência para que possam estar, então, seguradas. E o outro é o projeto de lei que estabelece um incentivo para os empregadores efetivarem o registro de seu empregado doméstico. Cria-se o incentivo de reduzir, do imposto de renda no próximo ano, aquilo que foi pago pela parte do empregador para a Previdência Social, quando se relaciona com um empregado e um salário-mínimo. Essas são as ações

que estamos tomando para buscar a inclusão previdenciária e o equilíbrio previdenciário.

Em março deste ano, conforme dados deste Ministério, foram pagos R\$ 11,8 bilhões em 24 milhões de benefícios, sem contar o pagamento de benefícios assistenciais pagos pelo Tesouro Nacional. Em termos de orçamento da União, qual é a porcentagem dos pagamentos da Previdência e por que é o Tesouro Nacional que custeia o pagamento de benefícios assistenciais?

Resposta: Porque o sistema brasileiro da seguridade social é composto da Previdência Social, da Assistência Social e da Saúde. A seguridade social é custeada por um conjunto de fontes e a principal fonte de custeio é a contribuição sobre a folha de pagamento, intimamente ligada à Previdência. Além disso, a Constituição também associa uma parte da CPMF com a Previdência. E, depois, temos contribuição sobre o lucro líquido, contribuição sobre o faturamento etc. etc., que vão contribuir para a saúde e para a assistência social. Então, a assistência social tam-

bém é coberta pelos recursos que vêm daqui. Como tudo é arrecadado pelo Tesouro, ele passa o da folha e a parte da CPMF para a Previdência, recolhe as contribuições para fazer o repasse para pagar a assistência e para pagar a saúde. Então, todo recurso vem do Tesouro. O Governo Federal funciona com uma conta única. Todos os recursos caem na conta única do Governo Federal que os repassa, de acordo com as normas legais, para fazer os pagamentos.

Falando mais especificamente do recenseamento. Na primeira etapa foram suspensos 70 mil segurados. Quais são as expectativas para a segunda etapa, que está começando?

Resposta: Dividimos o recenseamento em duas etapas. Na primeira, foram convocados 2 milhões e 400 mil beneficiados. Na segunda, estamos chamando 14 milhões e 700 mil. Então, vai dar um total de 17 milhões de beneficiados chamados, desde outubro de 2005 até janeiro do ano de 2007. A primeira etapa, daqueles 2 milhões e 400 mil, ainda não se encerrou. E o processo é aquele: o segurado é chamado num mês; ele tem dois meses para

Nelson Machado

fazer o recenseamento; depois, tem o envio de uma carta; um edital; e, só depois, suspende. A primeira etapa não acabou ainda, estamos finalizando-a. Nessa primeira etapa, já fizemos um edital de suspensão de cerca de 80 mil beneficiários. Depois, fizemos uma outra de 50 mil. E, agora, fizemos uma outra de 70 mil. E ainda há mais editais para fazer, somente dessa primeira etapa. Por quê? Porque muitos não receberam a carta, a carta voltou, demorou para voltar, agora voltou e o beneficiado não se recenseou. Ainda vão sair outros editais de suspensão. É importante ter presente: nem todo mundo que deixou de fazer o censo na época apropriada, e que teve o benefício suspenso, é um fraudador. Estamos lidando com uma clientela diferenciada, uma clientela sensível, com dificuldades de locomoção, de compreensão, de leitura, enfim. Então, uma parcela dessas pessoas que tem o benefício suspenso existe e tem direito ao benefício e começou a aparecer depois da suspensão. Então, por exemplo, desses 80 mil, de acordo com a mais recente informação que tenho, mais de 50% já apareceram. Desses 50 mil, não sei quantos vão aparecer. Dos 70 mil, não sei quantos vão aparecer. Então, não dá para fazer uma estimativa agora de quantos serão, efetivamente, cortados. O nosso objetivo não é cortar o benefício de quem tem direito. Nosso objetivo é eliminar o pagamento indevido. Tanto que o modelo está montado de maneira que, se o beneficiário aparecer e fizer o recadastramento, o benefício é restabelecido a qualquer tempo. Inclusive, costumo brincar: se o beneficiário viajou, foi para o Tibet e ficou meditando, lá na montanha, durante dois anos, ao voltar, ele faz o censo e o benefício



Os
trabalhadores
que estão hoje
na ativa estão
pagando a
aposentadoria
daqueles que
trabalharam
no passado.

E os
trabalhadores
do futuro, se
a economia
crescer,
vão pagar
as nossas
aposentadorias.



vai ser restabelecido. Então, é muito difícil dizermos quantos, efetivamente, vamos suspender. Enquanto não aparecer, fica suspenso.

Quem deve mais para a Previdência: as pequenas, as médias, ou as grandes empresas?

Resposta: Não tenho uma distribuição dessa natureza, mas, seguramente, as grandes empresas devem mais. Porque, em qualquer fenômeno da natureza, na hora que você faz uma curva ABC, sempre tem um pequeno grupo com um grande volume. A curva ABC mostra isso. Não tenho dados sobre isso, neste momento, até porque, quem coordena o recebimento da dívida ativa é a Procuradoria. Então, tenho pouco controle sobre o estoque. Tenho controle sobre o que recebe.

Existe um programa para quem não nega que está devendo e diz que vai pagar quando puder?

Resposta: Não. Tem o programa normal, do financiamento, do parcelamento em 60 meses, com as devidas normas.

Segundo informações também deste Ministério, o INSS ficou 18 anos sem concurso público para servidores. Por quê?

Resposta: Porque havia uma visão diferente de como organizar o setor público, com uma tendência muito forte à terceirização. Acho que isso levou a tal posição. Em 2001, o Ministério Público do Trabalho entrou com uma ação contra o Governo Federal questionando as terceirizações, que eram, no entender do Ministério Público do Trabalho, uma burla ao concurso público. Então, a partir disso, em 2002,

ENTREVISTA

foi feito um Termo de Ajuste de Conduta, em que o INSS se comprometeu a substituir os terceirizados e a fazer concursos. Então, a partir de 2003, tivemos um conjunto de concursos para substituir os terceirizados.

E por que os servidores do INSS fazem tanta greve?

Resposta: É importante perceber que o funcionalismo do Executivo, de forma geral, tem um salário bastante ruim. Essa é uma questão importante. Outra questão que acho relevante é que, ao longo dos anos, foram criados diversos cargos. Tanto que estamos, neste momento, discutindo com as representações sindicais a reestruturação de uma carreira da Previdência Social. Acho importantíssimo valorizar o servidor público, valorizar no sentido de mobilizar, dar capacitação, incentivo e salário, também porque o funcionário da Previdência, o analista da Previdência, é um concessor de benefícios. Ele é um funcionário importante na área da Previdência Social e garante o acesso a direitos aos trabalhadores e trabalhadoras. A nossa gestão tem uma preocupação muito grande em valorizar e fortalecer os nossos fun-



Acho importantíssimo valorizar o servidor público, valorizar no sentido de mobilizar, dar capacitação, incentivo e salário, também porque o funcionário da Previdência é um concessor de benefícios. >>

cionários, para que eles possam ter orgulho de trabalhar na Previdência Social e não o contrário. Hoje, ainda temos dificuldade com essa imagem. Mas acho que, paulatinamente, vamos reverter essa imagem e chegar ao momento em que os nossos funcionários terão orgulho do serviço que prestam e de trabalharem na Previdência Social. Aí, não haverá mais greve.

O senhor acredita que a Previdência Social, da maneira como funciona, tem futuro? Ou terá que se adaptar aos novos tempos e mudar? Como o senhor imagina a Previdência nos próximos anos?

Resposta: O modelo de Previdência Social do Brasil tem três partes: uma previdência social pública básica, que é o chamado regime geral da Previdência Social. É para os trabalhadores da iniciativa privada e garante um salário-mínimo de até R\$ 2.668,00, mais 5%.

Este é o teto?

Resposta: Este é o teto. Ela garante uma aposentadoria nesse patamar. Aí vem a Previdência complementar para aqueles que ganham mais, têm mais recursos e querem investir. Há



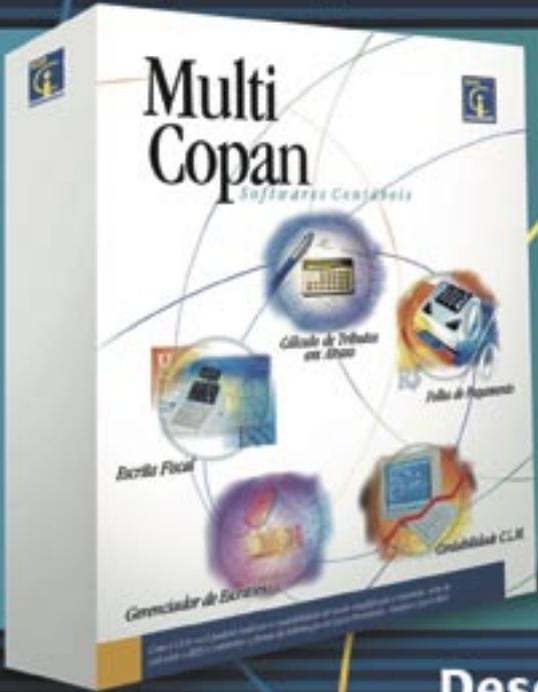
Nelson Machado

os diversos fundos: abertos, fechados etc. E existe a Previdência do setor privado. Como é que vejo a Previdência de forma geral? No modelo brasileiro, ela está muito associada ao desenvolvimento do país. Não há Previdência sem o desenvolvimento do país. Então, o futuro da Previdência é o mesmo do país. Se o país continuar se desenvolvendo, haverá um reflexo na Previdência. Desenvolver-se significa crescer e distribuir renda, aumentar o emprego, aumentar a formalização do mercado de trabalho e aumentar a

arrecadação da Previdência. Os trabalhadores que estão hoje na ativa estão pagando, com sua contribuição, a aposentadoria, o retiro merecido daqueles que trabalharam no passado. E os trabalhadores do futuro, se a economia crescer, se ela continuar se desenvolvendo, vão pagar as nossas aposentadorias. Isso vale tanto para o setor público, quanto para o setor privado. Onde é que os bancos e os fundos vão aplicar os recursos das pessoas que estão contribuindo para a aposentadoria complementar nos dias de hoje? Não estão aplicando

no mercado de títulos, no mercado de ações, nem no mercado imobiliário. Isso só vai ter valor e só vai gerar renda se a economia estiver crescendo. Se a economia estiver, daqui a dez, quinze, vinte anos, em uma pujança, o futuro estará garantido, a Previdência estará garantida. Se a economia do país entrar em recessão, num caos, ninguém se sustenta. Nem a Previdência privada, nem a pública e nem a Previdência do regime geral pública e básica. O futuro da Previdência, para mim, é igual ao futuro do país.

Sua empresa pode muito mais... Seja nosso Representante



MultiCopan
Softwares Contábeis

- Folha de Pagamento
- Escrita Fiscal
- Contabilidade C.L.M.
- Cálculo de Tributos em Atraso
- Gerenciador de Escritório

0800-7702040
www.multicopan.com.br

Descubra esta ferramenta. 

ENTREVISTA

PARA PRESIDENTE DA PRICE, TRANSPARÊNCIA SIGNIFICA VANTAGEM COMPETITIVA

HÁ 90 ANOS NO BRASIL, A PRICEWATERHOUSECOOPERS CONSEGUIU UMA LONGEVIDADE RARA, SEGUNDO SEU PRESIDENTE, FERNANDO ALVES, POR APOSTAR NA ÉTICA, SER SELETIVA E VOCACIONADA PARA A QUALIDADE. FORMADO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS E MESTRE EM ADMINISTRAÇÃO, ALVES DEFENDEU, NESTA ENTREVISTA, A AUDITORIA COMO FATOR DE COMBATE À CORRUPÇÃO E O CONTABILISTA COMPROMISSADO COM A TRANSPARÊNCIA. COM 14 ESCRITÓRIOS E 2,6 MIL PROFISSIONAIS NO BRASIL, A EMPRESA INVESTE NO PROGRAMA PWC CIDADANIA, TRABALHO VOLUNTÁRIO DOS FUNCIONÁRIOS EM AÇÕES SOCIAIS, AMBIENTAIS, EDUCACIONAIS E CULTURAIS.

Após as turbulências causadas pelo escândalo da Enron, como ficou a situação das empresas de auditoria? E da Price, em particular?

Resposta: As turbulências causadas pela Enron revelaram um problema de deterioração da ética empresarial. Em boa parte das circunstâncias dos escândalos corporativos, ocorreu mais

a falência da ética empresarial e dos processos de governança corporativa do que má prática por parte dos Auditores. Há casos, nesses escândalos todos, em que a atuação do Auditor não foi correta. Mas, em cada dez casos, oito decorreram da deterioração de ética empresarial, daquela falência de processos de governança corporativa.

Isso afeta, até mesmo, a curva de crescimento econômico que, de repente, foi abruptamente interrompida. Há uma mistura de falência de ética empresarial, falência de procedimentos de governança corporativa, programas de remuneração do administrador centrados na performance da ação e não na performance da companhia e

uma recessão econômica. Isso produziu incidentes corporativos, escândalos corporativos que, num primeiro momento, foram muito associados à suposta má prática de Auditores. Mas, quando se avalia a fundo, os Auditores, embora em algumas circunstâncias tenham a sua culpa, não são necessariamente os algozes dessa situação. O que aconteceu depois de Enron é que houve o desaparecimento de uma grande empresa de auditoria e o mercado ficou mais concentrado. Evidentemente, as empresas de auditoria fizeram uma reflexão sobre os seus procedimentos e sobre a maneira como selecionam seus clientes. Acho que, hoje, elas estão mais rigorosas no plano da seletividade de clientes. Os procedimentos de auditoria continuam basicamente os mesmos. O que o Auditor faz hoje, num ambiente onde pode ser vítima de uma empresa gerida por indivíduos que não têm ética, é ser mais seletivo em relação aos clientes que tem. No nosso caso específico, não fomos necessariamente afetados por esses escândalos. A bem da verdade, a Enron não era nossa cliente, mas passou a ser, depois do escândalo, por solicitação dos reguladores e dos acionistas. A Wal Mart e a Globalcrossing também não eram nossos clientes e passaram a ser. Então, todos esses clientes que foram, digamos assim, mais emblemáticos no plano

da falência, Globalcrossing, Enron, Delphia, Parmalat, não eram clientes Price e passaram a ser, em decorrência dos escândalos. A profissão perdeu, porque teve impactada sua imagem. E nós ficamos mais e mais seletivos no que tange aos clientes em si.

Que tipo de serviço oferecido pela Price - auditoria, assessoria tributária, gestão empresarial, é mais requisitado pelas empresas brasileiras?

Resposta: Hoje, 40% do nosso faturamento vêm da área de auditoria; 30% do faturamento, da área de consultoria, de gestão de consultoria de tecnologia e 30%, na área de consultoria tributária. Acho que é um negócio bastante equilibrado. Ainda muito determinado pela auditoria, mas não inteiramente.

Existe uma demanda por auditoria das empresas brasileiras ou aqui ainda não existe a cultura de se auditar as contas?

Resposta: Acho que o Brasil tem um problema: é um dos poucos países do mundo onde não é realizada a auditoria estatutária. Essa auditoria já é um requisito em boa parte dos países da América Latina e do mundo e determina que, uma empresa, a partir de certo faturamento, é obrigada a publicar demonstrações financeiras



Fernando Alves

auditadas. Pouco importa se é uma companhia aberta ou não.

O Código Civil não prevê a auditoria das empresas?

Resposta: Não, no Brasil, a figura da auditoria estatutária não é exigida. Aqui, são auditados quem têm ações em bolsas, as empresas que estão registradas nas bolsas, que são poucas, ou quem tem algo bom para seguradoras. A empresa de grande porte, caso seja constituída sob a forma de sociedade unitária, por exemplo, não é obrigada a ser auditada, nem a publicar demonstrações financeiras. Essa circunstância faz com que o Brasil seja um país pouco auditado. Não somos uma economia muito transparente no quesito de auditoria. A



ENTREVISTA



Comparando com o número de empresas auditadas em relação à população total de empresas, o Brasil é um dos países menos auditados no mundo.



base de empresas auditadas é pequena. Existe um projeto, o qual ainda não foi inteiramente discutido, que propõe a introdução da auditoria para as empresas de grande porte, mesmo que não sejam abertas. Esse projeto ainda não foi regulamentado. Mas, se você comparar o número de auditores por habitante, o número de empresas auditadas em relação à população total de empresas, o Brasil é um dos países menos auditados no mundo.

Isso se refere à empresa pública também?

Resposta: Tudo. O requisito para auditar no Brasil é, basicamente, ter ações na bolsa. Os bancos também fazem auditorias. Fora isso, uma empresa multinacional, uma *holding*, que é limitada e está instalada aqui, mesmo que fature muito, não é obrigada a ser

auditada. A auditoria ocorre porque a matriz requisita, não porque o país Brasil entende que empresas aqui incorporadas, que faturem muito precisam prestar contas à sociedade brasileira. Estamos discutindo a introdução no conselho da auditoria estatutária, porque achamos que não é compatível com o mundo que demanda cada vez mais transparência.

Se a Price fosse contar a história econômica do Brasil dos últimos noventa anos, mesmo período em que a empresa está no País, o que destacaria?

Resposta: Eu acho que a Price é um *case* de longevidade empresarial interessante. Somos uma empresa que se instalou no Brasil em 1915. No ano de 2005, completamos noventa anos de Brasil. Durante todo esse período, a Price foi agente ativo e trabalhou em boa parte dos processos legislativos que melhoraram o mercado de capitais brasileiro. Vários de nossos sócios atuaram em órgãos de classe e em colaboração com a CVM, com auditores de outras empresas. Na minha opinião, a Price sobreviveu porque apostou na ética. Ao apostar na ética, ter cuidado com os clientes que tem, ser seletiva e ter sido sempre vocacionada para a qualidade, a Price conseguiu uma longevidade empresarial rara num país como o nosso. Estamos aqui há

noventa anos e, a cada ano, progredimos um pouco mais. Continuamos absolutamente comprometidos com o País, comprometidos com a qualidade e comprometidos com a ética naquilo que fazemos. Penso que, agindo certo, apesar de muitas vezes ser difícil agir certo, você garante a qualidade.

Como o senhor avalia a economia brasileira? Ela é competitiva?

Resposta: A economia brasileira é competitiva. Nos dias de hoje, competimos num âmbito mais macro, com grandes economias, os chamados BRIC – Brasil, Rússia, Índia e China. Os BRIC são, num conceito inventado pelos economistas, as maiores economias emergentes do mundo. Se nos compararmos com Rússia e Indochina, vamos verificar que crescemos a taxas substancialmente inferiores à taxa de crescimento da Rússia, da Índia e da China. Em relação a esses nossos competidores naturais, que são grandes da economia emergente, eu diria que perdemos vantagem competitiva. Nosso crescimento é reduzido e compromete, num certo sentido, a nossa atratividade e nosso crescimento econômico. Inclusive, é um quadro que inibe a atração de investimentos. Uma outra questão que diz respeito ao Brasil é que, na medida em que compete com países de grandes economias, grandes PIBs, tem que encontrar fatores de diferenciação, ou



Fernando Alves

seja, não basta só dar recursos naturais para o mercado interno. Com esses fatores associados a temas como maior transparência e maior ética empresarial, o País teria como se destacar em relação a essas economias emergentes, que são os nossos competidores.

O senhor acredita que a transparência pode tornar o Brasil mais atraente para o capital estrangeiro?

Resposta: Acho que a sociedade brasileira está começando a acordar para o fato de que transparência representa vantagem competitiva. Vejo com otimismo as possibilidades da economia brasileira. Nos últimos anos, estamos perdendo vantagem competitiva para os países BRIC. O País tem que se submeter a uma revolução ética, para se diferenciar também nessa dimensão. Com isso, obviamente, seremos uma economia mais atraente para o capital estrangeiro.

Em que medida a auditoria pode contribuir para o combate à corrupção?

Resposta: A auditoria pode contribuir para o combate à corrupção na medida em que é um vetor de validação de transparência. Se, no Brasil, toda empresa de grande porte como, por exemplo, uma multinacional estabelecida como empresa limitada, for auditada e publicar suas demonstrações financeiras, o País tomará ciência do que é produzido, qual o tipo de riqueza gerada, o quanto ela paga de impostos etc. O fato de não termos auditoria estatutária inibe essa transparência. Boa parte do capital multinacional, por exemplo, não é auditado no Brasil, pois o País não exige. A auditoria ocorre porque as casas-matrizes determinam que ela seja feita nas subsidiárias para que a



operação consolidada também possa ser auditada. No entanto, não há uma exigência da sociedade brasileira. Existem várias empresas, com faturamentos milionários, incorporadas como sociedades limitadas e que também não têm auditoria obrigatória. Uma demanda por maior transparência, a introdução do conceito de auditoria para empresas de grande porte, independentemente do tipo societário que elas são, favorece, sim, a criação de uma sociedade mais transparente. E, ao favorecer a criação de uma sociedade mais transparente, cria, para o Brasil, comparativamente aos países que são seus competidores nacionais, fatores de diferenciação competitiva.

Na sua opinião, a profissão contábil está conseguindo acompanhar as mudanças da economia mundial?

Resposta: Acho que a profissão contábil no Brasil está conseguindo acompanhar essas mudanças. Desenvolvemos no País uma cultura e um princípio bastante avançados para medição dos efeitos da inflação e das demonstrações financeiras. Na época da hiperinflação, tínhamos uma Contabilidade sofisticada no plano da medição dos efeitos da inflação. Discute-se hoje a migração da prática contábil brasileira para a chamada prática contábil européia, que é o IFRS – *International Financial Reporting Standards*. A profissão é ativa na busca por maior desenvolvimento, porém, precisa de mais suporte legislativo.

Que tipo de Contabilista o mercado de trabalho de hoje está buscando?

Resposta: Para mim, o mercado busca um Contabilista que entende a Contabilidade como um meio e não como um fim. A Contabilidade é a maneira que as empresas encontraram para retratar de forma sintetizada a performance empresarial. O mercado busca um Contabilista consciente de seu dever de transparência.

Com um corpo funcional de mais de 2,6 mil profissionais só no Brasil, que requisitos a Price prioriza para a contratação?

Resposta: A Price prioriza, basicamente, a integridade, a disposição para investir numa carreira que leva até dez anos para se chegar ao cargo de gerente. Buscamos pessoas com convicção no progresso do aprendizado, com disposição para estudar e se superar e, obviamente, pessoas inquietas intelectualmente. Recebemos, por ano, em torno de doze mil currículos para cerca de trezentas contratações. Seleccionamos essas pessoas, portanto, baseados no potencial, na vocação que elas têm para o tipo de trabalho que fazemos aqui. É realizado um conjunto de entrevistas e exercícios, gerando aquele número para, justamente, validar os perfis de integridade e de potencial em relação à capacidade de autodesenvolvimento e dedicação aos estudos. A Price é uma empresa que valoriza muito o trabalho em

ENTREVISTA

grupo, pois não queremos pessoas egocêntricas. Queremos pessoas com disposição para trabalhar em grupo. Basicamente, é isto. Jovens com um ideal de construir uma carreira e não, simplesmente, ter um emprego.

A Price tem planos de expansão no Brasil?

Resposta: Temos um plano de expansão, sim. Hoje, a Price tem quatorze escritórios no Brasil. Estamos avaliando, por exemplo, expansão no Nordeste, em Fortaleza e Manaus, e no Sul, em Caxias do Sul. Nosso negócio está localizado, principalmente, nas grandes capitais, mas buscamos pôr em prática o conceito de interiorização. Por isso, estamos migrando para o interior, em busca das empresas emergentes, aquelas empresas que vão ser grandes no futuro e estão fora do eixo das principais capitais.

Qual o posicionamento do escritório da Price no Brasil em relação à unificação das normas contábeis?

Resposta: O posicionamento da Price em relação à unificação das normas contábeis é favorável e achamos necessário um conceito de norma contábil internacional. A prática contábil brasileira precisa migrar para um patamar que simplifique a leitura de um balanço e faça com que ela aconteça nas mesmas bases da leitura de um balanço da Inglaterra. Para a

Price, temos que migrar para a prática contábil européia, porque ela é mais centrada em essência do que em forma, ao contrário da prática americana. Filosoficamente, somos mais pró-IFRS – *International Financial Reporting Standards*, do que USTA.

Como surgiu a idéia de realizar a Pesquisa de Líderes Empresariais Brasileiros, que já está em sua segunda edição?

Resposta: Tradicionalmente, fazemos pesquisas para medir expectativas, medir o que o empresário pensa. Neste ano, pela segunda vez, fizemos uma pesquisa para ver o que está na agenda de gestão do líder empresarial brasileiro. No passado, essas pesquisas eram feitas, mas não eram articuladas em nível global. Atualmente, participam da pesquisa mil e quatrocentos presidentes das empresas presentes em Davos, ou seja, os chefes das maiores companhias do mundo. Os presidentes dessas empresas são entrevistados para que saibamos o que está na agenda deles, quais são os temas que os preocupam. Ao fazermos essa pesquisa, criamos um quadro do que está na cabeça do CEO, do presidente da grande empresa. E comparamos esse tipo de programa com a problemática do empresariado local, representado pelos presidentes das oitenta maiores empresas brasileiras. E vemos que há muita similaridade e complexidade.

Por exemplo, o Brasil já é visto pelos empresários muito mais como uma oportunidade do que uma ameaça. Todo mundo acha que a globalização agrega complexidade à gestão, mas eles estão preparados para dar o salto, porque eles entendem que a globalização é uma coisa inexorável. Não se deve resistir e, sim, encarar a situação como uma oportunidade, porque a globalização traz complexidade de gestão. Mas os brasileiros estão muito otimistas em relação a ela. Na pesquisa deste ano, os empresários brasileiros demonstraram bastante preocupação com a corrupção nacional. Ela chegou a níveis, vamos dizer, bastante impactantes. E eles manifestam na pesquisa que a consideram uma desvantagem competitiva. Hoje, há uma demanda do empresariado brasileiro por um Estado mais eficiente e pela redução dos níveis de corrupção. Em outras palavras, deseja-se um aumento da transparência, redução da morosidade da justiça, da burocracia e da regulamentação. Pois esses são fatores que, na avaliação dos empresários, ensejam a corrupção.

O senhor poderia falar um pouco sobre o conceito de Inteligência Fiscal desenvolvido pela Price?

Resposta: O conceito de inteligência fiscal que criamos diz, basicamente, o seguinte: o Brasil é um dos países mais complexos do mundo em termos de contexto tributário. Somos um país com centenas e centenas de normas, que variam de Estado para Estado. Portanto, a empresa atua em um contexto tributário absolutamente complexo, em comparação com boa parte dos países. Por isso, desenvolvemos um conceito que faz com que a questão tributária seja vista numa perspectiva



Fernando Alves

mais sistêmica. Porque toda atividade empresarial está, de alguma maneira, gravada na alta carga tributária. Não se pode gerir tributos de maneira não sistêmica. O conceito de inteligência fiscal tem o apoio tecnológico para fazer com que a gestão de tributos ocorra numa perspectiva mais sistêmica e que englobe processos, tecnologia, organização, pessoas etc. Os resultados são positivos. As empresas perceberam que em casos de gestão da carga tributária mais complexa, quanto mais sistêmica e holística for a abordagem, mais vantagem se tira.

Muitas empresas procuram investir em ações sociais. Como surgiu o Programa PwC Cidadania? A Price investe em mais algum programa social?

Resposta: O Programa PwC Cidadania é um programa que desenvolvemos com base no seguinte conceito: nós temos dois mil e seiscentos funcionários trabalhando aqui e dentre eles, pelo menos, dois mil terminam o superior. Eles representam brasileiros

privilegiados por terem educação e por trabalharem numa empresa que acredita na meritocracia e é bem-sucedida no mercado. Por isso, desenvolvemos um conceito para estimular nossos funcionários, muitos deles jovens, a desenvolverem uma postura de cidadãos plenos, a terem consciência do país em que vivem e da obrigação de cada um de nós, como cidadãos, para a redução da dívida social do Brasil. Desenvolvemos um conceito que é, basicamente, o seguinte: o Programa PwC Cidadania formava um tripé de ações: conjuntos de ações de natureza social, de natureza educacional e cultural e de natureza ambiental. Pensamos que, ao desenvolver tais ações, despertamos a vocação de cidadania de nosso pessoal e exercemos uma atividade de contribuição à comunidade em que vivemos. Na dimensão social, trabalhamos, por exemplo, a reiniciação no ambiente de trabalho de menores ingressos na Febem que vêm para cá. Fazemos campanhas de doação de medula óssea, de sangue, de livros, de agasalhos. Ministramos

aulas de Contabilidade e de informática em comunidades carentes. Tudo feito por pessoas da firma, que usam seu tempo livre para isso. Também patrocinamos mostras culturais. Na área ambiental, incentivamos o uso de papel reciclado, a conservação de praças públicas etc. Hoje, a Price tem cerca de setecentos a oitocentos voluntários atuando nessas várias dimensões. Eles dão aquilo que têm de mais precioso: o tempo. É freqüente você ver, num sábado, de manhã, secretárias dando aulas de inglês. As pessoas usam seu tempo livre para desenvolver projetos nessas três vertentes, em comunidades carentes. Recursos da Price são usados em comunidades carentes e esse, basicamente, é o nosso conjunto de investimentos na área social. Também fazemos auditoria a preços reduzidos ou módicos e prestamos serviços de auditoria para entidades que consideramos relevantes nessa dimensão social. Também atuamos na dimensão mais profissional, cobrando modicamente ou, até mesmo, realizando trabalhos com preço zero.

Contmaster[®]
Sistemas Administrativos Integrados

Simplex nas operações, poderosos em resultados

- Escrita Fiscal
- Lucro Presumido
- Folha de Pagamento
- C.I.A - Cálculo de Impostos Atrasados
- Ativo e Controle Patrimonial Independente
- Controller - Gerenciador de Escritórios Contábeis
- Contabilidade Geral, Ativo, Controle Patrimonial e Lalur
- Contabilidade Compatível com a ANS - Agência Nacional de Saúde

Visite nosso site: www.contmaster.com.br

Conversão de cadastros
Desenvolvimento de Home-Page

ENTREVISTA

CONTABILISTAS TRANSFORMAM NÚMEROS EM INFORMAÇÕES

EM ENTREVISTA AO BOLETIM CRC SP, O PRESIDENTE DO SINDCONT-SP, SEBASTIÃO LUIZ GONÇALVES DOS SANTOS, AFIRMA QUE O CONTABILISTA DEVE SE VOLTAR PARA O SEU PAPEL DE GESTOR E ESTAR CONTINUAMENTE EM BUSCA DE APRIMORAMENTO PROFISSIONAL.

O Sindicato dos Contabilistas é a entidade representativa mais antiga da classe contábil paulista, tendo sido fundado em 1919. Como o Sindicato vem acompanhando a modernização da profissão?

Resposta: A modernização é grande aliada do Contabilista, pois permite que ele perca menos tempo com a burocracia e se dedique mais à sua real função: gerenciar, auxiliar os empresários a tomar decisões baseadas na Contabilidade. Nós geramos dados e informações, essa é a nossa diferença. Esses subsídios norteiam os empreendedores para traçar, executar

e monitorar estratégias seguras para permanecer e conquistar o mercado. A Ciência Contábil nos dá informações precisas, oportunas e valiosas na condução dos negócios empresariais. O Sindicato dos Contabilistas de São Paulo tem a preocupação de conscientizar os profissionais contábeis sobre esta nova realidade. Eles devem acompanhar e aprender a respeito das novas tecnologias.

O que o Sindicato tem feito para convocar os jovens a participar?

Resposta: Estou há 16 anos no Sindicato e já participei de cinco di-

retorias diferentes. Neste tempo, observei e aprendi muita coisa com meus antecessores. Assumimos a presidência no ano passado e, no início, passamos por um período conturbado, quando o prédio onde nossa entidade está instalada teve um princípio de incêndio e ficou interditado. Foram seis meses em que ficamos de “mãos atadas”. A partir daí, “arregaçamos as mangas”. Estamos indo aos bancos escolares, às faculdades, para mostrar aos jovens a importância da Contabilidade para a Nação e conscientizá-los do grande benefício que eles têm em participar das entidades da Classe. Queremos que

eles saibam que podem contar com um Sindicato de tradição, credibilidade e respeitabilidade no mercado, uma entidade estruturada, que reivindica e luta por seus direitos. Também oferecemos o curso Escritório Contábil Modelo, no qual os alunos aprendem, na prática, como proceder desde a abertura de uma empresa até o fechamento de um balanço. Isso é treinamento. Nós os preparamos para o mercado de trabalho.

E o Sindicato dos Contabilistas, além disso, está oferecendo mais algum tipo de atualização para os profissionais?

Resposta: Todas as quartas-feiras temos, em nossa sede, um Centro de Estudos, que funciona, com sucesso, há 57 anos. Participam, em média, 200 profissionais todas as semanas. Apelidei o serviço, carinhosamente, de “pronto-socorro do Contabilista”. Os Contabilistas esclarecem todas as dúvidas que afligem o seu dia-a-dia profissional. É uma troca de experiências fascinante e enriquecedora. Nossa missão, daqui em diante, é buscar o público jovem para essas reuniões, pois o diferencial deste século que se inicia são as pessoas. O profissional do futuro deverá possuir multicompetências, ter disposição de estar sempre em processo de aprendizagem, se adequar a diversos cenários econômicos e tecnológicos e, sempre, amar o seu ofício.

Que tipo de serviços a entidade oferece às pessoas sindicalizadas?

Resposta: Oferecemos diversos serviços aos associados, sempre pensando no seu bem-estar e de suas famílias, no aprimoramento profissional e na facilitação de seus trabalhos cotidianos. Temos uma assessoria jurídica,

composta por cinco profissionais de diversas áreas que estão à disposição para o esclarecimento de dúvidas. Temos um posto conveniado ao INSS que orienta os Contabilistas desde o pedido até a concessão de aposentadorias. Temos um posto da Receita Federal e um posto da Jucesp, em nossas instalações, que agilizam o trabalho dos profissionais. Temos serviços de amparo à saúde, consultório odontológico interno, convênio com clínicas de diversas especialidades e um plano de saúde. A Bolsa de Empregos é outro benefício do Sindicato, que é um grande meio para os Contabilistas buscarem recolocação no mercado de trabalho. Além disso, temos convênios com parques de diversão, pousadas e hotéis de cidades turísticas, lojas de departamento, estacionamentos no Centro, escolas e faculdades, entre outros. Entretanto, considero o



*Sebastião Luiz
Gonçalves dos Santos*

Centro de Estudos diferenciado, pois proporciona amizade, conhecimento e troca de experiências profissionais, o que não tem preço.



ENTREVISTA



Como foi a comemoração do Sindicato em 25 de abril, Dia do Contabilista?

Resposta: O Sindicato dos Contabilistas de São Paulo tem o privilégio de comemorar o Dia do Contabilista por ser a entidade mais antiga da classe: são 87 anos de fundação. Nós exercemos a profissão do século, que delinea os rumos das empresas e do desenvolvimento do País. Também tivemos a grata felicidade de, no dia 25 de abril, homenagear uma grande personalidade brasileira, a auditora da Receita Federal Claire Feliz Regina, uma senhora de 78 anos que é grande parceira dos profissionais contábeis. Não fizemos a homenagem por amizade, apesar de termos grande carinho por ela, mas pelo seu trabalho em favor da classe contábil. Atualmente, Claire é a maior autoridade na área de Imposto de Renda de Pessoa Física no Brasil. Toda a inovação nesta área devemos a ela. O título de Contabilista Honoris Causa é muito especial e poucos profissionais o receberam nas mais de oito décadas do Sindcont-SP. Foi grande orgulho para nós concedê-lo a esta mulher tão valorosa.

Este é um ano de comemorações: 80 anos do Dia dos Contabilistas, que foi criado em 1926; 60 anos do Decreto-lei nº 9.295, de 1946, quando foram criados o Conselho Federal, os CRCs e a Lei de Regência; e a criação do CRC, que completará 60 anos. O senhor acha que a Lei de Regência está atendendo as demandas da classe contábil?

Resposta: A lei tem de passar por algumas mudanças. Hoje, há o problema dos Técnicos em Contabilidade, da diferença entre eles e os Contadores, quanto às atribuições. É preciso fazer uma análise um pouco mais profunda sobre essa questão, pois já há um estudo que propõe algumas mudanças. A lei de regência afeta muito os Conselhos, especificamente os que regulam a profissão, porque estão muito engessados. Há boa vontade para fazer, mas não podem, em virtude dessa legislação paralisante.

O senhor está há quanto tempo na profissão?

Resposta: Estou há mais de 20 anos.



Nós transformamos números em informações que podem fazer o diferencial para as empresas. Esse é o nosso papel. Essa é a maior missão da entidade.



Sebastião Luiz Gonçalves dos Santos

O que o senhor acha da crescente valorização que o profissional contábil vem recebendo do mercado?

Resposta: Para ser valorizado, o Contabilista precisa ultrapassar as barreiras burocráticas e mostrar a eficiência da Ciência Contábil na hora da tomada de decisões nas empresas. Não é para elaboração de Darfs, Dirfs e outras obrigações acessórias que os profissionais contábeis servem. Sei que uma boa parte dos profissionais ainda não tem essa consciência, mas, como presidente

do Sindcont-SP, busco conscientizá-los sobre esta questão. Nós transformamos números em informações que podem fazer o diferencial para as empresas. Esse é o nosso papel. Essa é a maior missão da entidade. Com o aumento da burocracia em nosso País, também aumentou o trabalho burocrático, mas estamos sempre lutando contra esse sistema, que faz mal para a sociedade e é caro. Todos os anos, nos meses de março e abril, fazemos um trabalho junto à imprensa sobre Imposto de

Renda Pessoa Física. As entidades da classe precisam se manifestar sobre essas questões, pois somos agentes de mudanças. Com essa exposição, queremos alertar a sociedade sobre os malefícios da legislação, para que seja possível uma revolução. Não se pode acatar tudo e ficar calado. Fiz um estudo sobre isso e entreguei ao senador Renan Calheiros e ao deputado Arthur Virgílio. É um trabalho de formiguinha que estou fazendo? Mas nós temos que iniciar de alguma forma.



**A MELHOR GESTÃO
PARA O SEU NEGÓCIO**

A Asplan se preocupa com pequenos detalhes que diferenciam os serviços de nossos clientes.

**Conheça a Asplan
e surpreenda-se com nossas soluções.**

Asplan Sistemas
Rua Loefgreen, 1387 - Vila Mariana - São Paulo - SP
Fone: 5081-9800 - www.asplan.com.br - comercial.sp@asplan.com.br

asplan
Soluções Inteligentes na
Gestão de Informações

ENTREVISTA

Sebastião Luiz Gonçalves dos Santos

Qual a posição do Sindicato em relação ao Exame de Suficiência?

Resposta: Sou favorável. Nós temos de criar uma condição mínima para que uma pessoa possa exercer a profissão. Considero o Exame fundamental. É preciso selecionar os Contabilistas que entrarão no mercado de trabalho. Os que não estiverem aptos devem estudar mais e tentar uma nova oportunidade. Como presidente de uma entidade tão importante quanto o Sindcont-SP, tenho de primar pela qualidade, pela excelência desses profissionais.

Porque, se o profissional não estiver capacitado, toda a classe sentirá o reflexo de seu trabalho. Nós temos de nos valorizar, começando pela nossa casa, nosso escritório, nossa empresa, sempre buscando novas alternativas e novos aprendizados que nos levem à competência.

Que mensagem o senhor deixaria para um jovem que deseja ser Contabilista?

Resposta: Primeiro, que ame a profissão que pretende exercer, porque

quando se abraça uma atividade por amor os resultados vêm automaticamente. Segundo, que se dedique inteiramente. A dedicação é fundamental, pois sem ela não se chega a lugar algum. Os profissionais contábeis são peças fundamentais para o desenvolvimento das empresas e do País. Devemos ter consciência dessa realidade e dar a nossa melhor contribuição.



ERRATA

O artigo “Cooperativismo de crédito ganhou, mas ainda não levou!”, publicado na edição anterior, foi escrito antes da mudança da Resolução nº 3.106/03, do Conselho Monetário Nacional, atualizada pela Resolução nº 3.321/05. Esta agora contempla reivindicações do artigo, como a ampliação de 100 mil para 300 mil habitantes no limite populacional para a constituição de cooperativas de livre admissão de associados e a possibilidade das cooperativas atuarem como correspondentes bancários para qualquer instituição financeira.



EXISTE UM ÚNICO JORNAL QUE SABE DE VERDADE
QUE VOCE NÃO QUER SÓ CONHECER O MUNDO.
QUER PARTICIPAR DELE.



Opinião tem vida frágil: morre se ficar guardada. Você deve usar sua opinião para interferir no mundo. É sempre bom receber informações, mas melhor ainda é interagir com elas. Por isso o Estadão foi pioneiro em ferramentas que dão voz a você. E por isso continua sempre inovando.

ESTADÃO
O JORNAL DE QUEM PENSAR **AO**

FALECOM@ESTADO.COM.BR SEUS DIREITOS FOTOREPÓRTER DESABAFO
ENQUETE ALIAS DE LEITOR PARA LEITOR FORUM DOS LEITORES
SÃO PAULO RECLAMA COMUNIDADE LINK BLOG LINK PODCAST LINK

Para participar, acesse www.estado.com.br/participacao



A >



Dobre a página da sua revista na linha
pontilhada ligando os pontos A com B.

< B


ESCRITÓRIO
CLIENTE

EVOLU ir é sua maior motiva ÇÃO
NA da de sobrena TURAL
D eve ser feito par A
CON tinuar aumentando sua ren TABILIDADE

A >

< B

**Conheça as
vantagens do
Office CRM.**

O **Office CRM** é a mais nova e poderosa ferramenta para diminuir a distância entre seu escritório e seus Clientes. Você pode enviar instantaneamente documentos, guias e arquivos de forma segura e protocolada, integrar os dados de seu Cliente como se ele estivesse dentro de seu escritório, disponibilizar uma central de SAC, economizar na conta telefônica, impressões, envio de documentos e digitação. Avisos de vencimentos configuráveis, controle de entregas e protocolos e muito mais. Tudo isso 24 HORAS por dia. **VOCÊ VAI SE SURPREENDER.**



Fale com a gente e solicite nossa visita. **NÓS IREMOS ATÉ VOCÊ SEM NENHUM CUSTO.**

www.folhamatic.com.br

VENDAS

0800 015 4400

SUPORTE TÉCNICO

SP: Americana, São Paulo, Ribeirão Preto, Santos, São José dos Campos PR: Curitiba RJ: Rio de Janeiro RS: Porto Alegre

ANO



FOLHAMATIC
TECNOLOGIA EM SISTEMAS